



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GISELLE TOMÉ DA SILVA

**TENSÃO E NARRATIVAS NO FOTOJORNALISMO EM
LONDRINA:
A GREVE DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2015)**

GISELLE TOMÉ DA SILVA

**TENSÃO E NARRATIVAS NO FOTOJORNALISMO EM
LONDRINA:
A GREVE DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2015)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Neme Buzalaf

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Giselle Tomé da.

Tensão e narrativas no fotojornalismo em londrina : a greve da educação no paraná (2015) / Giselle Tomé da Silva. - Londrina, 2017.
124 f. : il.

Orientador: Márcia Neme Buzalaf.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Fotojornalismo - Tese. 2. Critérios de noticiabilidade - Tese. 3. Greve na educação - Tese. 4. Capas de jornais - Tese. I. Buzalaf, Márcia Neme. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

GISELLE TOMÉ DA SILVA

**TENSÃO E NARRATIVAS NO FOTOJORNALISMO EM LONDRINA:
A GREVE DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2015)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Maria Luisa Hoffmann
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 25 de julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me dar forças e saúde para realizar meus sonhos.

À minha família, base de tudo.

Ao meu marido, pelo incentivo, por abrir mão de suas horas de estudo e compromissos para me acompanhar, principalmente, na reta final deste trabalho.

Às minhas garotas: Sofia e Maria Clara. Sofia, por ainda tão nova conseguir compreender que a mamãe precisava estudar, enquanto ela queria brincar e por aprender que é através do estudo que conseguimos ser alguém melhor. E a minha pequena Maria Clara que, com seus pequenos chutes na minha barriga, me empurrava para frente do computador para que eu tivesse ainda mais vontade de concluir esta pesquisa.

À todos meus amigos que contribuíram com este trabalho, direta ou indiretamente, em especial ao casal Carolina Costa Mancuzo e Roberto Mancuzo que me incentivou nesta caminhada.

Aos professores de Jornalismo da Facopp (Faculdade de Comunicação de Presidente Prudente) que sempre colaboraram com indicações de leitura e me estimularam.

Ao meu amigo Luiz Carlos Dale Vedove pelas caronas, pela ajuda nos estudos e pelo ombro amigo.

Ao professor doutor Paulo César Boni pelo incentivo e por ter contribuído para a temática desta pesquisa.

Aos professores doutores membros da banca de qualificação Manoel Dourado Bastos e Maria Luisa Hoffmann pelas contribuições e reflexões sobre o estudo.

À minha orientadora Márcia Neme Buzalaf pela paciência e colaborações com o trabalho.

DEDICO

Aos meus pais, Fernandes e Manuela, que sempre me incentivaram, e aos amores que eu conquistei na vida: meu marido Alisson, companheiro de todas as horas, e nossas filhas Sofia, que me inspira a oferecer sempre o meu melhor e, Maria Clara, que renovou minhas forças para continuar.

No jornal, o enquadramento é temático. Enquadra-se editorialmente. Há jornais que preferem mostrar a ferida e jornais que preferem mostrar o curativo. A fotografia jornalística é parte de um conjunto de mensagens materializadas em um veículo chamado Jornal, cada qual com sua linha editorial, o que reflete diretamente sobre a produção fotográfica. Junto a sua bagagem cultural, ideológica, política, o fotógrafo é orientado a todo momento pela linha editorial do veículo em que trabalha, pela pauta prevista pela editoria daquela cobertura. A fração da realidade a ser captada por ele possui uma enorme carga semântica intencional, embora o resultado expressivo da fotografia seja muitas vezes espontâneo.

TAVARES ; VAZ (2005, p.132).

SILVA, Giselle Tomé. **Tensão e narrativas no fotojornalismo em londrina:** a greve da educação no Paraná (2015). Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como os episódios da ocupação da Assembleia Legislativa, em Curitiba, no Paraná, e o ataque violento sofrido por professores, servidores e estudantes, no dia 29 de abril de 2015, foram retratados nas capas dos dois principais jornais londrinenses: Folha de Londrina e Jornal de Londrina. A capa do jornal é a exposição hierárquica de informação do veículo de comunicação. Este espaço serve de enunciação discursiva sobre o posicionamento editorial que o periódico defende. Para auxiliar na reflexão sobre como os principais fatos relacionados à greve foram mostrados, a autora recorre a Barthes (1984) que apresenta em seus estudos a dualidade entre técnica e emoção no processo da produção da imagem. Esta vertente de raciocínio aliada aos estudos de outros autores sobre critérios de noticiabilidade no jornalismo e no fotojornalismo, como Lima (1988), Pereira Junior (2006) e Sousa (1999), Giacomelli (2008), Tavares;Vaz (2005), permitem inferir sobre os valores que pautaram os periódicos durante a cobertura da greve. Através dos estudos das capas selecionadas fica evidente, por meio dos métodos de pesquisa utilizados (pesquisa bibliográfica, desconstrução analítica, análise de conteúdo e estudo de caso) o papel do editor na seleção, organização e veiculação da informação visual e textual.

Palavras-chave: Fotojornalismo. Critérios de noticiabilidade. Greve na educação. Capas de jornais.

SILVA, Giselle Tomé. **Tension and narratives in Londrina photojournalism: the education strike in the Paraná** (2015). Dissertation (Master in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

ABSTRACT

The present work aims to show how the episodes of the occupation of the Legislative Assembly, in Curitiba, Paraná, and the violent attack suffered by teachers, servants and students, by the police, on April 29, 2015, were portrayed in the Covers of the two main Londrina newspapers Folha de Londrina and Jornal de Londrina. The cover of the newspaper is the hierarchical display of information of the communication vehicle. This space serves as a discursive enunciation of the editorial position that the newspaper defends. To assist in the reflection on how the main facts related to the strike were shown, the author refers to Barthes (1984) who presents in his studies the duality between technique and emotion in the process of image production. This line of reasoning coupled with the studies of other authors on newsworthiness criteria in journalism and photojournalism such as Lima (1988), Pereira Junior (2006) and Sousa (1999), Giacomelli (2008), Tavares and Vaz (2005) On the values that guided the periodicals during the coverage of the strike. Through the studies of the covers selected, the role of the editor in the selection, organization and delivery of visual and textual information is evident through the research methods used (bibliographic research, content analysis and case study).

Key words: Photojournalism. Noticiability criteria. Strike in education. Newspaper covers.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1-	Repercussão internacional sobre ataque do dia 29 de abril.....	33
Figura 2 -	Reprodução do jornal que circulou antes do lançamento do JL.....	46
Figura 3-	Assembleia aprova projeto	65
Figura 4-	PM isola assembleia	69
Figura 5-	Manifestantes ocupam assembleia	74
Figura 6 -	Invasão trava tratoração	76
Figura 7-	Al ainda ocupada.....	79
Figura 8 -	Assembleia prepara novo tratoração	81
Figura 9 -	Manifestantes passam a noite no plenário	82
Figura 10 -	Pacotaço é retirado de pauta.....	84
Figura 11 -	Uma dupla derrota.....	86
Figura 12 -	Justiça manda liberar estradas	88
Figura 13-	Proposta do governo deve acabar com bloqueios	89
Figura 14 -	É hoje.....	90
Figura 15 -	Polêmica sobre previdência ‘racha’ base aliada de Richa.....	92
Figura 16 -	De costas para o povo.....	94
Figura 17 -	Repressão truculenta	96
Figura 18 -	Sociedade civil repudia ataque a professores	98
Figura 19 -	Excessos no Centro Cívico serão investigados	99
Tabela 1 -	Segunda greve	34
Tabela 2 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 11/02.....	78
Tabela 3 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 12/02.....	83
Tabela 4 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 13/02.....	87
Tabela 5 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 26/02.....	90
Tabela 6 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 29/02.....	94
Tabela 7 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 30/02.....	97
Tabela 8 -	Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 1/05.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alep	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ALL	América Latina Logística
APP-Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
Assuel	Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
Cepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Cefe	Centro de Educação Física e Esporte
COU	Clínica Odontológica Universitária
Corsan	Companhia Rio-grandense de Saneamento
CTP	Computer to Plate
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CSP	Central Sindical Popular
FES	Fórum das Entidades Sindicais do Paraná
Folha	Folha de Londrina
GPC	Grande Plano Geral
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
HU	Hospital Universitário
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JL	Jornal de Londrina
MP	Ministério Público
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSS	Processo Seletivo Simplificado
PT	Partidos dos Trabalhadores
SETI/PR	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sindiprol/Aduel	Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e região
STF	Supremo Tribunal Federal
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
Unicentro	Universidade Estadual do Centro Oeste
Unifil	Centro Universitário Filadélfia
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	A GREVE DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ EM 2015	20
2.1.	O ESTADO QUE RICHIA ESCONDEU.....	21
2.2.	INÍCIO DA GREVE: PARTE I.....	22
2.3.	TOMADA DA ASSEMBLEIA.....	23
2.4.	A LUTA CONTRA O “PACOTAÇÃO”	27
2.5.	29 DE ABRIL	30
2.6.	DIVERGÊNCIAS SINDICAIS E A DIFICULDADE DE MOBILIZAÇÃO.....	36
3.	OS JORNAIS DE LONDRINA: IMPRENSA, HISTÓRIA E PODER	40
3.1.	FOLHA DE LONDRINA: O MAIS ANTIGO	40
3.2.	JL: O CONCORRENTE DIRETO.....	45
3.3.	A GREVE NA EDUCAÇÃO NA IMPRENSA LONDRINENSE	49
4.	EDIÇÃO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO JORNALISMO	51
4.1.	O VALOR-NOTÍCIA NO FOTOJORNALISMO	55
4.2.	EDITOR: O HIERARQUIZADOR DE INFORMAÇÃO.....	61
4.3.	TEXTO X IMAGEM – UM DIÁLOGO POSSÍVEL?	64
5.	CAPA, FOTO E TEXTO	71
5.1.	O COMEÇO DE TUDO: EDIÇÃO DE 11 DE FEVEREIRO.....	72
5.2.	O DIA SEGUINTE: 12 DE FEVEREIRO	78
5.3.	A TENSÃO AUMENTA: 13 DE FEVEREIRO	83
5.4.	A GREVE CONTINUA: 26 DE FEVEREIRO.....	87
5.5.	CLIMA QUENTE: 29 DE ABRIL	90
5.6.	REPERCUSSÃO: 30 DE ABRIL	94
5.7.	DESDOBRAMENTOS: 1 DE MAIO	97
5.8.	ANÁLISE GERAL DAS EDIÇÕES	101

REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	109
APÊNDICE A – Entrevista 1	111
APÊNDICE B – Entrevista 2	119
APÊNDICE C – Entrevista 3	123
APÊNDICE D - Entrevista 4	126

1. INTRODUÇÃO

“A fotografia de imprensa é uma mensagem”. A afirmação de Roland Barthes (1980) que dá início ao seu artigo “A Mensagem Fotográfica”¹ chama a atenção para a força de comunicação da fotografia no impresso. Para ele, “a foto não é apenas um produto ou um caminho, é também um objeto, dotado de uma autonomia estrutural”. Semiólogo, linguista, escritor e crítico literário, analisava as imagens como fazia com seus textos. Ver e ler eram praticamente sinônimos em suas análises. Não era necessário só verificar a parte técnica, mas também a emotiva. E é justamente por causa dessa observação que o autor serviu de alicerce para este trabalho.

Imagens da greve na educação publicadas pelos dois jornais de Londrina – Folha e Jornal de Londrina – no primeiro semestre de 2015, no estado do Paraná, foram importantes para contar uma parte da história desse movimento de luta por melhorias nessa área.

Qual é o conteúdo da mensagem fotográfica? O que a fotografia transmite? Essas inquietações levantadas por Barthes, na década de 80, ecoam nos dias de hoje. Tanto que este estudo pretende analisar como os jornais de Londrina noticiaram a greve da educação no Paraná, em 2015, a partir de capas selecionadas em fevereiro, abril e maio, quando o governo estadual respondeu as inquietudes dos educadores com força bruta, mobilizando a população local, regional, nacional e internacional.

Como esta greve, em especial, foi complexa por ter sido dividida em duas fases e por envolver várias entidades representativas, tanto do ensino básico como do superior (sendo inclusive com datas de início e término diferentes entre as categorias) da rede estadual, a presente pesquisa focou em dois momentos: a ocupação da Assembleia Legislativa, em Curitiba, logo no início da paralisação, em fevereiro. E depois nos acontecimentos referentes a dia 29 de abril, que foi o ápice da tensão acumulada durante o processo de reivindicações por melhorias na Educação.

O que se pretende buscar é como a capa, vitrine do jornal, mostrou as informações sobre a greve e também discutir sobre os critérios de noticiabilidade utilizados no fotojornalismo para a seleção das imagens veiculadas.

¹ O artigo “A Mensagem fotográfica” é de 1980, porém, consta em um capítulo do livro “Teoria da Cultura de Massa” de Luiz Costa Lima de 1990, 4 edição, como está nas referências.

É válido enfatizar que, quando se fala em jornalismo, se fala de uma atividade feita em grupo e que cada meio encontra a melhor forma de se comunicar. Por isso, o repórter fotográfico não exerce uma função solitária. O resultado de seu trabalho, ou seja, o que chega até o leitor, é reflexo das escolhas de outros profissionais, em especial, o editor. Barthes (1980, p.303) relata sobre esse processo de produção da notícia e do fotojornalismo:

A totalidade dessa mensagem é constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. A fonte emissora é a redação do jornal, o grupo de técnicos, dentre os quais uns batem a foto, outros a escolhem, a compõem, a tratam, e outros enfim a intitulam, preparam uma legenda para ela e a comentam. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes, de que a foto é o título, legenda, paginação, e, de maioria mais abstrata, mas não menos “informante”, pelo próprio nome do jornal (pois este nome constitui um saber que pode fazer infletir fortemente a leitura, da mensagem propriamente dita: uma foto pode mudar de sentido ao passar de L’aurora para l’humanité).

A imagem não é utilizada de forma aleatória ou para ocupar espaço. Texto e imagem já se consolidaram, no impresso, como elementos de enunciação discursiva. No fotojornalismo, a notícia é importante, por isso, o repórter fotográfico busca capturar informação que irá potencializar o trabalho do jornalista. Há integração entre texto e imagem para a formação da mensagem que chegará até o público.

No impresso, por exemplo, o primeiro contato do leitor é com a capa e é nela que a pesquisadora se debruçou para entender um pouco dessa narrativa de informação formada por texto e imagem. A capa é um espaço de disputa, de hierarquização noticiosa da edição do veículo. Nada está ali por acaso, tudo foi escolhido, decidido com uma atenção maior do que em outras páginas. A capa é o espelho da edição do impresso.

Este trabalho não pretende colocar um ponto final sobre como a imprensa se comporta em momentos de greve, e, muito menos, analisar se a cobertura foi ou não tendenciosa, mas sim apontar, refletir sobre como informações temperadas por tensão, negociações, enfrentamentos são veiculadas e como os critérios de noticiabilidade influenciam especialmente a produção das capas dos jornais.

A greve por si só já gera, no que chamamos nos estudos de jornalismo, critérios de noticialidade ou *valores-notícia*. Alguns deles, como enumera Erbolato (2008, p.61), são: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura e conflito, consequências, humor, raridade, política editorial do jornal, progresso e importância.

Sousa (1999)² acrescenta em “*As teorias da notícia – explicações para que as notícias sejam aquilo que são*”, que há vários fatores que também colaboram para dar visibilidade a uma notícia. De acordo com ele, os meios ajudam a dar sentido ao fato a ser noticiado.

As notícias são um artefacto construído pela interação de várias forças que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história. A minha assunção primordial é a seguinte: os meios noticiosos conferem notoriedade pública a determinadas ocorrências, ideias e temáticas, que representam discursivamente, democratizando o acesso às (representações das) mesmas e tornando habitual (ritual?) o seu consumo. Os meios jornalísticos contribuem ainda para dotar essas ocorrências, ideias e temáticas de significação, isto é, contribuem para que a essas ocorrências, ideias e temáticas seja atribuído um determinado sentido, embora a outorgação última de sentido dependa do consumidor das mensagens mediáticas e das várias mediações sociais (escola, família, grupos sociais em que o indivíduo se integra, etc.(SOUSA, 1999, p.3).

Isso demonstra que a objetividade tão perseguida no jornalismo não é independente e que sim, está atrelada a uma série de fatos (que serão apresentados mais adiante). Como lembra Moretzshohn (2013, p.184) “não existe objetividade nem no jornalismo nem em qualquer atividade humana, se pretendermos tomar a objetividade de maneira absoluta, ou seja, como algo que exija a exclusão do sujeito”.

Os critérios de noticiabilidade também se estendem ao fotojornalismo. Para isso, alguns autores como Giacomelli (2008), Lima (1988), Tavares; Vaz (2005) ajudarão na compreensão do valor-notícia no caso específico da imagem.

A análise das capas e seleção do material estão centradas em: fevereiro, dias 11, 12, 13 e 26 e, em abril, dos dias 28, 29 e 30 e os desdobramentos com o dia 1 de maio. Para a realização da pesquisa foram comprados exemplares da Folha de Londrina durante o período supracitado e feita pesquisa *in loco* no Jornal de Londrina (em setembro de 2015), quando o mesmo ainda funcionava normalmente, além de novas consultas ao acervo de periódicos da biblioteca central da UEL.

Chegar à amostra desta pesquisa foi uma tarefa de meses, devido à quantidade de notícias veiculadas sendo, algumas vezes, com maior destaque e outras, nem tanto. O que se percebe é que nada que se publica em um jornal é sem intenção. O editor sabe bem disso, por isso, direciona o olhar do leitor através de fotos e textos previamente diagramados para chamar a atenção e se comunicar.

² Texto disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-george-noticias-efeitos.html>. Acesso em 20 fev 2016.

No que se refere à metodologia aplicada neste trabalho trata-se do tipo qualitativa com método em estudo de caso. Yin (2010, p.39) define esta escolha como um “tipo de pesquisa empírica, que investiga o fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”..

Como técnicas de pesquisa utilizadas foram feitas pesquisa bibliográfica, que é o levantamento de material já publicado sobre o objeto de estudo e a temática, além de entrevista semi aberta com alguns profissionais que participaram direta ou indiretamente da greve (jornalista, historiador, sindicalista), para entender um pouco mais sobre este momento histórico recente. Para a análise das imagens, foi utilizada desconstrução iconográfica e análise de conteúdo.

O segundo capítulo está concentrado em mostrar como aconteceu a greve de 2015, os fatores que a impulsionaram e as divergências existentes entre as próprias entidades representativas na área da Educação. Falar da história do tempo presente requer vencer dificuldades, pois depende do cruzamento de informações, de relatos orais e de muita pesquisa.

Neste percurso, os diários além de servirem como objetos de estudo também foram importantes fontes para ajudar a contar a história do movimento grevista de 2015. Também foram utilizados os cadernos de greve, trabalhos acadêmicos e o livro de Gozzi (2016) que, até este momento, é o único que contempla a questão de uma forma mais detalhada e cronológica.

O capítulo três faz uma breve viagem pelo tempo para falar sobre a criação dos dois jornais analisados e para entender um pouco mais sobre suas linhas editoriais. Falar sobre a greve na educação é algo muito complexo devido a sua dinâmica e sua própria estrutura de funcionamento, que envolve várias unidades representativas do ensino básico e superior. Por isso, este estudo não se concentra, propriamente, em sua formação, mas sim, como ela foi intermediada, através dos meios de comunicação.

O capítulo quatro aborda o papel do editor de texto e imagem na hierarquização da informação e os critérios de noticiabilidade que norteiam o jornalismo e o fotojornalismo. Já o capítulo cinco, dá início às análises das imagens veiculadas nas capas dos dois impressos.

Pensar a fotografia dentro do jornalismo é essencial quando se faz uma observação sistemática sobre o que foi publicado pela mídia. Barthes (1980) já fazia essa

divisão entre a arte e a fotografia na imprensa. Para ser veiculada no impresso, a imagem precisa mais do que estética e técnica precisa, antes de tudo, de informação.

2. A GREVE DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ EM 2015

A greve na rede estadual foi dividida em dois períodos que somados foram 73 dias corridos e 49 dias letivos. Os estudantes também cruzaram os braços para apoiar os docentes. De acordo com Ferreira (2017, p.13), “as duas greves estudantis somaram 84 dias corridos e 60 dias letivos, além da paralisação de cinco dias entre 27 de abril e 1º de maio, em decorrência da votação do projeto de lei 252/2015 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep).”

Acompanhar o movimento grevista através dos jornais não é o mesmo que vivenciá-lo. O que chega até o público leitor é o resultado do olhar dos profissionais de comunicação: pauteiros, repórteres, editores de texto e imagem e do repórter-fotográfico diante da notícia. E o que é notícia para estes profissionais? De forma geral, pode-se dizer que é o que desperta interesse público, é o que produz, segundo os estudos de Jornalismo, valores-notícia como impacto, novidade, marco geográfico, proximidade. Por isso que, mesmo a greve gerando várias ações diariamente, nem tudo sai na imprensa. Para os veículos de comunicação noticiar algo em torno da greve, ela tem que produzir fatos que, a mídia, considere importante sob o ponto de vista da notícia.

Esses elementos que determinarão o que se publica ou não são os critérios de noticiabilidade. Pena (2010) enaltece que:

Na rotina produtiva diária das redações de todo o mundo, há um excesso de fatos que chegam ao conhecimento dos jornalistas. Mas apenas uma pequena parte vira notícia. O que pode levar qualquer leitor ou telespectador a perguntar: afinal, qual é o critério utilizado pelos profissionais da imprensa para escolher que fatos devem ou não virar notícia? [...] Wolf chama de noticiabilidade a capacidade que os fatos têm de virar ou não notícia. Quanto maior grau de noticiabilidade, maior essa capacidade (PENA, 2010, p.71).

O que os dois jornais diários – Folha de Londrina e Jornal de Londrina-noticiaram sobre a greve principalmente nos dois principais momentos de tensão (que são os objetos de estudo deste trabalho) que foram a ocupação da Assembleia Legislativa, em Curitiba (PR), em 10 de fevereiro de 2015, e o ataque do dia 29 de abril, os próximos capítulos irão abordar de forma mais aprofundada. O objetivo neste momento é contextualizar sobre como ela teve início. Para isso, a pesquisadora recorre a Ferreira (2017), Gozzi (2016), Émeutes (2015) e as matérias dos jornais objetos de estudo e da Gazeta do Povo (2015).

2.1. O ESTADO QUE RICHA ESCONDEU

O movimento grevista de 2015, que mobilizou a área da Educação no Estado do Paraná, assim como outras categorias, foi consequência de ações tomadas pelo governador Beto Richa (PSDB), após sua reeleição em 2014.

No fim do primeiro mandato, as contas públicas não se fechavam e o Estado acumulava dificuldades econômicas. De acordo com Gozzi (2016, p.43), “o rombo era estimado entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões”. Para tentar retomar o controle, o governador, que foi reeleito com 55,67% dos votos válidos, vendendo um estado com boa situação financeira, mudou o tom da conversa e deu sinais do que seria sua gestão dali para frente. Com objetivo de promover cortes rígidos, Richa convidou Mauro Ricardo Costa para assumir a Secretaria Estadual da Fazenda.

Dessa forma, ainda em 2014, no dia 2 de dezembro, foi enviado à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um pacote com um conjunto de medidas de ajuste fiscal, entre elas, aumento de impostos como o ICMS e o IPVA e definição de um novo teto para a Paraná Previdência. O objetivo do chamado “pacotaço”³ era que a votação ocorresse de forma mais rápida possível, em regime de urgência.

Deputados de oposição se mobilizaram, no dia 4 de dezembro, para barrar 16 dos 20 projetos enviados à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia. Mesmo diante desses esforços, no dia 9, foi aprovado, pelos parlamentares, em primeira e segunda discussão, o pacote de medidas proposto pelo governador. A tramitação, porém, não ocorreu no mesmo ano devido ao recesso parlamentar, sendo transferida para 2015.

Em 1º de janeiro de 2015, primeiro dia do segundo mandato como governador do Paraná, Beto Richa (PSDB) assinou 18 decretos com medidas para conter gastos e gerar economia na administração. As principais medidas estabeleciam a renegociação de contratos e licitações em aberto, o levantamento completo das dívidas estaduais em até 90 dias e o fim das contratações de novos servidores efetivos e das nomeações de parentes para cargos comissionados. (FERREIRA, 2017, p.19)

As ações para enxugar a máquina pública não pararam. No fim de janeiro, mais precisamente no dia 21, o governador anunciou medidas para contenção de gastos que afetavam diretamente os servidores. Sendo assim, no dia 5 de fevereiro, Richa enviou à Alep dois projetos de leis para reduzir as despesas, anunciando novos cortes como retirada dos

³ Termo utilizado para definir as medidas que faziam parte do pacote de ações do governo que conter despesas públicas.

direitos de progressões e promoções, criação da Nota Fiscal Paranaense, o fim do pagamento de vale transportes para servidores afastados das funções, entre outras medidas. Émeutes (2015) relata sobre essas ações:

Na passagem de ano, anunciou [o governo] que não pagaria o terço constitucional aos servidores que fossem usufruir férias em dezembro e janeiro. Já em fevereiro de 2015 o governo de Richa enviou à Alep um novo pacote, apelidado de pacotão, dessa vez dedicando a política de austeridade a atacar direitos dos servidores públicos do estado, como mudança nos anuênios e quinquênios 2, restrição da autonomia universitária coma transferência da administração da folha salarial para o sistema de pagamentos do estado (conhecido como sistema de RH META-04) e, principalmente, o intento de usurpar o Fundo Previdenciário. (ÉMEUTES, 2015, p.165)

O pacote não agradou aos servidores que se sentiram prejudicados. Em fevereiro, os funcionários públicos ainda não haviam recebido o pagamento de 1/3 das férias, que já havia sido adiado em outubro de 2014 e dividido em três parcelas; sendo a primeira prevista para o último dia útil de janeiro. Também não haviam sido pagas promoções e diárias.

O descontentamento com o governo foi crescendo e mobilizando a classe de servidores estaduais.

2.2. INÍCIO DA GREVE: PARTE I

Diante de um cenário político-econômico cada vez mais difícil, ainda no período das férias escolares, no dia 3 de fevereiro, os professores da rede estadual do ensino básico se uniram, em todo o estado, para chamar a atenção da sociedade para o não pagamento do terço das férias, das rescisões de contratos de 29 mil professores em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS) e contra a situação precária das escolas estaduais para o início do ano letivo de 2015.

Além disso, de acordo com Alves e Broboff (2016, p.9), um dos pontos centrais da reivindicação dos servidores em greve foi a proposta de alteração dos fundos da previdência, com repasse ao estado de mais de R\$ 8 bilhões do fundo da Paraná Previdência para os demais fundos previdenciários do estado, sendo esses economicamente deficitários. Émeutes (2015, p.166) explica a complexidade desse sistema:

Como todo sistema previdenciário, o paranaense é bastante complexo. O Paraná Previdência conta com três fundos: o Militar, o Financeiro (responsável pelos benefícios daqueles que ingressaram no serviço público até 2003) e o Previdenciário (responsável pelos servidores que ingressaram a partir de 2004). O

Fundo Militar segue regras próprias à carreira militar. Os aporte mensais ao fundo financeiro, oriundos da contribuição do Estado e dos servidores ativos e (desde dezembro de 2014) inativos, caem no Tesouro, que precisa bancar aposentadorias e demais benefícios. O Fundo Previdenciário, que hoje conta com uma quantia em torno de R\$ 8 bilhões (entre aplicações financeiras, papéis e ações, bem como imóveis) é superavitário em aproximadamente R\$ 130 milhões (segundo os cálculos do começo do ano, levando em conta dólar e juros em alta) – visando a construção de uma Previdência que seja autônoma com relação a aportes mensais do Estado. Diante da crise de caixa, o governo do Paraná não pensou duas vezes e resolveu passar a mão nos R\$ 8 bilhões na forma de fusão dos fundos financeiro e previdenciário (ou seja, levando os R\$ 8 bilhões pra o caixa do Tesouro).

A apropriação ao Fundo era classificada como “inaceitável” pelos servidores. Entidades começaram a se mobilizar para impedir que as propostas seguissem adiante. Os docentes, de acordo com Gozzi (2017, p.61), eram os mais afetados, pois a categoria representa “60% do quadro de funcionários do poder Executivo”.

O Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (Sindiprol/Aduel) em assembleia realizada no dia 5, decidiu paralisar as atividades, por 24h, no dia 9 de fevereiro. No dia 7, professores e funcionários da rede estadual de ensino, em assembleia realizada no pátio do Guarapuava Esporte Clube, decidiram pela greve, iniciando-a no dia 9, data em que os alunos retornariam das férias. E no dia 10 de fevereiro, os sindicatos dos servidores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) deflagraram greve.

Na segunda-feira, 9 de fevereiro, foram raras as escolas públicas do estado do Paraná que abriram as portas. Nos dias que se seguiram, a adesão à greve aumentou ainda mais e chegou bem próxima de 100%, contando inclusive com o apoio dos estudantes e dos pais dos alunos da rede estadual de ensino público. (GOZZI, 2017, p. 59)

Concomitantemente às paralisações, um acampamento foi montado na Praça Nossa Senhora de Salette, em frente ao Palácio do Iguazu e à Assembleia Legislativa, em Curitiba, estabelecido pela APP- Sindicato. O objetivo era acompanhar toda a movimentação no centro do poder político da capital paranaense e pressionar o governo a recuar.

2.3. TOMADA DA ASSEMBLEIA

O governo tinha pressa em aprovar os projetos que permitiam o “pacotão”, por isso, no dia 10 de fevereiro, um dia após o anúncio da greve, servidores que estavam na praça tiveram acesso às galerias da assembleia. Eles queriam acompanhar a sessão na qual os deputados iriam decidir ou não pela tramitação das propostas.

Os parlamentares não se intimidaram com a pressão dos servidores e aprovaram o pedido de comissão geral por 34 votos a favor e 19 contra pela tramitação dos projetos. O mecanismo utilizado permitia que os deputados votassem os projetos, em primeira e segunda discussão, no mesmo dia, sem que os mesmos passassem por comissões específicas.

O placar favorável não foi bem recebido pelos presentes que se revoltaram com a aprovação e com a recusa da base governista em ouvi-los. Com isso, um grupo de funcionários públicos conseguiu furar o esquema de segurança e ocupou o plenário, levando a suspensão da sessão. Outros servidores, aos poucos, conseguiram bloquear o acesso ao legislativo.

Acuados, porém, resistentes, os deputados transferiram a discussão para o dia seguinte. Em 11 de fevereiro, com o plenário ainda ocupado, os parlamentares realizaram uma reunião em uma sala anexo do restaurante da Casa de Leis e decidiram que a votação dos projetos ficaria para o dia 12. Os deputados da oposição não concordaram com o “tratoração”⁴ e entraram no Tribunal de Justiça do Paraná com pedido para impedir a votação. Mesmo assim, a previsão de votação não foi alterada.

Com a movimentação em frente da casa legislativa era difícil entrar ao local. Os 27 deputados da base governista precisavam passar pela multidão para prosseguir com a votação marcada para dia 12, que aconteceria ainda de forma improvisada no anexo do restaurante. O problema estava em como chegar até o local já que se expor no meio dos manifestantes não era algo que eles desejavam. Por isso, eles pediram ajuda à PM (Polícia Militar) que providenciou um veículo blindado para abrir caminho e levá-los até o prédio. O secretário de segurança, Fernando Francischini, acompanhou os governistas que utilizaram o transporte. A chegada na assembleia em meio à confusão acirrou os ânimos e um pequeno tumulto foi registrado entre manifestantes e policiais:

Milhares de servidores derrubaram as grades e entraram na sede do Legislativo enquanto outros se sentaram no chão em frente a todos os acessos possíveis do edifício, o que fez com que o prédio ficasse totalmente cercado. Os portões de acesso ao TJ também foram bloqueados e manifestantes chegaram a revistar portamalas de carros de juízes para evitar a entrada de deputados. A situação era tensa, mas o protesto transcorria pacificamente. Mesmo assim, a PM fez uso, pela primeira vez em 2015, de bombas de gás lacrimogêneo e de balas de borracha contra os manifestantes. Onze pessoas, sendo seis manifestantes e cinco policiais, foram atendidas por serviços de emergência com ferimentos considerados “leve”. O governador Beto Richa atribuiu a violência aos servidores. (GOZZI, 2017, p.65-66)

⁴ Termo utilizado quando parlamentares tentam aprovar medidas políticas ou econômicas de maneira rápida e sem muita discussão.

A saída encontrada pela “bancada do Camburão” (como os políticos ficaram conhecidos depois do episódio) não teve boa repercussão e “A cena dos deputados entrando na assembleia a bordo de um camburão foi tão simbólica e surreal que impressionou até mesmo políticos tarimbados”(Gozzi, 2017, p.68).

A pressão exercida pelos manifestantes deu resultado. Alguns deputados resolveram recuar e o “pacotaço” foi retirado da pauta. Após diálogo entre governo e servidores, e mediante compromisso do secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, de abertura para conversar com os servidores, os manifestantes concordaram em deixar o plenário e voltaram para o acampamento.

O assunto viria a ser discutido novamente após o carnaval, com previsão de entrar na pauta no dia 20 de fevereiro. Porém, a medida não fez com que a greve terminasse, pois uma das reivindicações para a sua suspensão era a retirada dos projetos. Portanto, a primeira conversa com o governo ocorreu no dia 19. Ele prometia retirar os pontos que representavam prejuízos aos direitos dos trabalhadores e regularizar os pagamentos em atraso. Além disso, a questão da Paraná Previdência, um dos itens nevrálgicos do “pacotaço”, seria apresentado para ser discutido com o FES (Fórum das Entidades Sindicais).

A primeira rodada de diálogo com os educadores viria a ocorrer somente na tarde de 19 de fevereiro, uma quinta-feira, nas dependências do Palácio do Iguazu. A reunião gerou expectativa de que o fim da greve estava próximo. Ao término do encontro, representantes dos dois lados relataram avanços, mas disseram não ter conseguido abordar todas as questões em pauta na primeira reunião. (GOZZI, 2017, p.71)

No dia 20, uma nova reunião foi feita com o objetivo de se obter um acordo, mas isso não ocorreu. Essa demora em se chegar a um consenso colaborou para que outras categorias também se articulassem e apoiassem os professores.

O Fórum Estadual dos Servidores (FES) - que congrega 16 sindicatos – protocolou ontem um ofício na Casa Civil do governo do Paraná, solicitando reuniões de negociação coletiva. A exemplo dos professores da rede estadual de ensino, as outras categorias de servidores públicos unificaram sua pauta em alguns pontos básicos: o não envio do “pacotaço” à Assembleia; a negociação imediata de pagamento de benefícios atrasados; e o fortalecimento de cada setor, com o fim das terceirizações. (ANÍBAL, Gazeta do Povo, 19 de fev. de 2015)

No dia 23, os deputados discutiram os projetos menos polêmicos e decidiram adiar para março a votação do “pacotaço” para dar tempo para que as comissões técnicas pudessem analisar os projetos. Nessa mesma data, uma assembleia com cerca de 600 estudantes aprovou a greve na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Um dia depois (24), o governador se reuniu com reitores das universidades estaduais, prometendo repasse das verbas de custeios em atraso (de janeiro a março). Sem esse dinheiro, muitas atividades acadêmicas estavam comprometidas. O assunto já havia sido discutido no dia 13 de fevereiro, quando os reitores haviam se reunido com o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, que havia informado sobre a impossibilidade de garantir os R\$ 124 milhões para as despesas das instituições que já haviam sido aprovados na Lei Orçamentária Anual. A justificativa era que a prioridade no momento se referia ao pagamento com pessoal que chegava a quase R\$ 1,2 bilhão nas universidades. A falta de repasse atormentava os gestores.

Alguns dias antes, em 19 de fevereiro, a reitora da UEL, Berenice Jordão, em entrevista coletiva, informava que a universidade vivia a maior crise financeira de sua história. Só a UEL deveria receber R\$ 34 milhões, sem os quais comprometeria as atividades acadêmicas, a manutenção e o custeio de saúde com o Hospital Universitário (HU) e da Clínica Odontológica Universitária (COU). Só com contas de água e de luz, a UEL tinha uma dívida de R\$ 2,8 milhões.⁵

No dia 25, uma nova rodada de negociações foi realizada, com o governo se comprometendo a pagar o terço das férias em uma única parcela até dia 31 de março e convocação de mais de cinco mil docentes concursados que aguardavam a nomeação desde 2014. Sendo assim, dia 26, em entrevista coletiva à imprensa, Richa disse que a folha de pagamento dos professores seria prioridade em fevereiro e justificou que as medidas adotadas para a contenção de gastos visava diminuir os problemas financeiros do Estado. Na mesma data, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) anunciou repasse imediato de R\$ 26.934.198 de verba de custeio para as sete universidades estaduais, referente ao primeiro trimestre de 2015. A UEL, maior das sete instituições, teve a aprovação de R\$ 7.821.910.⁶

No dia 27 de fevereiro, o governo adotou uma postura mais rígida para encerrar a greve, entrando com pedido de liminar no Tribunal de Justiça (TJ), solicitando o início imediato das aulas, argumentando que havia negociação em curso e as reivindicações em pauta estavam sendo analisadas e atendidas “dentro das possibilidades do governo”⁷. O

⁵ Informações do Jornal de Londrina. Pelegrino, Erika. Beto Richa segura verba de custeio e faz Uel viver pior crise da história. **Jornal de Londrina**, Londrina, 20 de fevereiro de 2015.

⁶ Informações da Gazeta do Povo: PRAZERES, Diego. Seti anuncia R\$ 26,9 milhões para custeio das universidades. **Folha de Londrina**, Londrina, 27 de fevereiro de 2015.

⁷ Informações da Gazeta do Povo. Prazeres, Diego. Governo solicita liminar para encerrar greve. **Gazeta do Povo**, Londrina, 28 de fevereiro de 2015.

pedido foi aceito no dia 28, à noite, pelo juiz de plantão Victor Martim Batschke, estabelecendo que 30% dos servidores administrativos da Educação voltassem às atividades, assim como os professores do terceiro ano do ensino médio. A multa pelo descumprimento foi fixada em R\$ 10 mil por dia. A APP-Sindicato recorreu da decisão.

A disputa tensa entre governo e servidores não teve fim. No dia 3 de março, representantes dos servidores e professores da UEL protocolaram representação pedindo abertura de investigação por improbidade administrativa contra Richa e a reitora da UEL, Berenice Jordão, devido ao não pagamento de 1/3 de férias.

No dia 9 de março, em assembleia realizada no Estádio Durival Britto e Silva, em Curitiba, professores e funcionários das escolas estaduais do Paraná decidiram suspender a greve, mas mantiveram a manutenção de estado permanente de greve, ou seja, ela poderia voltar à qualquer momento, caso o governo não cumprisse o que foi acordado, no dia 6 de março. Nesta data, em reunião de conciliação, no TJ-PR, o governo garantiu não apresentar projetos de lei que suprimam direitos dos servidores da Educação e a promoção de um amplo debate com a sociedade sobre as mudanças na Paraná Previdência, entre outros pontos.

As aulas na rede básica de ensino foram retomadas no dia 12 de março. Nesta data, professores das universidades estaduais de Maringá (UEM), de Ponta Grossa (UEPR), do Centro-Oeste (Unicentro), e do Paraná (Unespar, campus litoral) votaram pelo fim da greve. Na UEL, ficou decidido o fim da paralisação somente dos servidores técnicos-administrativos. Os professores só suspenderam a greve no dia 19 de março (retomando às aulas no dia 23), acompanhados dos educadores da UENP e Unespar- Apucarana. A greve dos estudantes também teve fim neste mesmo dia.

2.4. A LUTA CONTRA O “PACOTAÇO”

No dia 24 de março, o governo voltou a discutir medidas de contenções econômicas, mas sem tocar nos pontos mais críticos, como a Paraná Previdência. Sobre este item em particular, o governo entregou no dia 30 de março, para o FES, uma minuta com as alterações propostas prevendo uma discussão ampla em audiência pública marcada para dia 6 de abril.

As mudanças realizadas não agradaram os professores universitários, que consideram o material como uma “reedição do pacote”. Em assembleia realizada pela Sindiprol/Aduel, na UEL, em 2 de abril, vários pontos foram considerados divergentes com o que havia sido acordado.

Em vez de unificar dois fundos, o financeiro, bancado pelo Estado, e o previdenciário, que recebe as contribuições dos servidores, a minuta propõe “migrar” os inativos mais idosos para o segundo grupo. O Executivo se compromete a realizar ativos para a capitalização na ordem de R\$ 1 bilhão, de forma a ampliar o período de solvência. Os aportes aconteceriam “na medida em que as notas atuariais indicarem a necessidade”. (FELIZARDO, Folha de Londrina, 2 de abr. de 2015)

No dia 15 de abril, a UEL paralisou as atividades por 24 horas com o objetivo de mostrar a insatisfação com o governo. No mesmo dia, pela manhã, em assembleia unificada, no Centro de Educação Física e Esporte (CEFE), ficou definida uma nova paralisação para o dia 24, podendo ser votado um novo indicativo para greve. Na data marcada, os alunos, professores e funcionários decidiram cruzar os braços, na semana do dia 26 de abril, como protesto ao chamado: “tratoração 2.0”, já que o projeto estava para entrar em pauta nos próximos dias.⁸

No dia 22 de abril, o clima tenso entre servidores e governo voltou com a aprovação do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a previsão da votação do pacote para o dia 27.

Numa manobra protelatória, o deputado Péricles de Melo (PT) havia pedido vista do parecer favorável à constitucionalidade do projeto na sessão anterior da CCJ. Na avaliação do deputado petista, a iniciativa do governo era inconstitucional e, portanto, deveria ser rejeitada pela CCJ. Mas Péricles de Mello foi voto vencido. Da CCJ, o projeto de lei seguiria para o plenário da Assembleia na sessão seguinte, prevista para 27 de abril, quando começaria a ser apreciado em três turnos pelos deputados. (GOZZI, 2016, p.102)

Com a data definida para discussão (27 de abril), os sindicatos se mobilizaram e caravanas com professores, servidores e estudantes se deslocaram para a assembleia com o objetivo de impedir a votação. Alves e Broboff (2016, p.16) relatam sobre esta situação:

As ações do governo, referentes ao massacre, se iniciaram já no dia 25 de abril, quando começou a ser montada uma operação policial envolvendo 4.500 policiais militares [dados das autoras] para o cerco da Alep, visando não apenas impedir nova ocupação, mas também intimidar e limitar as manifestações populares. Esta operação envolveu Tropa de Choque, Batalhão de Operações Especiais, cães adestrados e grandes contingentes policiais militares trazidos de todo o estado que em barreiras limitavam a liberdade de circulação e proibição de acampamento das proximidades.

Para evitar surpresa, como ocorreu em fevereiro, o governo se antecipou e recorreu à Justiça, que concedeu no dia 24 de abril, interdito proibitório o que garantia

⁸ Informações do Jornal de Londrina. CALSAVARA, Fábio. UEL para nesta semana em protesto contra o governo do PR. Jornal de Londrina, 26 de abril 2015.

tranquilidade aos legisladores na votação, pois impedia a presença da população na assembleia.

Os educadores, portanto, ainda nem tinham decidido por uma nova paralisação quando o juiz de plantão Eduardo Lourenço Bana, acionado pela direção da Assembleia Legislativa, resolveu legalizar a ilegalidade. Na noite da sexta-feira, 24 de abril, o magistrado decidiu pela imposição de um interdito proibitório – dispositivo criado originalmente para lidar com conflitos de terra – por meio do qual vedava por antecipação o acesso dos servidores público às galerias do Legislativo nas sessões referentes ao futuro da Paraná Previdência. Em qualquer democracia, as sessões legislativas são públicas e o acesso do povo às galerias é uma garantia legal. Mas a Justiça paranaense entendeu diferente naquele caso. (GOZZI, 2016, p. 103)

Além disso, o magistrado autorizou a presença de reforço policial para o cumprimento da ordem o que explica o grande número de policiais (estimativas variam entre 1,5 mil a 4 mil policiais) em frente à assembleia. O juiz também determinou a instalação de telões do lado de fora para que as pessoas pudessem acompanhar a sessão, como se isso substituísse a participação popular em uma discussão de interesse da sociedade.

Reunidos em Londrina e já em posse de parte dessas informações na manhã de sábado, os professores decidiram lançar a campanha salarial junto com a segunda greve em apenas dois meses. Também decidiram que voltariam a fazer da Praça Nossa Senhora da Salette um “formigueiro” humano. O governo paranaense não pensou duas vezes. No próprio sábado, a região do Centro Cívico começou a ser isolada a pretexto de se fazer cumprir a ordem judicial. (GOZZI, 2016, p. 104)

Em 25 de abril, servidores e professores já iniciavam a chegada ao Palácio do Iguaçu, ampliando o acampamento que havia sido erguido em dezembro. Também estava prevista para o dia 28 assembleia da APP- Sindicato, no Canadá Country Club, em Londrina, para decidirem sobre a segunda greve, em menos de dois meses, na rede estadual.

No dia 27 de abril, policiais cercaram a Praça Nossa Senhora de Salette e isolaram a Assembleia para a realização da primeira votação do projeto de lei que alterava a Paraná Previdência. Os manifestantes que estavam acampados no local tiveram que sair e se organizarem na Praça 19 de dezembro, no Centro Cívico. O coronel Chehade Elias Geha, do primeiro Comando Regional da PM, justificou a medida dizendo que o governo do Estado estava instalando no Centro Cívico um palco para festa do Dia do Trabalho, em primeiro de maio.⁹

Paralelamente, nesse mesmo dia, o Tribunal de Justiça (TJ-PR) determinou que a categoria deveria retomar imediatamente às salas de aula e o governo informou que iria descontar os dias parados do salário dos professores.

⁹ Informações Folha de Londrina. CUNTO, Adriana. Praça amanheceu ocupada pela PM. **Folha de Londrina**, 28 de abril 2015.

O desembargador Luiz Mateus de Lima considerou a greve ilegal e ampliou o valor da multa diária de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil em caso de descumprimento da decisão por parte da APP-Sindicato, que representa os servidores do ensino fundamental e médio do Paraná. Já a multa diária para onze entidades sindicais, do ensino superior, passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil. (REDAÇÃO, Folha de Londrina, 28 de abril de 2015)

Toda a mobilização do Estado amparado pelos seus três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo visava um único objetivo: aprovação do “pacotão”, sem participação popular. Gozzi (2016, p.118) relata sobre o clima tenso:

A tensão era muito grande no início da tarde de 29 de abril na Praça Nossa Senhora da Salette. Do Executivo ao Judiciário, passando pelo Legislativo e pelas forças de segurança, todo o aparato do estado do Paraná fora mobilizado para assegurar que o governo tivesse acesso à previdência dos servidores públicos, revoltados com a medida e ao mesmo tempo assustados com o tamanho do contingente policial destacado. Havia mais de 20 mil servidores em volta do cordão de mais de 1.600 policiais estabelecido no perímetro da Assembleia Legislativa. Qualquer faísca teria o potencial de causar uma grande explosão.

2.5. 29 DE ABRIL

Os ânimos começaram a se exaltar na madrugada do dia 28, quando policiais rebocaram o caminhão de som e removeram as grades de segurança, com o objetivo de reduzir o espaço da concentração dos manifestantes acampados.

Na manhã do dia 28, outros dois confrontos foram registrados. Os professores novamente saíram em passeata para chegar à Assembleia e tentaram levar os caminhões de som. Um carro da polícia que impedia a passagem dos veículos foi retirado à força do local para dar passagem ao movimento. Os militares utilizaram jatos d’água, spray de pimenta, balas de borracha e gás lacrimogênio para evitar o avanço da multidão. Outras cinco pessoas ficaram feridas, segundo a APP-Sindicato. (FERREIRA, 2017, p.36)

O primeiro conflito não foi considerado pelo governo como “violência policial” e, sim, “ação necessária para conter os manifestantes e cumprir a ordem judicial de impedir que os mesmos adentrassem na assembleia”, como havia ocorrido em 10 de fevereiro.

A tensão aumentou no dia 29 de abril, data marcada para a votação final do projeto que alterava a Paraná Previdência. Pela manhã, servidores fizeram passeata em direção à assembleia e alguns grupos chegaram a bloquear ruas próximas ao prédio. A votação teve início às 14h40, como relata Ferreira (2017, p.39):

Os policiais mantiveram o cordão de isolamento com profissionais sem escudos na primeira contenção. Se os manifestantes avançassem, a ordem era que um segundo grupo com escudos agisse e por último, se a multidão não fosse contida, a Tropa de Choque tentaria controlar a situação. Por volta de 14h40, os líderes do movimento que estavam no caminhão de som informaram que a votação do projeto de lei havia começado. Por volta das 15 horas, um grupo de manifestantes tentou romper o cordão policial de isolamento e empurrar as grades que bloqueavam a passagem. Os agentes reagiram com spray de pimenta, balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Um caminhão blindado da Tropa de Choque da Polícia também disparou jatos d'água para afastar os manifestantes. Na rampa que dava acesso à parte interna do prédio da Assembleia Legislativa, outro grupo de policiais fazia uma barreira com cães.

Logo após o início da votação, o ataque teve início. Foram mais de duas horas de violência (disparos de bombas foram feitos durante uma hora e meia) deixando mais de 200¹⁰ pessoas feridas. “Quarenta e três feridos em estado mais grave, muitos deles alvejados em pontos vitais pelas balas de borracha, precisaram de transferência, sendo 36 para o Hospital e Cajuru e sete pra o Hospital do Trabalhador” (Gozzi, 2016, p.11). O cinegrafista da Rede Bandeirantes de Televisão, Luiz Carlos de Jesus, que cobria o fato, foi mordido por um *pitbull* da Tropa de Choque. Gozzi (2016, p.11) relata que “a truculência policial não poupou idosos, crianças e nem deficientes físicos”.

A Folha de Londrina retratou o fato da seguinte forma: “O subsolo da prefeitura virou um verdadeiro hospital de guerra. O primeiro atendimento aos feridos aconteceu no prédio da prefeitura. O cenário era muita gente chorando, desesperada e com medo”¹¹.

Já o Jornal de Londrina destacava que o prédio da prefeitura que fica perto da assembleia foi aberto para acolher os feridos, e as ambulâncias não foram suficientes para o número de pessoas sendo necessário acionar a Guarda Municipal. “À tarde, o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), disse que a ação do governo do Estado teve um grau de violência desnecessário. A vice-prefeita Miriam Gonçalves disse que Richa estava ‘completamente louco’.”¹².

A ação da polícia foi duramente criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como em nota da entidade publicada na Folha:

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná divulgou nota repudiando o uso de violência no Centro Cívico. Nela, classificou a ação da PM como “massacre”.

¹⁰ Não há números precisos sobre o número de pessoas feridas. Informações tanto da imprensa como de fontes oficiais apontam mais de 200 pessoas.

¹¹ Folha de Londrina, 30 de abril de 2015, Cenas de guerra: PM usa bomba e bala de borracha contra servidores, p. 6.

¹² Jornal de Londrina, 30 de abril de 2015, Pelo menos 213 ficam feridos durante votação da reforma da Parana Previdência.

“A Polícia Militar deve agir para garantir a integridade da população. Exige-se do Ministério Público do Estado a imediata apuração das responsabilidades sobre esses lamentáveis episódios”, afirmou (JORNAL DE LONDRINA, 30 de abr., 2015)¹³.

Embora a palavra “massacre” tenha sido empregada, em especial, pelos manifestantes, sindicatos e entidades muito se discute sobre o seu uso, já que não teve nenhuma morte. Por outro lado, entende-se que o policiamento usado naquele dia para impedir a votação da Parana Previdência foi superior ao número de professores e alunos que ali estavam.

Até o termo “confronto” para explicar o que ocorreu também é questionado e acaba soando como neutro diante do episódio. Gozzi (2016, p. 199) observa que “não se tratava de confronto, mas de uma ofensiva de uma força policial armada até os dentes contra manifestantes indignados, mas pacíficos e desarmados – e, com a ofensiva, amedrontados”. Diante dessa dificuldade em nomear o episódio, a pesquisadora utiliza o termo “ataque”, pois tratava-se de policiais armados contra manifestantes desarmados e indefesos.

Mesmo assim, diante do caos que se viu do lado de fora da assembleia, o projeto de lei 252/2015 que, de acordo com o governo, permitiria que os cofres públicos economizassem mensalmente R\$ 125 milhões, foi aprovado por 31 votos a favor e 20 contra. Com a confusão que se instalou do lado de fora, deputados da oposição chegaram a pedir suspensão da sessão, mas não obtiveram sucesso.

Mesmo depois da batalha campal entre servidores e policiais que tomou conta do Centro Cívico no lado de fora da Assembleia Legislativa (AL), os deputados aprovaram ontem por 31 votos a 20 o projeto que altera a Parana Previdência, o regime próprio da Previdência Social do funcionalismo público. Aprovado também em redação final em sessão extraordinária, o texto segue agora para a sanção do governador Beto Richa (PSDB). Com a aprovação do projeto, 33.556 beneficiários da Parana Previdência com 73 anos ou mais serão transferidos do Fundo Financeiro (bancado pelo Estado) para o Fundo Previdenciário (composto por contribuições dos servidores estaduais) (FOLHA DE LONDRINA, 30 de abr. de 2015)¹⁴.

Um ofício entregue pela PM ao Ministério Público de Contas do Paraná quase um mês depois mostra a dimensão do ataque, como pontua Gozzi (2016, p.11):

A ação repressiva realizada em 29 de abril de 2015 contou com a participação de 1.661 policiais, 15% de todo o contingente da PM paranaense. Durante quase duas horas de repressão, os policiais dispararam contra os professores, alunos, servidores públicos e outros manifestantes um total de 2.323 balas de aço revestidas por borracha, 1.094 granadas de “efeito moral” e 300 bombas de gás lacrimogênio de

¹³ Idem.

¹⁴ Folha de Londrina, 30 de abril de 2015, página 3. Protegidos pela PM, deputados aprovam mudança na Previdência.

longo alcance. Ou para melhor entendimento, uma bomba a cada 24 segundos, nove granadas por minuto e um tiro de bala de borracha a cada três segundos.

As imagens do ataque rodaram o Brasil e o mundo (Figura1). “O espanhol *El País* destacou que a manifestação começou de maneira pacífica, mas que o caos teve início quando manifestantes tentaram entrar na Assembleia Legislativa. ‘Os agentes [da polícia militar] usaram balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e água para dispersar os manifestantes, que lançavam pedras’,” descreveu. "Policiais reprimem com cassetetes professores em protesto", noticiou o jornal alemão *Die Welt*. "No Brasil, os professores de escolas públicas sempre voltam a protestar. Os motivos são principalmente dificuldades financeiras e condições de trabalho precárias", escreveu. O alemão *Tageszeitung* destacou que o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, chamou as cenas vistas na capital paranaense de uma "guerra sem precedentes". A versão eletrônica do jornal cita imagens de TV que mostraram "centenas de professores que protestavam fugindo quando granadas de efeito moral e bombas de gás lacrimogêneo explodiam no meio deles".¹⁵

Figura 1- Repercussão internacional sobre ataque do dia 29 de abril



Fonte: Portal Terra
Acesso em 25 de julho de 2016

No dia seguinte (30), ocorreram protestos em Londrina e Curitiba contra a ação da polícia. Nesta mesma data, o governador Beto Richa sancionou projeto de lei cancelando a festa do Dia Internacional do Trabalho, comemorado em primeiro de maio, que aconteceria no Centro Cívico.

Na tentativa de encontrar culpados, 14 pessoas foram detidas entre elas professores, estudantes universitários e dois menores de 18 anos. Três estudantes da UEL

¹⁵ Informações do site terra: <http://noticias.terra.com.br/brasil/protesto-em-curitiba-repercute-na-midia-internacional,757999c7c5b0d410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>, acessado em 22/06/2016

foram acusados de serem “*black blocs*”¹⁶. A reitora da universidade, Berenice Quinzoni Jordão, convocou coletiva de imprensa para repudiar a classificação dos alunos e professores como pertencentes ao grupo, como informou o JL:

Não vamos admitir que as imagens de estudantes e docentes da universidade sejam veiculadas de maneira imprópria associando-os a grupos radicais como se eles estivessem de alguma maneira armados com equipamentos, instrumentos ou produtos que viessem a levá-los a qualquer responsabilização sobre os atos de violência praticados e vistos por todo o país, ressaltou Berenice¹⁷ (FOLHA DE LONDRINA, 06 de maio de 2015).

No dia 4 de maio, estudantes da UEL retomaram a greve por tempo indeterminado. Na mesma data, professores do Sindiprol/Aduel, em assembleia, decidiram manter a paralisação até dia 7 de maio. Nos demais dias, várias assembleias foram marcadas para avaliar e decidir sobre a duração da segunda etapa da greve, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Segunda greve

Quando?	Quem?	Decisão da assembleia:
4/05/2015	Estudantes da UEL	Retomam a greve por tempo indeterminado.
4/05/2015	Professores Sindiprol/Aduel	Mantém greve até dia 7 de maio.
5/05/2015	Professores App/Sindicato	Decidem pela manutenção da greve.
5/05/2015	Servidores da UEL/ Assuel	Decidem manter greve até dia 7 de maio.
6/05/2015	Professores do Sindirpol/Aduel	Decidem manter a greve por tempo indeterminado.
7/05/2015	Servidores da UEL/Assuel	Seguem a decisão dos professores e mantêm greve por tempo indeterminado.
15/05/2015	Professores Sindiprol/Aduel	Decidem suspender o vestibular da UEL e calendários da graduação e pós-graduação.
18/05/2015	Servidores UEL e HU	Decidem manter a greve.
19/05/2015	Servidores/ FES	Início greve geral.
25/05/2015	Integrantes do Cepe	Suspendem atividades da graduação e pós-graduação e vestibular.
9/06/2015	Professores da APP-Sindicato	Suspendem a greve.
23/06/2015	Professores e servidores da UEL	Suspendem a greve.

¹⁶ O termo se refere a uma tática de manifestações de rua. Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/black-bloc-movimento-ou-tatica.htm>, acessada em 21/09/2016.

¹⁷ Entrevista publicada na Folha de Londrina no dia 6 de maio de 2015, Reitora repudia classificação de alunos da UEL como *black blocs*.

23/06/2015	Estudantes da UEL	Mantém greve e decidem pela ocupação da reitoria.
24a26/06/2015	Demais universidades (UEPG/Unioeste/UEM)	Suspendem a greve.
30/06/2015	UEL	Atividades são retomadas.
1/07/2015	Estudantes da UEL	Suspendem a greve.

Fonte: Pesquisa feita pela autora com base em Ferreira (2017)

As aulas na UEL foram retomadas no dia 30 de junho e o novo calendário foi realizado referente ao ano letivo de 2015, com as aulas previstas até março de 2016.

Um ano após o ataque de 2015, houve poucos avanços em relação às consequências da violência praticada no dia 29. A participação de integrantes do *blackblocs*, como defendido pelo governo, tampouco foi comprovada. Alguns processos judiciais contra a polícia foram arquivados e outros ainda estão em trâmite, como as ações movidas pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público.

Recentemente foi publicada a sentença judicial referente ao IPM – Inquérito Policial Militar n 27199-15.2015.8.16.0013. Trata-se do processo de investigação, instaurado pelo Comando-Geral da PM/PR para apuração dos abusos ocorridos na denominada “Operação Centro Cívico”. O promotor de justiça responsável pelo caso já havia emitido parecer pela impossibilidade de oferecimento de denúncia. Em 22 de março de 2016, o juiz Davi Pinto de Almeida acolheu as razões do representante do Ministério Público, determinando o arquivamento do IPM (JORNAL DO SINDIPROL/Aduel/Abril 2016)¹⁸.

Três inquéritos abertos contra a PM (Polícia Militar) foram arquivados por falta de compreensão de que houve elementos necessários para processar os policiais por lesões corporais. E a Justiça Militar arquivou o inquérito aberto contra os policiais.

O Ministério Público propôs uma ação contra o governador Beto Richa por improbidade administrativa. Na mesma ação é citado o ex-secretário Fernando Franchischini¹⁹ e os policiais que comandaram a ação. A investigação criminal contra o governador e o ex-secretário foi encaminhada à Procuradoria Geral da República, em Brasília.

Um ano após a greve, em fevereiro de 2016, a situação que se configura é a efetivação da reposição da inflação do ano de 2015 (10,67%), no último dia de janeiro e nomeação de parte dos docentes concursados. Em luta pautam-se ainda negociações do estado com o sindicato que representa os docentes da UEL, Uenp e Unespar-Campus de Apucarana (Sindiprol/Aduel) e sindicatos dos técnicos administrativos dessas universidades para: nomeações dos técnicos-administrativos

¹⁸ Jornal do Sindiprol/Aduel de Abril de 2016. A decisão da Justiça Militar estadual sobre o 29 de abril.

¹⁹ Pressionado após o ataque, o então secretário de segurança, mesmo negando ser o responsável pela ação, pediu exoneração do cargo no dia 8 de maio.

– aproximadamente 400 em todas as IEES; a retirada da Uenp e Unespar do sistema centralizado de pagamentos do governo do Estado; a regularização dos repasses de recursos de custeio; e a normalização dos processo de reposição de docentes e demais servidores (ALVES e BORBROFF, 2016, p. 23).

Segundo estimativa do Ministério Público através das investigações que duraram dois meses, com 581 depoimentos, os custos com a repressão do dia 29 ultrapassaram R\$ 5 milhões.

Ainda segundo o MP, estimativas apontavam que a repressão atingiria um custo total superior R\$ 5 milhões aos cofres públicos paranaenses, entre gastos diretos com a ação policial e futuros pedidos de indenização pelas vítimas do massacre, uma quantia considerável para um governo em crise financeira. (GOZZI, 2016, p.182)

2.6. DIVERGÊNCIAS SINDICAIS E A DIFICULDADE DE MOBILIZAÇÃO

Como apresentado, a greve de 2015 foi dividida em duas etapas e com datas distintas entre ensino básico e superior. Nas escolas, a greve começou no dia 9 fevereiro (tendo sido deflagrada no dia 7) e se estendeu até 10 de março. No ensino superior teve início dia 12 de fevereiro até 18 de março. Na segunda fase, na rede básica de ensino começou dia 27 de abril até 9 de junho. Já no ensino superior a greve terminou no dia 24 de junho. E é justamente esta falta de coesão e de sintonia entre as classes representantes das categorias na área da educação que faz com que o movimento grevista perca força.

Émeutes (2015, p.168) aponta que as divergências sindicais são um elemento constitutivo da luta de trabalhadores em todo lugar do planeta, porém observa que “o quadro paranaense é especialmente emaranhado no caso dos sindicatos das categorias ligadas à educação”.

Num universo de um pouco mais de 100 mil servidores estaduais, a maior categoria do estado é a dos 70 mil professores da rede básica de ensino, capitaneada pela APP-Sindicato (Associação Paranaense de Professores). A APP é hegemônica pela CUT, mas conta em suas fileiras uma combativa oposição, majoritariamente ligada à CSP- Conlutas. A APP mantém ainda grande controle sobre o FES (Fórum das Entidades Sindicais), que conta com mais 18 sindicatos de diferentes categorias e está sempre à frente das negociações com o governo. (ÉMEUTES, 2015, 168).

Ainda segundo o autor, entre os professores do ensino superior há bastante divergência sindical, sendo a Universidade Estadual de Londrina (UEL) praticamente uma ilha, funcionando quase de forma autônoma. Essa particularidade é destacada por Alves e

Broboff (2016, p.9), que explicam que na Universidade Estadual de Londrina (UEL), estabeleceu-se uma dinâmica diferente nesta greve:

O Comando de greve contou, em alguns momentos, com representação das três categorias que compõem a comunidade universitária (docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes) da UEL, além de representantes docentes da Uenp e Unespar) campus Apucarana, que formam a base do Sindicato dos Professores de Ensino Superior Público de Londrina e Região (Sindiprol/Aduel).

Compreender a organização das entidades representativas é um desafio principalmente em decorrência de suas particularidades e interesses, como mostra Émeutes (2015, p.168).

A maioria das organizações está ligada ao Andes (o Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior), mantendo a linha da CSP-Conlutas. Mas, há universidades que têm sua base disputada por mais de um sindicato, como é o caso de Maringá, que conta com um majoritário sindicato misto (que atende professores e técnicos- administrativos) e com um sindicato menor exclusivamente docente, ligado ao Andes. A Universidade Estadual de Londrina é um caso à parte, não compondo com nenhuma das associações. Como se pode imaginar, a tendência é que as picuinhas e divergências sindicais se tornem, com o andar da carruagem, preponderantes aos aspectos em luta.

A falta de unidade entre as classes representativas é histórica, em especial, no ensino superior. Na década de 80, houve, de acordo com Menezes (2012), quatro greves: 1980, 1981, 1986 e a mais violenta, a de 1988. Esta última, deflagrada no dia 5 de agosto, foi realizada porque “Álvaro Dias (1987-1991), governador do Estado, descumpria acordos firmados anteriormente, principalmente o direito salarial conquistado na greve de 1986, quando os professores haviam conseguido um piso salarial de três salários mínimos.” (Menezes, 2012, p.12).

Outras semelhanças entre a greve de 1988 e 2015 se referem a: mobilização dos docentes, ocupação da assembleia, violência contra os professores e exposição de seus salários com objetivo de fazer com que a população se colocasse contra o movimento.

Assim como no governo Richa, várias manifestações contra a política educacional foram realizadas pelas ruas de Curitiba. Querendo ser ouvidos, professores que participavam em uma das sessões dos deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, decidiram se instalar no local, assim como ocorreu em fevereiro de 2015.

Na época, de acordo com Menezes (2012, p.12), vários artifícios foram usados para que os professores desistissem da ocupação da assembleia como: deixar o local sem ventilação para que os mesmos fossem embora, entre outros recursos.

Estes incidentes tinham por objetivo forçar a saída dos professores da Assembleia Legislativa do Paraná. Esta estada dos professores no âmbito da assembleia fez com que os deputados da situação, liderados pelo chefe do governo, cancelassem todos os trabalhos que deveriam ser realizados na Assembleia Legislativa, alegando que os professores estariam atrapalhando as tomadas de decisões por parte dos parlamentares. No outro extremo, as lideranças da APP mantinham a organização do movimento instalados no recinto da Assembleia, alegando ter como objetivo principal forçar um diálogo com o governador Álvaro Dias, e abrir as negociações sobre os aumentos salariais e o retorno às salas de aula (MENEZES, 2012, p. 13).

No dia 30 de agosto de 1988, caravanas vindas de outras cidades trouxeram professores que se reuniram e caminharam, em passeata, ao Palácio do Iguazu. Chegando ao local, os professores avistaram uma barreira de policiais que impediam a passagem dos manifestantes. A polícia usou bombas de efeito moral e principalmente a cavalaria, deixando muitas pessoas feridas, como queimaduras e fraturas, causadas pelos estilhaços das bombas.

Para impedir que os manifestantes chegassem de forma organizada ao Palácio Iguazu e à Assembleia, a PM paranaense estabeleceu um cordão de isolamento em frente à Prefeitura de Curitiba. O bloqueio pegou de surpresa os manifestantes. Tratava-se de mais um dentre tantos conflitos entre patrão- no caso o Estado – e empregados- os professores. Frente a frente, porém, estavam servidores da educação e servidores da segurança pública. E o Estado servia-se de ambos para impor seus interesses. A presença policial era esperada, mas os organizadores não imaginavam um contingente tão grande. (GOZZI, 2016, p.20)

As medidas tomadas pela polícia para que os manifestantes se dispersassem e não tivessem comunicação (impedindo carro de som de se aproximar) fizeram com que o clima tenso aumentasse. “A tensão excitou os cães da tropa de choque e a situação saiu do controle quando a PM começou a usar bombas de gás lacrimogênio. As explosões assustaram os cavalos da polícia, que empinaram para cima dos professores”. (Gozzi, 2016, p.21).

As cenas de violência contra os professores através da cavalaria já havia sensibilizado a opinião pública e até hoje, segundo o historiador Schwartz (2016), Dias é lembrado por conta desse episódio. “A imprensa toda cobriu. Teve grande repercussão. Até hoje as pessoas o associam a agressão contra os professores (SCHWARTZ, 2016)²⁰.”

Após os acontecimentos, a greve ainda permaneceu. Álvaro Dias condicionou a abertura de diálogo ao retorno dos professores às salas de aula, como conta Menezes (2012, p.14).

Esta imposição e as ameaças de dispensa dos professores por abandono de trabalho acabaram por enfraquecer o movimento grevista. Grande parte dos professores eram celetistas, contratados por regime CLT, o que facilitava a dispensa, garantida pela lei

²⁰ Informações do jornalista e historiador Widson Schwartz em entrevista concedida a autora, no dia 16 de junho de 2016. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice deste trabalho.

após um período de 30 dias corridos sem a presença no trabalho. Diante desta situação, e das ameaças do governador, os professores começaram a voltar para as salas de aula em várias regiões do Paraná, forçando uma decisão dos docentes reunidos em assembleia na cidade de Maringá, no dia 20 de setembro do referido ano, favorável ao retorno ao trabalho.

A divulgação na imprensa do valor pago aos professores, alegando que os mesmos seriam “bem remunerados” e, portanto, os pais deveriam cobrar o funcionamento pleno das escolas foi um artifício utilizado tanto por Dias (em 1988) como por Richa (em 2015). Menezes (2012) se recorda de como a Folha de Londrina noticiou o fato em 1988:

A Folha reproduz, na sequência, grande parte da nota, que demonstra os ganhos dos professores por “apenas quatro horas por dia”, o governo apresenta uma espécie de justificativa diante das exigências dos professores, alegando que em relação ao número de horas que trabalham, seriam bem remunerados. Esta exposição dos ganhos mensais dos docentes tem como objetivo deslegitimar a greve. A sociedade, exposta a essas informações, poderia se apropriar da imagem dos professores ou de seus atos no movimento como “gananciosos”, egoístas”, que não levam em conta a situação econômica, as dificuldades enfrentadas em todo o país. (MENEZES, 2012, p.64)

Tornar público a folha de pagamento dos professores, pelo governo, tem como única função desqualificar a greve. Dias divulgou os dados logo no início da greve, em uma tentativa de colocar a opinião pública contra o movimento. Já Richa, em junho de 2015, quando os ânimos já estavam quase reestabelecidos, tornou público o *holerite*, através do Portal da Transparência do Estado, chamando as remunerações de “supersalários”. Porém, é importante pontuar que, neste caso, houve erro de informação na divulgação dos valores, o que obrigou o Tribunal de Justiça (TJ-PR) a ordenar que o governo retificasse os dados distorcidos, como mostra Gozzi (2016, p. 173):

O que o governo Beto Richa se esqueceu de contar em sua “denúncia” é que alguns professores receberam “supersalários” em maio por causa do pagamento retroativo de progressões e promoções atrasados havia um ano e meio. Tratava-se, portanto, de um pagamento acumulado de quantias atrasadas e que não se manteriam – ao contrário do salário do próprio governador, por exemplo – nos meses seguintes.

A exposição dos salários causou mal estar pela tentativa do governo em mostrar que o movimento grevista não é legítimo. É como se professor não tivesse direito a ser bem remunerado.

3. OS JORNAIS DE LONDRINA: IMPRENSA, HISTÓRIA E PODER

A imprensa deve ser a mediadora entre o fato e o leitor (ouvinte ou telespectador). Por isso, analisar como ela informa é importante e necessário para a formação de um público crítico, já que um dos grandes papéis da imprensa livre deve ser a formação de cidadãos capazes de argumentar sobre o que acontece ao seu redor. Uma vez que há leitores formadores de opinião, a imprensa tende a se aperfeiçoar, pois passa a ser mais cobrada e exigida.

Para entender um pouco mais sobre como a greve na educação paranaense foi exposta pelos principais jornais da cidade naquele ano: a Folha de Londrina e o Jornal de Londrina é necessário compreender a história de cada um deles.

3.1. FOLHA DE LONDRINA: O MAIS ANTIGO

A cidade de Londrina tem uma população estimada em 553.393 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹ e apenas um jornal diário: a Folha de Londrina.

O veículo foi fundado pelo catarinense João Milanez, que chegou no município em 1947, aos 12 anos de idade. Nesta época, a cidade já somava 67 mil habitantes, dos quais 30 mil urbanos. O café ganhava destaque e fomentava a economia, como conta o historiador Schwartz (2016):

Já em 1950, o Norte do Paraná se tornou “a zona de maior expansão, a mais dinâmica de todas as que se desenvolvem em território nacional [...] superando mesmo todos os outros grandes centros de potencialidade econômica e demográfica que já tivemos”, segundo uma análise contemporânea abalizada. Em pouco mais de vinte anos, “a cidade de Londrina se tornou uma espécie de Capital e seu movimento agrícola, financeiro e demográfico excedeu a tudo quanto se poderia esperar”.

De profissão marceneiro, mas vendendo títulos de capitalização, Milanez decidiu ficar em Londrina. Segundo entrevista concedida a Schwartz, no dia 12 de dezembro de 1998 (publicada no JL), Milanez contou que a cidade onde nasceu, Meleiro (SC), com uma população estimada em 2016 em 7.056 habitantes²², não era o local de seu agrado.

²¹ Dados são referentes a 2016.

²² Dados do IBGE: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421080&search=santa-catarina|meleiro>

Eu queria sair de lá, já tinha neurose daquele lugar desde os nove, dez anos [...] queria sair, conhecer o mundo, fazer alguma coisa importante.” Nem Criciúma, onde associou-se a uma fábrica de sapatos, o animava. Assim, mesmo passando por São Paulo a seguir, Milanez não presenciara expansão tão surpreendente quanto a Londrina cosmopolita (mais de 30 etnias), certamente um campo fértil para jornal. Enquanto sócios se retiravam, ele acreditava cada vez mais, associando o jornal aos interesses da comunidade, o que o levaria a adotar o chavão “jornalismo também é prestação de serviço”. (SCHWARTZ, 2016).²³

Zortéa (1975) relata que quando chegou em Londrina, Milanez quis montar uma oficina de portas e batentes. O projeto mudou quando ele conheceu Correia Neto, que tinha um jornal e precisava de alguém para trabalhar com vendas. Com o tempo, Correia Neto não quis mais saber da atividade e Milanez então quis comprar a sua parte. O pagamento para isso foi feito, segundo Schwartz, com uma caneta *Sheaffer's*, que na época era um objeto de status.

Correia Neto retira-se, vendendo sua parte a Milanez, que paga com uma caneta *Sheaffer's*, objeto dos mais cobiçados na época. E o jornal cessa, até o ingresso de novos sócios: Fulgêncio Ferreira Neves e Aquiles Pimpão (ambos com interesse político, candidatos a vereador e a prefeito respectivamente), Abdoral Araújo e Eufrozino Lázaro Santiago, redator. Volta a circular com o n.º 1, de 13 de novembro de 1948, proclamando-se “o jornal dos trabalhistas do Norte do Paraná, pelas “diretrizes luminosas de Getúlio Vargas”. Impressa na gráfica do *Paraná Jornal*, a Folha circula duas vezes por semana, quinta-feira e domingo. Consta na primeira página: diretor-fundador, A. C. Silva (presume-se que seria Correia Neto); gerente, J. Milanez. Em 1950, retiram-se os sócios, Milanez fica sozinho e o redator é o advogado Moacir Arcoverde. (SCHWARTZ, 2016).

A data do primeiro exemplar da Folha, no entanto, ainda gera discussão. Segundo Schwartz, seria “ou 29 de outubro de 1947 ou 15 de novembro de 1947”. Zortéa (1975), no entanto, aponta dia 29 de outubro de 1947, como de sua fundação. O que se sabe é que o primeiro exemplar após a nova administração é de 13 de novembro de 1948, data essa utilizada pelo jornal para comemorar suas atividades. Nos primeiros anos de atividade, o jornal era semanal e tinha apenas quatro páginas.

Logo após ficar sozinho no jornal na década de 50, Milanez começou a encontrar meios para sustentar o veículo e um deles foi a venda por assinatura, o que ajudava a dar fôlego financeiro ao jornal. Sobre esta fase, o novo dono falou em matéria publicada pela Folha em 30 de abril de 1982:

No primeiro ano eu entrevistei mais de cinco mil pessoas nesta região e fiz 1.700 assinaturas, numa época em que o *Estadão* (O Estado de S. Paulo) tirava uns 10 mil

²³ Informações retiradas do Jornal de Londrina. Schwartz. Milanez troca neurose por jornal, Londrina, 12 de dez. de 1998.

exemplares. Essa receita de assinaturas é que manteve o jornal no primeiro ano. No segundo ano, quando as assinaturas começaram a vencer, eu comecei com anúncios. O jornal estava conhecido, voltava nas cidades e fazia edições especiais, falando dos pioneiros [...] dos plantadores de café, algodão, de tudo que já havia nas cidades; fotografando, pegando anúncios”.

Milanez se esforçava para que seu projeto desse certo e estava sempre acompanhando a produção e distribuição do impresso. De acordo com Zortéa (1975), Milanez sempre era visto carregando os jornais.

A princípio, quando a redação estava na Rua Duque de Caxias esquina da Rua Pará, era o próprio João Milanez que carregava os jornais em grande volume da redação até a sede do jornal sita à rua Minas Gerais. De pequeno jornal, passou a ser rodado semanalmente, impresso em velhas máquinas, passando anos depois para linotipos e hoje em *offset*, como dos melhores do Paraná. (ZORTÉA, 1975, p. 155)

A Folha passou a ser diária no dia 27 de abril de 1952 e a circular com oito páginas e notícias internacionais na capa. A aquisição de uma impressora rotativa colaborou com o avanço do impresso, permitindo grandes tiragens de papel de bobinas. Já na década de 50, de acordo com Felismino (2016, p.72), “o jornal já era uma redação profissionalizada, dirigida pelos irmãos e jornalistas Nilson Rímoli e João Rímoli, que foram sucedidos por Walmor Macarini na direção de redação dos anos 1960 aos 1980.”

Fundada às vésperas do 13 aniversário do município de Londrina, em novembro de 1947, como um pequeno semanário, a Folha de Londrina cresceu no mesmo ritmo da cidade durante o chamado “Ciclo do Café”: passou a bi semanário em 1948, a diário em 1952 e, no Paraná, foi o segundo jornal a adquirir uma impressora rotativa em 1956 e o primeiro (terceiro do país) a implantar a impressão off set, em 1969. E continuou crescendo após a mudança da matriz econômica regional nos anos de 1970, da cafeicultura para a diversificação agrícola e a urbanização baseada no setor de serviços, até o fenômeno da internet alastrar-se, a partir dos anos 2000, afetando toda a indústria de mídia impressa (FELISMINO, 2016, p.71).

Milanez mesclava interesses do jornal com os seus. Era comum vê-los nas colunas sociais e em matérias do próprio impresso. Esse comportamento, segundo Schwartz, incomodava a redação.

Ele aparecia demais no jornal. O pessoal criticava: “patrão, você aparece demais no jornal. Não tem que aparecer”. Uma vez falei com ele. Ele disse: “eu acho que está certo me promover, sou o dono do jornal”. Ele era assim, estava sempre com o jornal na mão (SCHWARTZ, 2016).

Além de se promover, ele também gostava de valorizar seu jornal. Andava sempre com exemplares no carro para entregar para quem encontrava. Schwartz (2016) conta

que sempre que os repórteres saíam da redação, ele perguntava se tinham jornal. “Era uma ordem dele”, lembra Schwartz. Ele sempre investiu para que seu jornal crescesse cada vez mais.

Em 1956, o jornal tornava-se o segundo no Paraná a possuir uma impressora “rotativa” e, de um caderno diário de dez a doze páginas, passava a publicar, desde então, dois cadernos diários de oito páginas cada, chegando a publicar, nas “datas comemorativas”, quatro ou cinco cadernos de oito páginas. A Folha de Londrina tinha um padrão estético moderno, comparável aos grandes jornais de circulação da época, sempre buscando ser bastante atraente ao público leitor (NOGUEIRA, 1999, p.8).

Na década de 60, a Folha de Londrina torna-se o terceiro jornal do país a adquirir uma impressora offset. Segundo Oliveira (2012), por mais de quatro décadas, a Folha foi o jornal de maior tiragem do Estado. Milanez era tido como um homem influente, amigo de fazendeiros e das autoridades que mandavam no país, inclusive na política fundiária.

A persistência de Milanez e seu bom convívio com as pessoas, em especial seu fluxo com políticos e empresários, fez com que o jornal fosse crescendo e se firmando como principal veículo impresso da cidade.

Contentava-se [Milanez] em ter o melhor do Paraná e daquele considerado pela imprensa de São Paulo e Rio como o melhor jornal do interior do Brasil. Nem queria ser dono de fazenda, mas um dia sonhou em ter um avião, para facilitar suas próprias viagens e as viagens de seus “carrapichos”- não comodidade dos repórteres, mas para que chegassem mais ligeiro à fonte da notícia e voltassem mais cedo à Redação (OLIVEIRA, 2012, p.25).

O jornal tinha linhas de distribuição que passava em Campo Mourão, Paranaíba, depois mais tarde, Campo Grande e Presidente Prudente, e em todo o posto da Polícia Rodoviária, atendendo ao pedido do seu proprietário, os funcionários tinham que parar e entregar um jornal do dia. O jornal cresceu a ponto de ter sucursais, como relata Oliveira (2012, p. 77):

Antes da internet e do e-mail, tempo do petróleo barato- era que terminou em meados de 1975- a Folha de Londrina chegava a Mato Grosso e instalava sucursais em Campo Grande e Dourados. Também chegava a Cuiabá. Foi o primeiro jornal do dia a circular naquela capital – mais cedo que os jornais locais, que eram entregues nas bancas sempre com a data da véspera. Mesmo assim, o jornal londrinense não conseguiu se fixar na capital de Mato Grosso.

Na década de 80, investiu na informatização com aquisição de um novo parque gráfico. De acordo com Ferreira (2017, p. 70), “ele passou a ser impresso em cores e

distribuído para mais de 500 localidades nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, a tiragem era de 45 mil exemplares e aos domingos chegava a 60 mil.”

Ainda na década de 80, Milanez passa a administração do jornal para seus sobrinhos, mas continuou sendo o presidente do Conselho de Administração. O diário ganhou projeção internacional, na década de 90, por ser o primeiro jornal do mundo²⁴ a receber a certificação de qualidade ISO 9002²⁵.

A crise econômica, na década de 90, que afetou a produção cafeeira refletiu no jornal que somado a erros administrativos vivenciou uma crise financeira, conseguindo se manter. Em 1998, comemorou 50 anos de jornalismo tendo, de acordo com Ferreira (2017,p.71) “quase 500 funcionários divididos pelas oito sucursais do estado; destes, 105 eram jornalistas que atuavam em Londrina e em Curitiba”.

Nos anos de 2000 o jornal adotou o sistema de impressão CTP (*Computer to Plate*), onde a chapa de impressão é gerada digitalmente, permitindo além de uma resolução perfeita, maior agilidade para a produção editorial e de anúncios. Mas o investimento não foi capaz de brevar a crise econômica que afetou o jornal, como relata Ferreira (2017, p. 71-72):

A crise financeira que atingia o país não demorou a provocar cortes no jornal; houve redução no número de páginas, fechamento de sucursais, demissões e redução da rede de distribuição. As emissoras de rádio e televisão foram vendidas ou entregues como forma de pagamento de dívidas. Em 2002, o jornal voltou a se chamar apenas *Folha de Londrina*²⁶ e manter somente uma edição diária. Houve reestruturação da linha editorial, que passou a ser direcionada para a comunidade londrinense, dando maior ênfase na editoria de cidades.

Atualmente a Folha de Londrina pertence ao Grupo Folha e está em 253 municípios do estado do Paraná e sua tiragem é de 35.000 exemplares dia. De acordo com seu site²⁷, a Folha tem “150 mil leitores diários, 700 pontos de vendas, 300 só em Londrina e mais de 3,5 milhões de visitas únicas mensais nos portais do Grupo, o Bonde e também o site que leva o nome da Folha de Londrina”. Em 2016, o Grupo Folha incluiu no seu portfolio a Multiv Cidades, canal 20 da Net, com programação local 24 horas.

²⁴ Informações do site do jornal que conta a história do veículo. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha>. Acesso em 26/02/2017.

²⁵ Certificado internacional de garantia de qualidade de processos de produção, instalação e serviços.

²⁶ Sob a administração de João Antonio Vieira Filho, a Folha de Londrina se transforma em Folha do Paraná com produção de quatro diferentes produções diárias: Folha do Paraná-edição capital; Folha do Paraná-edição noroeste, Folha do Paraná, edição oeste/sudeste e a Folha de Londrina.

²⁷ Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha>. Acesso em 26 de abr.2017.

3.2. JL: O CONCORRENTE DIRETO

Uma cidade do porte de Londrina merecia ter mais que um jornal. Pelo menos foi o que defendeu os jornalistas Délio César, Wladimir Coutinho Mendes, Luiz Carlos Lorencetti e Leonardo Henrique dos Santos quando idealizaram o Jornal de Londrina. De acordo com Oliveira (2012, p.70), o objetivo era tirar da Folha de Londrina o monopólio do jornalismo impresso diário no município.

Délio César terminara seu mandato de vice do prefeito Wilson Moreira, e em 1989, conversou, na praia de Pontal do Sul (SC), com os engenheiros Hugo Dantas, Claudio Tedeshi, de criar um novo jornal. Délio regressou a Londrina e falou com o ex-prefeito Wilson Moreira. Recebeu mais um apoio. Moreira e Délio reuniram 60 interessados- empresários da construção civil (e de outros setores), entre os quais Ézaro Medina Fabian, da Plaenge (OLIVEIRA, 2012, p.71).

O Jornal de Londrina não surgiu de uma hora para outra. Ele foi planejado, pensado, até que pudesse ser veiculado. Segundo Paiva (1994), em 10 de junho, era formada e, em 19 de junho de 1986 era registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, a Editora Jornal de Londrina Ltda.

O projeto caminhava. Foram compradas duas máquinas para impressão. A Editora Jornal de Londrina Ltda se preparava para importar uma rotativa quando Luiz Lorencetti e Délio Cesar foram trabalhar em Rondônia e adiaram temporariamente a implantação do jornal. (PAIVA, 1994, p.9)

O primeiro exemplar do jornal circulou no dia 31 de julho de 1989. Porém, uma semana antes (FIGURA 2) foi publicada uma espécie de informativo apresentando o novo jornal, com tiragem de cinco mil exemplares, que apresentava o jornal e seus funcionários como editores, repórter, repórter fotográfico. O editorial informava:

Londrina é talvez, a única cidade de porte médio do país a dispor de um único jornal diário. Isto certamente se explica pela excelente qualidade da Folha de Londrina – um jornal que cresceu com a cidade e é motivo de orgulho para os londrinenses. A partir desta segunda-feira, Londrina terá o segundo diário. Este JORNAL que estamos lançando. Não é fácil a implantação de um jornal. É quase certo que nas primeiras semanas de circulação estaremos cometendo falhas que, esperamos, serão compreendidas pelos londrinenses. Nosso pedido é no sentido de que não se crie a expectativa ilusória de que chegamos para dominar. Nada disto. Estamos chegando discreta e modestamente, para servir à cidade. Com toda a decência possível. Até segunda-feira. (JORNAL DE LONDRINA, 1989).

Ainda, no mesmo material, do lado esquerdo há uma caixa intitulada “A Editora” (FIGURA 2) comunicando que o jornal foi fruto do “sonho de um grupo de

jornalistas, amadurecido ao longo de quase cinco anos de discussão e planos em cima da possibilidade de se fazer mais um jornal para Londrina”.

Figura 2 - Reprodução do jornal que circulou antes do lançamento do JL



Fonte: Reprodução Paiva.

O informativo ainda explicava aos leitores que, desde o dia 20 de julho, toda a estrutura do jornal já estava acionada, “concluindo a fase de treinamento que começou dias antes.” O texto enfatizava que várias pessoas estavam envolvidas no projeto e a impressão de cinco edições-pilotos para testar a produtividade de cada setor. O jornal começou circulando de domingo a sexta-feira. A primeira edição chegou às bancas com 12 páginas.

Ao todo são 70 pessoas envolvidas nos diversos setores que compõem o jornal: redação (reportagem e editorias), diagramação, composição, revisão, past-up, fotomecânica, impressão e circulação. E além dessas áreas de produção, também está montada a administração, que fornece toda a retaguarda de organização, material e serviços colocados à disposição do processo elaborativo. O último setor a ser acionado é da circulação, que se encarregará de levar o jornal às bancas e aos assinantes. (JORNAL DE LONDRINA, 1989)

O formato do jornal, segundo Oliveira (2012), “foi copiado do *US Today*, uma publicação enxuta que liderava as vendas dos Estados Unidos. A cor azul, predominante, também seguiu aquele padrão”. Sobre este período, Schwartz (2016) conta:

O Jornal de Londrina começou pagando os jornalistas, me parece que era 20% acima do piso salarial. O piso do sindicato já era o mais alto do Brasil. Lembro que teve um momento de crise, o pessoal fez greve lá. Eu falei não vou fazer greve, senão iriam fechar o jornal e aí não teria mais jornal para trabalhar [...] Ficou eu e o Délio mais uma pessoa fazendo o jornal. [...] O jornal passou por essa fase, venceu. O Ézaro Medina da Paenge, que praticamente assumiu, sustentou o jornal. Ele não é do ramo do jornal, é da construtora e manteve o jornal. Recebia tudo certinho, até vender para a Gazeta. (SCHWARTZ, 2016)

O Jornal de Londrina trazia uma linha editorial mais combativa, fazendo contraponto à Folha, que sempre se posicionou mais favorável ao governo Belinati.

Até 95 o jornal ia bem. Em Londrina tem duas linhas políticas: a elite comercial imobiliária e a elite popular ruralista, essas linhas, às vezes, se grudam e, às vezes, se separam. A linha do Délio sempre foi aquela linha imobiliária, comercial, empreiteiras. Aí, esse jornal, ele veio como contraponto, questão política, à Folha de Londrina que camuflada ou abertamente sempre foi pró-Belinati, que é o populista maior de Londrina (a família Belinati). Sempre teve uma briga grande desses dois grupos econômicos que querem o poder e sempre foi uma briga de elite e o JL defendia esse lado da elite que era comercial, empreiteiro, construtoras e setor imobiliária. E a Folha sempre esteve ligada a essa coisa belinatismo e coisa e tal. (MASCHIO, 2016)²⁸

De acordo com Paiva (1994, p.22), o Jornal de Londrina era formado por 67 acionistas. A empresa passou de Editora Jornal de Londrina Ltda para Editora Jornal de Londrina S.A em 17 de janeiro de 1990.

Logo após, com o Plano Collor, o jornal vivenciou a primeira turbulência econômica. Em 1991, onze jornalistas do impresso entraram em greve reivindicando melhores salários. Mesmo durante a greve, o jornal circulou normalmente com a ajuda dos poucos jornalistas que não aderiram ao movimento.

As dificuldades econômicas eram presentes. Isso aconteceu porque ao contrário do que foi feito com o seu projeto editorial que foi amplamente discutido e pensado, o jornal falhou no seu lançamento comercial. Não foi feita nenhuma pesquisa de mercado para analisar se o produto era ou não viável, até porque seus criadores sempre acreditaram que havia sim espaço para mais um impresso.

Como não havia sido feita campanha publicitária para o lançamento do Jornal de Londrina, o próprio jornal foi utilizado como instrumento de divulgação, através de distribuição por cortesia, por tempo determinado, a um público setorizado. O telemarketing, forma de vender assinaturas, logo ajudou a impulsionar as vendas nos primeiros meses. O recurso ainda hoje é usado para a venda de assinaturas. (PAIVA, 1994, p. 27)

O Jornal de Londrina sobreviveu por causa do aporte financeiro de um grupo de empresários mais especificamente de Ézaro Medina Fabian, da Plaenge. Foi assim até que em 1999, o veículo foi adquirido pelo Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Com a mudança de direção, o jornal também teve alterações em sua linha editorial. Schwartz (2016) lembra dessa época:

²⁸ Informações do jornalista e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), José Maschio, em entrevista concedida a autora no dia 28 de abr. 2016. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice C deste trabalho.

Com a passagem para a Gazeta mudou a linha editorial também. O jornal sempre se caracterizou como de oposição ao Belinatti. A Folha não fazia oposição ao Belinatti. Eram amigos. Lá tinha muita colher de chá, a Folha tratava bem o Belinatti. O jornal denunciava muita coisa. Você pegava o Jornal de Londrina, cobertura da Câmara, no dia seguinte tinha uma página de cobertura da Câmara, bastidores, avaliação das matérias, uma cobertura muito bem feita. O jornal tinha uma importância para a cidade. Com a saída do Délio, o jornal perdeu essa linha. Passou a ser mais ponderado, essa coisa toda, perdeu um pouco da característica dele. Ele era mais combativo em relação à Folha.

Com a mudança, durante um período, o jornal Gazeta do Povo, principal jornal do Paraná, pertencente ao GRPCOM, passou a vir encartado no JL, em uma tentativa de ter uma penetração maior em Londrina. Para Maschio (2016)²⁹ esta tentativa foi frustrada e ajudou o jornal a perder credibilidade.

Para você comprar o JL, você tinha que comprar a Gazeta porque ele vinha encartado no jornal. A hora que eles retomaram o fato do JL, ainda gratuito, ele ficou um jornal elitista e não tinha credibilidade. Foi um período frustado, depois voltou, mas não teve mais como retomar. (MASCIO, 2016)

O Jornal de Londrina que começou *standard* passou ao formato *berliner* e a ser distribuído gratuitamente em 2001, anos depois de ter sido vendido ao GRPCOM. Segundo seu expediente, o jornal, que era auditado pelo IVC (Instituto Verificador de Informação), tinha, em fevereiro de 2015, 20 mil exemplares, sendo 17.800 destinados a um público alvo e 2.200 entregues em pontos de distribuição.

Durante a sua trajetória, o JL teve grandes momentos de liderança de circulação na plataforma impressa e extraordinário crescimento de audiência na plataforma digital. Entre os meios de comunicação, despontou como um dos que provocou os maiores engajamentos da região. Escutar os leitores foi sua marca. Inovou no formato, no método de distribuição e na linha editorial (JORNAL DE LONDRINA, 18 dez., 2015)

No dia 18 de dezembro de 2015, o JL anunciou aos seus leitores o fim de suas atividades. Na sua *fanpage*, o chefe de redação, Fábio Luporini, alegava a situação econômica do Brasil e as mudanças no jornalismo impresso como pontos decisivos para o encerramento. Na rede social, o jornal explicou o encerramento de suas atividades:

²⁹ Informações do jornalista e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), José Maschio, em entrevista concedida ao autora no dia 28 de abr. 2016. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice C deste trabalho.

É com tristeza que anunciamos o fim da circulação impressa e da operação digital do JL - Jornal de Londrina, fruto de uma série de fatores. Depois de 26 anos de atuação jornalística em Londrina e região, o jornal encerra suas atividades em meio à crise econômica que acomete o Brasil e uma reestruturação mundial pela qual atravessam os veículos de comunicação. Fundado em 1989 por iniciativa de empresários e idealistas, o JL ajudou a aumentar a pluralidade do cenário jornalístico local. Em 1999, o veículo foi adquirido pelo Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Hoje se encerra um ciclo. Foram duas décadas de participação ativa, independente, fiscalizadora e de busca pelo desenvolvimento pleno da sociedade (JORNAL DE LONDRINA, 18 de dez. de 2015).

3.3. A GREVE NA EDUCAÇÃO NA IMPRENSA LONDRINENSE

Ao analisar os jornais de Londrina no período de fevereiro até final de junho, pode-se dizer que ambos deram uma ampla cobertura para a greve dos professores no Paraná no ano de 2015. Em momentos mais sintomáticos como o anúncio da greve, tomada da assembleia, o ataque dia 29 de abril, em Curitiba, e seus desdobramentos ganharam repercussão maior, muitas vezes, não só em suas páginas internas como em sua capa.

A cobertura dos impressos geralmente vinha acompanhada de fotos que chamavam atenção para o impacto da greve. Segundo Colmán (2016)³⁰, a percepção, pelos sindicalistas, de como o movimento foi noticiado foi positiva por não criminalizar os manifestantes.

Para selecionar o que seria analisado dentro do universo de matérias que saíram no jornal, foram utilizados alguns critérios como: valor-notícia e visibilidade, ou seja, o espaço dedicado ao assunto.

A escolha do material analisado levou em consideração a capa do jornal, por este ser o primeiro contato do público com o conteúdo do impresso. Portanto, a capa é um local de destaque e de prestígio do impresso principalmente quando a notícia é dada com foto. A capa é o convite para a leitura do impresso. É onde se expõe o melhor da edição (o capítulo 5 abordará mais sobre o assunto).

A visibilidade da capa está, na maioria das vezes, atrelada ao valor-notícia do fato. Wolf (1999) chama de noticiabilidade a capacidade que os fatos têm de virar ou não notícia. Para ele, os valores-notícia podem ser classificados nas seguintes categorias: “substantivas”, “relativas ao produto”, “relativas ao meio de informação”, “relativas ao público e relativas à concorrência.”

³⁰ Informações do secretário geral do Sindiprol/Aduel e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Evaristo Colmán, em entrevista concedida a autora no dia 8 de junho de 2016. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

Os valores/notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de selecção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redacção. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais. (WOLF, 1999, p.85)

Pode-se dizer que a greve atende a todas subdivisões do valor-notícia, pois na categoria “substantiva” que abrange importância e quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional e feitos excepcionais, é possível encontrar todos os itens, já que o movimento envolve professores, governo estadual, afeta o dia a dia das pessoas, portanto é de interesse nacional/regional ou local. Na categoria “relativa ao produto”, o fato também se encaixa, pois atende ao público do jornal, é atual, novo.

No que se refere à categoria “relativas ao meio de informação”, há adequação à política editorial e acessibilidade às fontes/local durante a cobertura do assunto, por isso, que cada veículo traz uma abordagem diferente. Consequentemente, há também uma adequação ao público do jornal, o que está ligado a categoria “relativa ao público”.

Além disso, falar sobre a greve é uma prestação de serviço para saber quando começará, terminará, como ficará, o que fazer. Ela gera expectativas (quais foram os resultados alcançados? os impactos na educação?) pode render furos de entrevistas, de informação exclusiva o que está intimamente ligado à categoria “relativas à concorrência”.

Dessa forma, tendo como respaldo a capa e principalmente a última categoria do valor-notícia que é a referente à concorrência, que este estudo realizou a seguinte seleção para análise: em fevereiro as edições dos dias 11, 12, 13 e 26. Já em abril os dias 28, 29 e 30 e primeiro de maio. As datas foram selecionadas porque ambos os jornais trataram o assunto em sua primeira página e por serem importantes para se compreender os fatos que impulsionaram o episódio do dia 29 de abril.

Ao todo, são 16 capas que retratam momentos decisivos da greve na educação, em especial do ensino superior, no Paraná. A longa duração da greve ajudou a diminuir o ritmo de inserções na mídia, pois para ser abordado, o fato tem sempre que apresentar algo novo e, muitas vezes, isso se refere a apenas um aspecto da notícia.

4. EDIÇÃO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO JORNALISMO

No jornalismo, o editor, em especial, utiliza-se dos critérios de noticiabilidade para definir o que se publica ou não. Alguns desses critérios são emprestados para o fotojornalismo, já que nesta categoria a notícia é importante para a escolha da imagem.

Pesquisadores não só do meio jornalístico, mas também sociólogos, psicólogos e até antropólogos debruçaram-se sobre o assunto. Formularam-se várias teorias para explicar o uso dos conceitos de noticiabilidade, também chamados de “valores-notícia”. Se esta preocupação em estudar e explicar os critérios que levam os jornalistas a privilegiar determinados temas está mais madura no que se refere ao jornalismo, o mesmo ainda não acontece com a fotografia publicada pela imprensa. As respostas para justificar as razões de uma imagem ser considerada jornalística estão apenas começando a ser formuladas. (GIACOMELLI, 2008, p.15)

Por isso, antes de estudar como essas “normas” para a condução da seleção são utilizadas para a imagem é necessário falar das suas aplicações em relação ao texto, ou seja, ao jornalismo. A inquietude de Sousa (1999) em tentar explicar *porque as notícias são como são fez* com ele analisasse de forma mais aprofundada os critérios adotados pelos veículos para, no meio de tantas informações, selecionar e hierarquizar as que os mesmos consideram importantes para seu público-alvo.

Como observa o autor, a notícia não se esgota em sua produção. Com respaldo de Alsina³¹ (1993), ele pontua que a circulação e consumo são importantes, pois é justamente neste último, que ocorre o que ele chama de “outorgação final do sentido”.

De facto, nada garante que aquilo que os agentes que intervêm no processo de construção e fabrico da informação jornalística “põem” na notícia seja aquilo que o consumidor apreende e entende. E nada garante que o mesmo sentido dado a essas mensagens seja o sentido que lhe é outorgado pelo consumidor SOUSA (1999, p.1).

Na busca por respostas mais substanciais para explicar os critérios de noticiabilidade, Sousa estuda o modelo de Michael Schudson (1988)³² que tenta explicar as notícias através de três eixos principais, que ele considera como forças interligadas e interagentes: ação pessoal, ação social e ação cultural. Este modelo lança uma luz sobre o processo de seleção, porém, não satisfaz Sousa, que ressalta que embora possua virtualidades pedagógicas, não é suficiente para explicar “por que razão as notícias que temos são estas e não outras.”

³¹ Alsina apud Sousa, op. cit, 1999.

³² Idem.

Um ponto importante que diferencia o pensamento de Schudson (1988) de Sousa (1999) se refere no campo ideológico. Para Sousa (1999), há uma ação ideológica em relação às notícias.

Friso, todavia, que há um aspecto em que difiro de Schudson. Para este académico (1996, 31 et passim), as notícias são cultura, não ideologia, enquanto que, na minha visão, existe uma acção ideológica que se faz sentir sobre as notícias; estas, além do mais, segundo me parece, têm também efeitos ideológicos (SOUSA, 1999, p.1).

Com base nos estudos de Schudson e de Shoemaker e Reese³³ (1996), Sousa (1999) sistematizou e ampliou os critérios (numa visão construcionista da notícia) para explicar as notícias denominando-os em ações: pessoal, social, ideológica, cultural, meio físico e tecnológico e história.

- 1) Acção pessoal – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções;
- 2) Acção social – as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas;
- 3) Acção ideológica – as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não;
- 4) Acção cultural – as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (mundividência);
- 5) Acção do meio físico e tecnológico – as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas;
- 6) Acção histórica - as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as restantes cinco forças que enformam as notícias que temos (acções pessoal, social, ideológica, cultural e tecnológica) (SOUSA, 1999, p.1)³⁴.

Além desses aspectos, o autor lembra que a função do *gatekeeper*³⁵ (guardião do portão) é importante no processo da seleção das notícias, pois aqui há a ação pessoal e subjetiva do profissional que irá interferir como um filtro decidindo sobre o que será veiculado. Essas decisões subjetivas podem estar relacionadas com as convicções ideológicas do profissional, a imagem que ele tem dele próprio, ou a que ele faz dos colegas de trabalho, entre outras.

Desde que White (1950) lançou os estudos com base na útil metáfora do *gatekeeping* (selecção de informação em “portões” controlados por “porteiros”, havendo informação que passa e outra que fica retida) que se estuda o papel do jornalista, enquanto pessoa individual, na conformação da notícia. De facto, no seu

³³ Ibidem, p. 46

³⁴ Material disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>

³⁵ Como define Sousa (1999), *gatekeeper* é selecção de informação em “portões” controlados por “porteiros”, havendo informação que passa e outra que fica retida. Quem exerce este papel, de forma geral, é o editor.

estudo pioneiro, o autor concluía que a selecção das notícias era um processo altamente subjectivo, fortemente influenciado pelas experiências, valores e expectativas do *gatekeeper* mais do que por constrangimentos organizacionais (SOUSA, 1999, p.1).

Pereira Junior (2006) também concorda com essa interferência particular do jornalista e ao avaliar o seu papel destaca que não é somente de critérios que o profissional se utiliza ao seleccionar o conteúdo, mas também de várias decisões pessoais e éticas.

[...] dos profissionais da edição não se exige apenas habilidade para estabelecer critérios. Devem ser capazes de dar o prumo das alternativas éticas nas situações cotidianas e saber dividir tarefas de acordo com os talentos que dispõem. Devem dar orientação da cobertura, perguntar aonde se quer chegar com determinada reportagem ou abordagem (Pereira Junior, 2006, p.15).

O autor, ao dizer que o editor “orienta”, logo faz imaginar que tanto o repórter como o fotógrafo já tem uma ideia do que irá, respectivamente, escrever e fotografar, conforme pré-estabelecido na redacção. Portanto, pode-se supor que o editor pode interferir no conteúdo que será fabricado. Ou seja, o olhar do fotógrafo já sofre um filtro pelo direcionamento que recebe do editor.

Darnton (2010) enfatiza essa influência exercida pelo editor. Para ele, essa hierarquia na cadeia profissional, faz, muitas vezes, com que os repórteres pensem como o editor ou trabalhem para agradá-lo, ou seja, eles “brigam entre si pela aprovação dos editores”, já que serão eles que determinarão a publicação do conteúdo.

Ainda segundo Darnton (2010, p. 84), “o poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, como assinalam os estudos sobre o controle da sala de redacção.”

Como apresentado, os critérios de noticiabilidade para a escolha das notícias levam em consideração fatores objetivos e subjetivos e eles podem variar de autor para autor. Erbolato (2008), por exemplo, enumera os seguintes aspectos: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência (ou celebridade), aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções repercussão e confidências.

Outro ponto que exerce influência sobre, especialmente, o editor é a velocidade. Sousa (1999) classifica essa corrida contra o relógio como “tirania do factor tempo”. Para ele, “o factor tempo é algo que conforma a notícia e que transcende a acção

peçoal do jornalista, encontrando expressão nos constrangimentos socio-organizacionais e socio-económicos que condicionam o sistema jornalístico e na própria cultura profissional.”

Em outras palavras, o autor explica que a hora do fechamento faz com que o jornalista pare o processo de recolhimento da informação para apresentar a história “classificando, hierarquizando, seleccionando e integrando apenas as informações recolhidas até esses limites horários”. Essa prática, sem dúvidas, interfere senão na notícia, na sua qualidade.

Moretzohn (2002) denomina essa pressão do tempo como “fetiche da velocidade”. Em seu livro “Jornalismo em tempo real”, ela discorre sobre o assunto. Para a autora, “as condições de trabalho impõem uma certa forma de fabricar notícias ao levar o repórter a agir e pensar automaticamente, de modo a economizar tempo e cumprir suas tarefas cotidianas no prazo”.

[...] velocidade é um fetiche, no sentido marxista, segundo o qual o produto do trabalho, tão logo, assume a forma de mercadoria, passa a ter “vida própria”, a valer por si, escondendo a relação social que lhe deu origem. No jornalismo passa a ser o principal “valor notícia”: antes de tudo, importa chegar na frente do concorrente, e alimentar o sistema com dados novos, num continuum vertiginoso a pautar o trabalho nas grandes redações, que, além de tradicionais produtos impressos diários, oferecem simultaneamente serviços de informação em “tempo real”(MORETZOHN, 2002, p.12).

Darnton (2010) pontua que para atender as necessidades do *deadline*³⁶, os jornalistas acabam desenvolvendo habilidades para entregar o material dentro do prazo.

Os repórteres desenvolvem gradualmente um senso de domínio sobre seu ofício – ser capaz de escrever uma coluna em uma hora, sobre qualquer coisa, por mais difíceis que sejam as condições [...] não cumprir o prazo de fechamento é considerado absolutamente não profissional (DARTON, 2010, p.99).

Toda essa exposição se faz necessária para entender a cobertura feita pelos jornais londrinenses. Primeiro, a compreensão de que a greve consegue alcançar praticamente todos os critérios de noticiabilidade expostos e melhor sistematizados por Sousa (1999) e também enumerados por Erbolato (2008). Além de permitir o conhecimento do papel do jornalista e do repórter fotográfico neste processo de fabricação do noticiário.

A discussão sobre o processo de seleção é essencial para observar que durante a edição (ao se escolher uma manchete, uma foto) pode ocorrer uma modificação do campo

³⁶ Horário limite para entrega do material jornalístico ao editor.

significante. Como diz Sousa (1999), o consumo da informação pode gerar leituras diferentes das pretendidas pelo meio.

4.1. O VALOR-NOTÍCIA N O FOTOJORNALISMO

Como já discutido, ainda há poucos estudos sobre os critérios de noticiabilidade no fotojornalismo, mas há autores que já sinalizam alguns aspectos utilizados para a seleção das imagens. Para aprofundar no assunto, é interessante entender como a imagem foi introduzida no impresso. Freund (1995) e Philips (1996)³⁷ comentam que quando a fotografia começou a ser utilizada pelo jornalismo não havia muita preocupação de que as imagens tivessem informações, pois elas serviam apenas para ilustrar as publicações. Buitoni (2011, p. 67) explica que “a imprensa diária e semanal era composta quase que exclusivamente por textos. As imagens, desenhadas, eram gravuras reproduzidas via xilogravura ou litografia. A reprodução mecânica só se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX.”

Sousa (2004, p.17), citando Baynes (1971)³⁸, sugere que o aparecimento do primeiro tabloide fotográfico, o Daily Mirror, em 1904, marca uma mudança conceitual: as fotografias deixam de ser secundarizadas como ilustrações de textos para serem definidas como uma categoria de conteúdo tão importante quanto a escrita.

O desenvolvimento de técnicas jornalísticas, os avanços técnicos e profissionais no campo da fotografia, assim como, o uso contínuo de imagens (principalmente com a possibilidade de imprimi-las com mais qualidade) fizeram com que ocorresse uma mudança quanto à utilização dos recursos imagéticos no impresso.

Freund (1995) relata que na década de 30, Stefan Lorant encorajava repórteres a contar uma história através de imagens, o que deu origem à fotorreportagem (sendo bem sucedida na revista francesa *Vu*). Ainda, de acordo com ela, ele foi também o primeiro a perceber que o público gostaria de ver cenas de seu cotidiano, o que faria o sucesso da revista *Life*, que contaria histórias através de sequências fotográficas. Sobre a fotorreportagem, Silva (2001, p.62) observa:

A figura do editor é central a ponto de que se possa considerar que o surgimento da fotorreportagem tenha resultado do desenvolvimento da linguagem fotográfica e

³⁷ Freund (1995) e Philips (1996) apud Sousa, op.cit 1999

³⁸ Idem.

escrita na composição das páginas. A fotorreportagem, procedimento essencial para as revistas ilustradas, é uma narrativa visual que busca recompor o que aconteceu.

As revistas ilustradas tiveram uma contribuição importante quanto à familiarização com a imagem impressa. Como explica Giacomelli (2008), a proliferação desses meios “demandou um novo profissional nas redações jornalísticas: o repórter fotográfico”. O uso da fotografia foi sendo aprimorado. As revistas ilustradas se multiplicaram e criaram um público ávido por ver imagens inusitadas, impactantes ou de outros lugares.

Giacomelli (2008, p.25) conta que em duas das maiores e mais importantes revistas foram desenvolvidas duas formas distintas de usar jornalisticamente a fotografia. “Uma das formas privilegiou a utilização de apenas uma fotografia, que traduzia todo o acontecimento retratado em uma única – e, às vezes, ‘exclusiva’ – imagem.” Outra forma seria a fotorreportagem com várias imagens em uma ou mais páginas da revista para narrar uma história.

Uma coisa é certa: a fotografia foi, de fato, adotada pela imprensa, não só por seu apelo visual e estético, mas por ter sido considerada uma espécie de prova da existência de um fato. Como Barthes (1984, p. 129) afirma, “toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens”. Ou seja, ter uma imagem junto à reportagem pode proporcionar autenticidade ao que é reproduzido, mostra que o repórter fotográfico esteve no local, presenciou o acontecimento. Isso para o jornalismo é importante, já que uma das matérias primas desta área é a credibilidade.

Certo dia, recebi de um fotógrafo uma foto minha, sendo-me impossível, apesar de meus esforços, lembrar-me de onde ela fora tirada; eu examinava a gravata, o pulôver, para descobrir em que circunstância eu os tinha usado; trabalho inútil. Todavia, porque era uma fotografia, eu não podia negar que eu tinha estado lá (mesmo que eu não soubesse onde). Essa distorção entre a certeza e o esquecimento me deu uma espécie de vertigem, e como que uma angústia policial (o tema de *blow up* não estava distante); fui ao vernissage como a um inquérito, para enfim tomar conhecimento daquilo que eu não sabia mais a meu respeito. Nenhum escrito pode me dar essa certeza. (BARTHES, 1984, p. 128).

Com certeza, a imagem, mesmo que não seja a verdade em si, mesmo que seja um fragmento de um acontecimento pelo olhar do fotógrafo, é um indício de que algo aconteceu. “Talvez tenhamos uma ressitência invencível para acreditar no passado, na História, a não ser sob forma de mito. A Fotografia, pela primeira vez, faz cessar essa

resistência: o passado, doravante, é tão seguro quanto o presente, o que se vê no papel é tão seguro quanto o que se toca”. (Barthes, 1984, 130).

A fotografia, portanto, é a prova da existência de que algo existiu. “A fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi. Essa sutileza é decisiva.” (Barthes, 1984, p. 127)

Sobre este papel de atestado que a fotografia proporciona, Tavares;Vaz (2005) são enfáticos ao dizer que:

A fotografia não aparece no jornalismo impresso apenas para ilustrar. Por isso, o papel que ela desempenha nesse suporte é de tamanha importância. Estampada no jornal, a fotografia torna-se uma munição para o jornalista, que busca dar sempre veracidade àquilo sobre o que escreve. (Tavares; Vaz, 2005, p. 130)

Já sabendo que a fotografia é importante para o jornalismo, o desafio atualmente, principalmente com o arsenal de imagens que as câmeras digitais proporcionam, é: como escolher uma imagem, ou mais de uma, para ajudar a contar uma história? Para auxiliar nesta tarefa, os editores de imagem utilizam alguns critérios de noticiabilidade empregados no jornalismo em relação ao texto, somando-se ainda aspectos característicos da área como julgamentos estéticos e técnicos como enquadramentos e uso de equipamentos adequados para a obtenção da imagem.

Pedroso (2008) frisa que a fotografia aplicada ao jornalismo exige características específicas do profissional, pois este precisa não só ser um profundo conhecedor “da técnica fotográfica, mas também das suas múltiplas potencialidades discursivas de indução e dedução por meio das formas, das luzes, dos volumes, das direções, sentidos, tons, texturas, cores elementos fundamentais da comunicação visual”.

No campo do fotojornalismo, a preocupação com a linguagem precisa ser levada muito a sério, pois o jornalismo forma opinião e se propõe a relatar fatos, interpretá-los, opinar sobre eles, mas jamais inventá-los ou induzir interpretações com interesses comerciais ou políticos [...] a figura do editor de fotografia dentro da redação de um jornal, ou de qualquer outra estrutura de comunicação que lide com a fotografia no vasto campo do jornalismo, existe para dar coerência e direção à publicação de imagens e auxiliar no estabelecimento dos vínculos interpretativos com informações textuais, para auxiliar o time de fotógrafos na sua evolução perspectiva e técnica em benefício do próprio resultado final para o veículo. (PEDROSO, 2008, p.42)

Tanto o repórter fotográfico como o editor, ao selecionar um material, deve levar em consideração que a imagem é um elemento de enunciação discursiva, principalmente

na imprensa. Lima (1988), voltando seus estudos ao fotojornalismo no Brasil, enfatiza bem sobre a importância da imagem conter informação.

Para o autor, no fotojornalismo a predominância da informação sobressairá ao estético. Além disso, o fotojornalismo exige um elemento adicional que é o impacto. “Sem impacto, o leitor de atualidade não recebe estímulos para ler e o jornal não vende” (Lima, 1988, p.24). O autor ainda complementa:

A fotografia não deverá dar a decantada informação suplementar; há a necessidade de transmitir a informação, mas não se trata de complementar a informação do texto, mas de fornecer a peculiar informação própria da linguagem fotográfica. Essa linguagem se dará com o uso de todos os recursos visuais de que se dispõe a fotografia como forma de expressão, como técnica e como documento. (Lima, 1988, p.24)

Tavares; Vaz (2005) assim como Lima (1988) também acreditam que o grande diferencial do fotojornalismo é a informação contida na imagem.

A discussão sobre o caráter fotojornalístico da fotografia coloca em evidência algumas noções como informação, notícia, acontecimento. Nas reflexões de Roland Barthes (1984) sobre o *studium* fotográfico e o papel do *Operator* e do *Spectator* em relação a ele, a fotografia assume uma série de funções tais como: representar, surpreender, dar significação, provocar desejo. A estes atributos, poderiam ser acrescentados: documentar, testemunhar, comunicar. No entanto, entremeando estas designações, encontra-se uma função, talvez a mais importante, das imagens fotográficas: a de fornecer informações. (TAVARES; VAZ, 2005. p.127)

Lima (1988) pontua, além da importância da notícia, outros aspectos para a escolha de uma imagem como: força icônica, o formato e a plasticidade estética. Para o autor, as fotografias utilizadas nos meios de comunicação contêm um dos elementos: ação, flagrante, informação ou impacto visual.

Ainda segundo Lima (1988, p.22), a leitura de uma foto é feita em três fases: a percepção, a identificação e a interpretação. Para o autor, a primeira, é puramente ótica. “os olhos percebem as formas e as tonalidades dominantes sem as identificar”. É um processo rápido. Já a identificação, é “uma ação às vezes ótica, às vezes mental, como a leitura de um texto”. Na última etapa, interpretação, “é uma ação puramente mental”, na qual o observador faz interpretações sobre o que vê, por isso, uma mesma imagem pode adquirir diversos olhares.

Se a linguística se organiza segundo um código preciso, a escrita icônica não responde a nenhum código exato e não há forma de ‘decodificação’ metódica dos componentes de uma fotografia. Essa dificuldade vem notadamente pelo fato de que os signos icônicos funcionam em dois níveis: o descritivo e o sugestivo. O descritivo

seria a leitura e o sugestivo a interpretação. O criador da imagem pode de uma certa forma, dominar o descritivo, mas para o leitor fica o domínio do sugestivo. É o grau de sugestão da foto que distingue, fundamentalmente, a linguagem icônica da linguística. (LIMA,1988, p. 22)

A interpretação, então, de acordo com Lima (1988), é o que irá levar o observador a refletir sobre a imagem exposta, sendo algo sugestivo que demanda, muitas vezes, do repertório do observador. Ou podemos dizer que seria algo subjetivo, que Barthes (1984, p.46) chama de *punctum*. “O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere)”.

Assim como o observador, o editor também pode percorrer caminhos subjetivos para escolher uma imagem. Muitas vezes, ele irá justificar sua decisão a sua carreira profissional no meio, conhecimento da linha editorial e ao seu, por que não, instinto.

Ao analisar porque algumas imagens ganham capa ou páginas do jornal, Giacomelli (2008, p. 32) relata, através de sua experiência como repórter fotográfico em um jornal de Santa Catarina, na década de 80, que um acontecimento importante só se transformava em manchete quando o mesmo era fotografado. Para o autor, portanto, além dos critérios de noticiabilidade, havia outros dois fatores que fariam com que determinado assunto ganhasse projeção, em especial na capa: a fotografia e a sua produção em cores. A imagem daria, portanto, ao jornal o atestado de veracidade, ou seja, ela seria fundamental no processo de seleção da notícia.

Sem uma imagem fotográfica, aquela notícia perderia destaque e seria impressa no pé de alguma página interna. Tal fato ocorria mesmo que o acontecimento fosse importante e preenchesse os principais critérios de noticiabilidade. Em alguns dias da semana e para a edição dominical, não bastava a existência de fotografia para garantir destaque para o assunto; era necessário que tivesse sido fotografado com filme colorido. Nestas edições, a capa e o miolo do jornal era impresso em cores, e se o evento tivesse sido coberto apenas com filme preto-branco, perdia importância na hierarquia noticiosa. (GIACOMELLI, 2008, p. 33)

Lima (1988, p.17) corrobora esta análise de Giacomelli (2008), ao dizer que “qualquer notícia acompanhada de uma fotografia desperta mais interesse do que outra notícia sem imagem”.

Giacomelli (2008, p.33) explica que esta percepção adquirida através da prática no jornal de Santa Catarina foi reforçada com outra atividade profissional que ele exerceu, como editor de Política e de Economia em outro diário do mesmo estado. A imagem era item recomendado pelo manual do veículo.

[...] as normas internas do veículo recomendavam o uso de ao menos uma fotografia em cada uma de suas páginas. Se o assunto principal do dia não dispusesse de fotografia, dificilmente teria o destaque merecido por sua importância, de acordo com os critérios de noticiabilidade; outro assunto, menos relevante, ocuparia a manchete da editoria. (GIACOMELLI, 2008, p. 33)

Se no começo a imagem era utilizada na imprensa simplesmente como ilustração, hoje ela já ocupa um lugar de destaque, podendo, como aponta Giacomelli (2008) até determinar o valor de um fato dentro de um processo de hierarquização da informação.

Tavares; Vaz (2005) também consideram dois outros fatores determinantes dentro do processo de seleção da imagem, no que se refere à imprensa. São eles imediatismo e o inesperado, características presentes no jornalismo factual.

Conceitualmente, as diferenças entre as definições sobre o fotojornalismo são tênues. O que talvez marque mais precisamente o caráter das fotografias jornalísticas são o imediatismo e o inesperado, presentes no dia-a-dia do repórter fotográfico. Diferentemente de um fotodocumentarista, o fotojornalista não dispõe para o seu trabalho de um longo tempo de preparação e elaboração. Há uma certa urgência na produção fotográfica e em seus resultados. Assim, em meio aos vários tipos de fotos jornalísticas e as suas classificações possíveis, este trabalho se volta para o fotojornalismo dos grandes jornais diários e procura o caráter testemunhal e informacional da fotografia, sem abrir mão de pensar o significado desta em relação à notícia (texto) e como notícia (ela própria). (TAVARES; VAZ, 2005, p. 126)

Os autores falam sobre a dificuldade em organizar as fotografias. “Mas como classificar as fotografias na ampla gama de imagens fotográficas espalhadas pelas revistas e jornais impressos? O que há nelas de específico? Como tais especificidades se apresentam na construção de sentido realizada por estas imagens?”, questionam Tavares; Vaz (2005, p.126). Eles acreditam que para que seja feita uma seleção é necessário fazer uma “espécie de radiografia de todas as fotografias presentes nessas mídias”.

Para analisar uma imagem no jornalismo impresso, Tavares;Vaz (2005) defendem que uma “divisão bipolar” (como definem) deva ser feita. “De um lado estariam todas as fotografias jornalísticas, ligadas aos textos (matérias, reportagens, colunas) e do outro, as fotografias publicitárias, presentes nos anúncios destes veículos. Feita essa separação, fica claro que ao se referir a fotojornalismo, fala-se de um determinado tipo de fotografia.” (Tavares; Vaz, 2005, p. 127)

Para os autores é importante esta separação, já que a imagem jornalística tem suas especificidades próprias em relação ao contexto de produção para o “tipo de construção da realidade por ela realizada”. Tavares; Vaz (2005) reforçam dizendo que: “ao pensar o

fotojornalismo, toma-se a fotografia como notícia. Trabalhar com esse caráter informacional torna-se essencial.”

A fotografia jornalística é notícia que possui informação sobre algum acontecimento, transmitindo e comunicando algo. Mas, antes de aportar no fotojornalismo, deve-se transitar pela mídia impressa para a qual dirigimos nosso olhar. (TAVARES;VAZ, 2005, p.128)

A apresentação gráfica dessa fotografia na imprensa, ainda de acordo com os autores, também não é aleatória e tem como objetivo comunicar algo. “A fotografia não está ali por acaso. Ela tem uma função, aparece em um formato, possui uma intenção. A própria maneira como está impressa resulta de uma série de negociações – às vezes tensas e conflituosas – que envolvem um complexo processo de produção editorial. (Tavares; Vaz, 2005, p. 125).

Mas para que um pesquisador possa analisar uma imagem é preciso, antes de tudo, que ela seja publicada e, para isso, é necessário conhecer o trabalho do editor.

4.2. EDITOR: O HIERARQUIZADOR DE INFORMAÇÃO

Até o jornal chegar às bancas, várias etapas para a produção da notícia foram cumpridas e, com isso, vários profissionais assumiram funções diferentes dentro da redação entre elas: pauta, reportagem, fotografia, edição, diagramação e impressão.

O repórter é quem está no local dos fatos, colhendo e checando dados para produzir a informação mais próxima possível da representação do real. E com ele, também está o repórter fotográfico que busca contar através de imagem o que o jornalista irá relatar. Mas todo esse trabalho só ganhará destaque ou não se o editor permitir. Em empresas de grande porte, pode-se ter vários editores para cada editoria (nacional, internacional, cultura, esportes), para capa e também para imagens.

Resumidamente, pode-se dizer que o editor é quem define o conteúdo e como ele será publicado. Como explica Persichetti (2010)³⁹, “editar é criar um ritmo, uma leitura possível, atribuir sentido e significado para aquilo que eu construí imageticamente.”

De forma geral, o editor irá se pautar nos valores-notícia, na linha-editorial do veículo e também em valores subjetivos para definir o que terá destaque na edição. No caso da imagem, Sousa (2004, p.92) ressalta que “o que interessará ao editor fotográfico é uma

³⁹ PERSICHETTI, Simonetta. Notas de aula, 2010.

imagem incomum, cheia de força visual, frequentemente colorida, capaz de atrair imediatamente o leitor, desde que inserida numa página importante com um tamanho condigno”.

O editor é o responsável pelo o que você irá ver e ler no outro dia. Como afirma Pereira Junior (2006), quem exerce este cargo dará peso ao noticiário do dia.

Editar e, latíssimo sendo, o mais puro exercício da conquista, uma sedução sem sexo, aquilo que Sidnei Basile chama de a técnica e a arte de fazer o público mergulhar em nossa história, em nossa publicação, e de lá sair encantado. [...] editar em meio a tanto índice informativo, comum a sociedades complexas e globalizadas, vira processo de ênfases, pesos e medidas. Sem triagem, o noticiário seria coletânea, um relatório indigesto e inaceitável. Editar significa valorizar a informação, dar peso à notícia. Hierarquizar (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 22).

Assim como o editor de texto escolhe a melhor história para virar notícia de destaque, o editor de imagem irá decidir como irá impactar, chamar a atenção para o fato através do olhar do fotógrafo. Em ambos os casos, há a hierarquização da informação verbal ou imagética para a produção de um sentido. Boni (2000, p.50) pontua a questão da intencionalidade do profissional:

No fotojornalismo, onde a imagem necessita, o máximo possível, estar carregada de informação, é inquestionável a intencionalidade de comunicação do fotógrafo. Ao manifestar essa intencionalidade, pulsa mais forte a hipótese de ele ser um tradutor da realidade presenciada, através de um recorte espaço temporal, aos ausentes do ocorrido.

A imagem publicada em um jornal permitirá o entendimento de um fato através daquele instante congelado. Às vezes, o leitor poderá contar com mais de uma fotografia, mas se for só uma, a sua percepção estará totalmente centrada naquela cena, dessa forma, ela tem que ser informativa, tem que ter significado. O editor sabe disso e, por isso, no meio das opções que recebe, faz a escolha intencional, com um objetivo certo.

Pereira Junior (2006, p. 111) acredita que ao fotografar, o profissional não só pensa no que é registrado, como na significação que aquela imagem transmitirá a quem a veja. “Para produzir sentido, a imagem depende do repertório de quem fotografa, edita e vê a cena paginada – e esses olhares são considerados no processo de produção”.

Fotojornalismo é também construção elaborada por um profissional, resultado de uma operação de sentidos por sua vez afetada pelos limites do quadro e do visor e valorizada conforme certas convenções. As escolhas da lente, do diafragma e da própria câmera afetam o resultado. É a natureza do fotojornalismo buscar o acaso no instante significativo – o que não poderia ser outro -, o momento em que um ato

desperta o olhar distraído. O instante significativo, no entanto, é recortado pelo fotógrafo. E pelo editor (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p.111).

O potencial informativo da imagem é inquestionável, mas nem sempre ele atinge sua plenitude comunicacional. Isso se deve, segundo Lima (1988), pela dificuldade que muitos leitores ainda têm de interpretar, nas entrelinhas, o que ele vê.

Uma das razões de a fotografia não transmitir para o leitor todas as suas informações nela contidas seria o não aprendizado da sua leitura. Na verdade, um texto escrito não pode ser considerado como uma linguagem em si; é apenas um processo que sua leitura desencadeia no intelecto do leitor que os transforma em linguagem. (LIMA, 1988, p.18)

A imagem, assim como o texto, funciona como uma apresentação de discurso. E a edição direciona esta mensagem. Pereira Junior (2006) observa que a fotografia é fundamental para dar dimensão da “realidade” que o veículo quer retratar e a edição é essencial para finalizar este trabalho. “A edição de fotos pode criar mitos, farsas, montagens de cena que o observador comum não percebe. Ele estabelece um olhar sobre a realidade que registra”. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 123).

Moretzsohn (2002) pontua que qualquer leitor mais atento percebe que o impresso “joga” o tempo todo com imagem e texto direcionando a leitura.

Investigar as relações entre texto e imagem é essencial para se estudar a produção de sentido no caso do jornal impresso. O equívoco tão comum em se concentrar a análise no texto, entretanto, é ao mesmo tempo compreensível e surpreendente. Compreensível porque a palavra escrita adquire, em nossa cultura, foros de verdade; mas surpreendente porque a imagem é o que primeiro atrai a atenção do leitor. A imagem, porém, teria uma tal multiplicidade de significados que necessitaria de um texto para conformá-la ao sentido pretendido. Seria, portanto, um apêndice do texto, uma ilustração reiteradora da palavra. (MORETZSOHN, 2002, p. 83)

Ainda sobre essa relação texto x imagem, a autora destaca que o processo de seleção é fundamental.

[...] tem-se em mente apenas o texto, ignorando-se não apenas o processo de seleção das informações ali contidas mas o fato de que um jornal é um conjunto de elementos verbais e não-verbais que interagem na produção de sentido. Assim, nada se diz sobre a objetividade de fotos e ilustrações, muito menos da edição. (MORETZSOHN, 2002, p.80)

4.3. TEXTO X IMAGEM – UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

O trabalho de exposição espacial de texto e imagem visto na capa é feito pelo editor.⁴⁰ É ele quem escolhe, por exemplo, qual das matérias será a manchete, qual terá espaço privilegiado (parte superior ou não da página, quantidade de linhas, de imagens). Hadlich e Bragança (2007, p.5) afirmam que “estabelecer o elo entre as duas linguagens, texto e imagem, provendo a interface entre elas, é atribuição do editor”.

O Manual da Folha de S. Paulo (2001), um dos poucos a serem comercializados, enaltece a questão de uma boa edição:

Uma edição bem-sucedida tem por fundamento o desempenho jornalístico eficaz na apuração dos fatos, a disponibilidade de informações exclusivas, a redação correta e envolvente dos textos e a boa qualidade do material fotográfico e dos infográficos (MANUAL FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 33).

Pereira Junior (2006, p.23) explica que ao fazer uma escolha, o editor determina o valor de um fato, além disso, seu trabalho revela muito do seu caráter.

A edição revela muito do “caráter” de quem a assume – caráter entendido aqui como a individualidade, mas também toda agremiação humana com “identidade”, que age de forma coerente em situações diversas, aprendeu a maneira de agir diante do mundo e, face às flutuações a que é exposta, revela que partido tomou ao aplicar esse aprendizado (PEREIRA JUNIOR, 2006, p.24).

Em uma redação de impresso, o editor, geralmente, é aquele jornalista mais experiente que já conhece a linha editorial do veículo, que já passou por outras fases da produção da notícia como pauta, reportagem. Para o grande público seu nome não é divulgado, mas dentro do processo de produção de notícia, é ele o grande responsável em valorizar ou não um fato.

[...] macaco velho, o editor não pode bancar o cínico e defender seu trabalho como idôneo e imparcial *per se*. Seu desafio, ético porque técnico, significa ajustar o foco a tempos cada vez mais difíceis de entender, onde tudo parece em estado acelerado e as decisões são tomadas no calor do momento. Seu papel será não só revelar o que se desconhece (‘a testemunha ocular’, de caráter factual), como dar sentido a fatos sem conexão aparente (a ambição onisciente, de vocação interpretante). São tarefas não necessariamente conciliáveis. Se bem realizadas, podem fazer o jornalista sofrer conflitos a cada pauta (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p.15-16).

⁴⁰ Editor é o jornalista que dá o acabamento da notícia. Se for de texto, define posicionamento da informação, título, gancho jornalístico. De imagem, define a mais impactante, mais original, mais informativa.

Para observar como a capa e os seus elementos: texto e imagem se integram, é importante analisar as edições do dia 28 de abril de 2015, dos jornais de Londrina.

Figura 3- Assembleia aprova projeto



Fonte: Folha de Londrina, 28 de abr. de 2015

A Folha de Londrina (FIGURA 3) traz na primeira dobra do jornal uma foto de Theo Marques em seis colunas, que ilustra o cordão de isolamento da polícia. Nesta edição, o jornal valoriza a informação imagética, explorando-a por completo em sua parte superior. Do lado esquerdo dá para ver os policiais e do lado direito, os professores e servidores. Logo abaixo, o chapéu “Mudança na Parana Previdência” e a manchete: “Com galeria vazia e cercada pela polícia, Assembleia aprova projeto.”

No formato *standard*, a primeira dobra é um espaço importante, pois é o primeiro contato do leitor quando o jornal está dobrado nas bancas. Na parte superior, se localiza o nome do jornal, data, ano, edição, preço e a manchete. Aqui há uma particularidade: a mobilidade da manchete que está localizada abaixo da foto, no limite da primeira dobra. Na segunda dobra, há complemento da manchete. O texto informa:

Deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, texto que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da Parana Previdência, proposta que tem mobilizado o funcionalismo em todo o estado. Oposição apresentou 16 emendas, que devem ser analisadas hoje pela Comissão e Justiça da Casa. Operação montada no Centro Cívico contou com 1,2 mil policiais para impedir o acesso dos professores grevistas ao prédio do legislativo (FOLHA DE LONDRINA, 28 de abr. de 2015).

Do lado esquerdo, há espaço para a chamada com chapéu “Cambé” e a chamada: “Paralisação dos funcionários da prefeitura avança pelo 15 dia e afeta serviços na área da saúde e da educação.”

Um fio (recurso gráfico que ajuda na divisão de conteúdos) separa as informações relativas à greve das demais chamadas, como uma sobre “trabalhos desenvolvidos em uma escola municipal sobre Monteiro Lobato”, outra sobre “MP x Receita” e, por último, cobre a Lava Jato.

Do lado direito, uma foto acompanhada de texto fala sobre a condenação do paranaense Rodrigo Gularte à morte na Indonésia. Outro fio separa três chamadas: uma do Padre Marcelo Rossi, outra sobre o desafio das mulheres de Ibiporã para fazer as pazes com a balança e a última, do londrinense que está no Nepal.

A imagem no impresso ajuda a ampliar o olhar, a compreender melhor o texto, a provocar sensações no leitor. Chama atenção, faz com que a pessoa pare, por alguns instantes para ver e pensar. Segundo Pedroso (2008, p.43), “mais do que imperativa interação com o texto, o fotojornalismo só tem sua missão cumprida, só realiza sua finalidade, quando outra condição é preenchida: quando sua interpretação final se aproxima da intenção informativa do repórter fotográfico.”

Uma leitura despreziosa pela capa mostra que o jornal quer chamar a atenção para o fato da assembleia aprovar o projeto que muda a Paraná Previdência ⁴¹. O que leva a essa conclusão? Foto em destaque (ocupando todas as colunas), manchete abaixo da imagem e todas as informações na primeira dobra. Os fios (recurso gráfico) utilizados na segunda dobra permitem a separação das editoriais.

Um olhar mais atento para a imagem em destaque na capa permite várias leituras, como será apresentado em breve. Pedroso (2008) coloca essa prerrogativa de “ler” a imagem como ponto de fundamental importância para a compreensão da mensagem.

O leitor que não dispõe de um arcabouço mínimo de ferramentas para a leitura de imagens, além de seu significado aparente e imediato, dificilmente alcançará a sutileza de uma indução à imaginação do que está fora do quadro, por exemplo, ou de alguns jogos de perspectiva e proporção combinados a intenções políticas, pois são níveis de significação que estão além da estrutura formal da imagem. Ao passo que o sujeito interpretativamente envolvido com a imagem, ao lê-la, consegue atribuir um gesto de mão possíveis a significados que extrapolam os limites bidimensionais da foto. (PEDROSO, 2008, p. 42)

⁴¹ Fato que vira estopim para o confronto do dia 29 de abril.

É importante ressaltar que ao observar uma imagem, independentemente da metodologia que se trabalhe, não pode esquecer que o que se faz é “especulação”. Esse termo é utilizado por Burke (2004, p.216) quando se refere a iconologia e iconografia. O mesmo emprego do termo se encaixa também na desconstrução analítica, já que para se afirmar sobre a intencionalidade do profissional, só obtendo declaração do fotógrafo sobre seu objetivo.

Existe claramente um elemento de especulação em todas as tentativas de uma análise iconológica – e em muitos aspectos das análises iconográficas também -, mas o elemento de especulação é ainda maior quando os significados inconscientes das imagens estão em discussão. A melhor coisa a fazer é, provavelmente, ir adiante e especular, mas sempre lembrando que é isto que estamos fazendo – especulando. (BURKE, 2003, p.16)

Observando, portanto, a fotografia da Folha de Londrina, podemos deduzir que o fotógrafo Theo Marques estava em um local mais alto, o que permitiu uma foto em plano geral. Segundo Boni (2003, p.172), “trata-se de um plano não tão aberto a ponto de transformar o homem num mero elemento figurativo do cenário e não tão fechado a ponto de valorizar o referencial humano em detrimento do ambiente.”

Na imagem vemos de um lado, policiais totalmente parados e de braços cruzados, alguns de cabeça baixa e olhando para o outro lado. Eles estão separados por uma grade (muito usada em shows), com pessoas gesticulando. E no meio dos dois campos de tensão (polícia x manifestantes) há uma placa de trânsito com o dizer “Pare”. Seria uma sugestão? Por que no meio de tantas imagens esta foi escolhida? Seria consoante à linha editorial do jornal que historicamente sempre manteve uma aproximação com o poder público? Ou, apenas a imagem que se destacou no meio de tantas outras? A resposta só pode ser dada com certeza pelo editor e pelo fotógrafo.

Se aplicar a técnica da desconstrução analítica para analisar a composição da imagem da Folha, dá para perceber que os manifestantes estão dentro da regra dos terços. Essa regra, de acordo com Boni (2003, p.176), “consiste em dividir imaginariamente o que se pretende fotografar em terças partes.”

Desviar o elemento principal do centro do fotograma para as interseções é uma forma de convidar o leitor a passear com os olhos pela imagem. Esse leve desvio contribui, principalmente em fotos de temas paisagísticos, para que se abra uma perspectiva, uma ilusão óptica de tridimensionalidade. A regra dos terços é considerada um dos mais antigos métodos de composição. (BONI, 2003, p. 176)

Também pode-se levantar a hipótese de que o flagrante trata-se apenas de uma certa coincidência, porém, não tem como negar que há uma enunciação discursiva nesta

imagem e que ela não está na capa por acaso. Ela complementa a manchete que diz que a assembleia está vazia (pois, dá para ver as pessoas na rua) e que está cercada por policiais.

Desta forma, a imagem atende o que o Manual da Folha de S. Paulo (2001, p.32) recomenda ao enfatizar que a fotografia não deve ser tratada só como complemento de um texto ou um “tapa-buraco” da página. “Cabe ao repórter-fotográfico, em sintonia com o editor de fotografia e os seus prepostos, buscar uma identidade própria ao produto que vai oferecer para a elaboração da página que chegará ao leitor”.

Não se faz jornalismo sozinho, assim como não se faz fotojornalismo sem apuração técnica e de senso de notícia. Ao chamar o fotógrafo de repórter-fotográfico, o manual ressalta a importância do olhar diferenciado deste profissional e do seu comprometimento com a notícia.

O repórter de texto que tem uma visão abrangente de sua atividade sabe que a “dobradinha” com o fotojornalista só enriquece o resultado final do seu próprio trabalho. É fundamental, nesse caso, a sintonia entre ambos e de cada um deles com os demais setores do processamento da informação. (MANUAL DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. 32)

Do lado esquerdo da manchete, uma chamada rouba a atenção do leitor mais atento “TJ determinou ontem que a greve é ilegal e que os professores devem retornar imediatamente ao trabalho. Sindicato vai recorrer”. Ao ler isso, a placa do Pare parece voltar à mente complementando a imagem. A chamada da manchete informa:

Deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, texto que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da Parana Previdência, proposta que tem mobilizado o funcionalismo em todo o Estado. Oposição apresentou 16 emendas, que devem ser analisadas hoje pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Operação montada no Centro Cívico contou com 1,2 mil policiais para impedir o acesso dos professores grevistas ao prédio do Legislativo. (FOLHA DE LONDRINA, 28 de abr. 2015)

A imagem de capa do Jornal de Londrina (FIGURA 4), do mesmo dia, permite uma outra leitura.

Figura 4-PM isola assembleia



Fonte: JL dia 28 de abr. de 2015

Foto: Jonathan Campos/Agência Gazeta do Povo

A foto escolhida (de Jonathan Campos/Agência Gazeta do Povo) para ilustrar a edição do dia traz como destaque o cordão da polícia. Não há professores ou manifestantes. A manchete não tem relação com a foto. A única informação que se tem sobre a imagem é a chamada: “PM isola a Assembleia e deputados aprovam mudanças na ParanaPrevidência.” A narrativa aqui apresentada é bem diferente da Folha de Londrina.

A fotografia, assim como o texto, passa por um processo de edição. Machado (1984, p.76) pontua que “toda fotografia, seja qual for o referente que a motiva, é sempre um retângulo que recorta o visível. O primeiro papel da fotografia é selecionar e destacar um campo significativo.”

Só que essa seleção só será vista e discutida pelos leitores se o editor de imagem ou da capa decidir que ela terá relevância para publicação. Como pontua Pereira Junior (2006, p.33), “a escolha do que será consumido é filtrada antes do consumo ocorrer”. O autor ainda observa que a fotografia é fundamental para dar dimensão da “realidade” que o veículo quer retratar e a edição é fundamental para finalizar este trabalho.

Lembrando que a capa é o primeiro contato do leitor com a notícia, quem vê esta edição pode imaginar que só há polícia no local. Não mostra a tensão existente naquele lugar. O recorte, diante do contexto, é irrisório. É interessante pontuar que ambos os jornais trouxeram o assunto, sobre o mesmo dia, no mesmo local, porém com abordagens diferentes. Muitos fatores podem ter influenciado essas escolhas como linha editorial, aspectos técnicos das imagens recebidas ou a escolha do próprio editor.

[...] Em cada veículo de comunicação há uma proposta de leitura sobre o mundo, sobre um aspecto dele. Em cada publicação há uma espécie de construção própria da realidade. Olhando jornalisticamente para este universo pode-se dizer: em cada um desses veículos há uma tentativa de se circunscrever o real, às vezes buscando dar conta de seu todo – como o fazem (ou tentam fazer) os jornais diários – ou de algum de seus aspectos (caso das revistas especializadas, por exemplo). Desta forma, compete ao leitor olhar para cada um destes veículos dimensionando suas várias facetas, procurando entender a conexão existente entre a(s) realidade(s) da vida cotidiana e as leituras ou as imagens construídas sobre ela(s) nos jornais e revistas que tem sob os olhos. (TAVARES; VAZ, 2005, p.125-126)

A manchete do dia do JL destaca outro acontecimento (Justiça aceita denúncia do MP contra 62 pessoas) sem a utilização de uma imagem. Já a fotografia em destaque se refere ao que estava acontecendo na assembleia, sendo diagramada em três colunas. Pode-se dizer que o caminho para informar o acontecimento referente a greve foi feito de forma mais tímida se comparado ao seu concorrente. Ao observar a escolha da manchete uma hipótese pode ser levantada: será que a greve não foi o assunto do dia pela falta de uma imagem mais informativa?

Sobre a editorialização de uma página, Pereira Junior (2006) afirma que “não há fechamento isento”. O editor sempre irá oferecer ao leitor no outro dia, a sua visão sobre os acontecimentos.

Não há fechamento isento. Posso direcionar o modo como o leitor vai entender a informação já ao dar um título ou ao escrever o lide- afinal, são o título e o primeiro parágrafo que determinam o principal a ser destacado. A escolha da foto, um ângulo ou uma pose, sentenciam um personagem, e posso esvaziar um acontecimento pela posição dele na página, pelo número de linhas ou decepando-lhe uma imagem ou gráfico (PEREIRA JUNIOR, 2006, p.30)

5. CAPA, FOTO E TEXTO

Os jornais de Londrina cobriram a greve dos professores do começo ao fim. Foram várias capas, algumas com manchetes, outras, com chamadas, ou, simplesmente matérias nas páginas internas, sem menção na página principal do jornal. Analisar as “vitrines” dos jornais é mapear o sistema de hierarquização das notícias e o que o veículo quer destacar.

Primeiras páginas são o território mais gritante da enunciação jornalística obtida pela programação visual, porque cumprem o papel de cardápio das diferentes notícias contidas na edição. Uma primeira página é, em geral, o espaço da miscelânea (diversidade de temas) e da hierarquização (ordenamento do que é mais importante), mas também o é da emissão de um raciocínio pleno sobre a conjuntura, a temperatura editorial dos acontecimentos do dia, a leitura sobre o mundo traduzida pelo veículo. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p.100)

Chaparro (2006) pontua que uma primeira página bem feita faz um acordo com o leitor de entregar os assuntos mais importantes do dia. “Na primeira página, alguém tenta dizer ao leitor, e persuadi-lo a acreditar, que ali estão os fatos e temas mais importantes de cada dia e que esses assuntos lhe interessam, a começar pela da manchete, o mais importante de todos” (Chaparro, 2006, p.11).

Um detalhe técnico que pode ser observado nas capas de ambos o jornal diz respeito ao formato adotado por cada veículo. A Folha por ser *standard* tem mais espaço físico para que texto e imagem sejam trabalhados. Já o JL com o formato *berliner* tem poucas escolhas, o que possibilita, em alguns momentos, o modelo que lembra capa-cartaz (como do dia 30 de abril), que valoriza sempre uma imagem de destaque.

Segundo Ferreira Junior (2003), a expansão das capas-cartazes ocorreu no primeiro decênio do século XXI e teve como formato básico a inserção de uma única imagem ou de uma imagem preponderante (quase sempre uma foto).

Além da foto, se faz necessário o acompanhamento textual que remete para o conteúdo interno. O formato *berliner* é menor que o *standard* o que faz que o leigo confunda-o com o *tablóide*, mas há diferença de tamanho. Conforme Pacheco (2011), há quatro formatos básicos de jornais diários.

Atualmente existem quatro formatos básicos de jornais diários: *broadsheet* (“folha larga”), *Berliner* (ou berlinês), *tablóide* e micro. Esse mesmo autor observa que os tabloides correspondem à metade do tamanho de um *broadsheet* e o micro à metade do formato *Berliner*, que por sua vez tem dimensões menores que o *broadsheet* (PACHECO, 2011, p.50).

De acordo com o autor, *broadsheet* é o mesmo que *standard* o que diferencia é apenas a terminologia. O *berliner* seria o meio termo entre o *tablóide* e o *standard*, uma espécie de formato alternativo, nem tão grande (que o dificulta o manuseio) e nem tão pequeno, quanto um *tablóide*. Formatos menores são mais utilizados por veículos novos, já que há uma necessidade do próprio mercado em compactar o material, que representa economia para a empresa, e para o leitor, pode ser mais agradável a leitura e manuseio do produto.

Em decorrência do seu aumento de tamanho, os jornais, agora muito grandes, começaram a se tornar muito incômodos para ler e custosos para serem produzidos, fazendo com que ao longo do século XX, os *standards* tivessem seus formatos reduzidos, tendo os menores deles se tornado um pouco maiores do que os maiores *tabloides* (PACHECO, 2011, p.56).

Culturalmente, no Brasil, os jornais de referência sempre adotaram o formato *standard*.

Os *standards* têm uma longa história como símbolo de status e ganharam muita força, no início do século XX, por permitirem melhor explorar o conceito de que as notícias devem aparecer de forma visualmente hierarquizada. Os *tabloides*, apesar de terem feito sucesso apenas no início do século XX, existem desde que os primeiros jornais começaram a aparecer na Alemanha do século XVII, porém não tinham relevância que os alçasse ao status de jornais (PACHECO, 2011, p.57).

As observações referentes aos formatos dos jornais são necessárias para que se possa compreender a proporcionalidade do uso do texto e da imagem. Jornal com espaço mais limitado tem opções mais restritas quanto à sua composição.

A partir de agora, pode-se notar de forma mais detalhada como cada veículo trabalhou a greve e quais os critérios presentes nas imagens, através das tabelas feitas pela pesquisadora com base nos autores apresentados no capítulo 4 e subitem 4.1. Foram considerados os seguintes critérios: impacto, informação, técnica e flagrante. Eles foram escolhidos por serem pontos em comum entre os autores quando se refere ao fotojornalismo. Vale pontuar que o critério de subjetividade não foi aferido por dificuldades em verificação do mesmo.

5.1. O COMEÇO DE TUDO: EDIÇÃO DE 11 DE FEVEREIRO

No dia 10 de fevereiro de 2015, professores, alunos e servidores tentaram dialogar com parlamentares sobre o pacote de medidas que o governo queria aprovar. Sem

sucesso nas negociações, os manifestantes ocuparam a Casa de Leis, com o objetivo de serem ouvidos.

A repercussão sobre o fato foi noticiado no dia 11 pelos jornais londrinenses. Nas capas de ambos os diários, percebe-se construções diferentes de narrativas, a começar pelas manchetes que usam as palavras ocupação e invasão. A Folha de Londrina diz: “Manifestantes ocupam a assembleia”, enquanto o JL destaca: “Invasão trava tratoração”. O interessante é que na manchete a Folha usa a palavra ocupação, mas na chamada coloca invadir como sinônimo, como pode-se observar:

Grupo formado em sua maioria por servidores e sindicalistas invade plenário da AL e impede votação do segundo “pacote de austeridade” anunciado semana passada pelo governador Beto Richa. Eles passariam a noite na Casa e prometem deixar o local apenas com a retirada das propostas da pauta. Deputados discutem hoje como contornar situação (FOLHA DE LONDRINA, 11 de fev., 2015).

Há uma grande discussão, principalmente no campo jurídico, quanto ao uso desses termos. A invasão denota algo que é feito de forma ilegal ou com o emprego da força, da violência, para se apossar de algo que não é seu, ao contrário da ocupação.

Mas o emprego destes termos também pode gerar outras interpretações. Segundo Mancuzo (2016)⁴², a Geografia utiliza a lógica dos territórios para explicar a luta por espaço. Essa luta sempre ocorrerá quando duas forças disputam um território que pode ser ou não material. Quando não há consenso, há conflito de interesses. Se for analisar essa busca por território pelo ângulo dos movimentos, ela nunca implicará em uma invasão e sim, ocupação. “Para efeito dos movimentos, eles nunca invadem, eles ocupam, por questão de território”. (MANCUZO, 2016)

O objetivo aqui não é discutir a fundo a epistemologia dessas palavras, mas refletir sobre o uso desses termos chaves durante a cobertura para a construção da notícia e observar que mesmo tendo significados diferentes, eles são usados como sinônimos.

Voltando à manchete, a Folha (FIGURA 5) quando usa: “Manifestantes ocupam Assembleia”, chama toda atenção do ato para os manifestantes. Já no JL, “Invasão trava tratoração”, o sujeito não é destacado o que levanta a hipótese de que cada jornal escolheu o termo que melhor se adapta a sua linha editorial.

A imagem da Folha é do fotógrafo Theo Marques, autor da maioria das fotografias publicadas pelo jornal. Marques, na época, era contratado para trabalhar na

⁴² Informações do jornalista e professor doutor Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior em entrevista concedida a autora em 14 de junho de 2016.

sucursal da Folha, em Londrina. Na fotografia escolhida para estampar a capa, o fotógrafo utiliza-se do Grande Plano Geral (GPC) que, segundo Boni (2003, p.171), “é muito próximo do plano panorâmico, sendo a diferença mais significativa a perda de parte do cenário no sentido horizontal e o ganho no sentido vertical.”

A imagem mostra os manifestantes na assembleia impedindo o avanço dos trabalhos. Aqui, a palavra ocupação e o ângulo escolhido pelo fotógrafo se completam, pois percebe-se uma tomada de espaço. Por estar distante, não é possível ver closes dos manifestantes, como na capa do JL, mas permite uma visão geral do acontecimento.

Figura 5-Manifestantes ocupam assembleia



Fonte: Capa da Folha do dia 11 fev. 2015

Foto: Theo Marques

A fotografia ganhou espaço nobre na capa, ou seja, parte superior, com a manchete abaixo da imagem trabalhada em seis colunas. Não dá para negar que o objetivo era chamar a atenção para o fato. A notícia ocupa toda a primeira dobra⁴³ do jornal.

⁴³ A primeira dobra é a primeira parte do jornal standard. Nela ficam localizados o cabeçalho do jornal e a manchete.

O jornal dispensou a legenda o que é peculiar no fotojornalismo, mas que, no decorrer das análises, percebe-se ser uma prática constante na Folha e no JL, durante a cobertura. As informações estão todas concentradas no chapéu, título e chamada.

A ausência da legenda causa prejuízo ao leitor, pois segundo Gradim (2000), ela é uma fonte importante de informação.

As fotografias que acompanham os textos de um jornal são de importância extrema – estudos realizados sobre esta matéria provam que, depois dos títulos e antetítulos, as fotos e as respectivas legendas são a segunda coisa que a esmagadora maioria dos leitores atentam no jornal. (GRANDIM, 2000, p.89)

Pereira Junior (2006, p.155) também enfatiza sobre a função da legenda que, “por princípio, completa a informação que uma foto foi incapaz de fornecer, por mais reveladora que ela seja. Amplia a compreensão da imagem, sem ser redundante.” Faz isso ao chamar a atenção para detalhes que passariam despercebidos ou ao contextualizar a cena. A legenda, assim como o chapéu e título fazem parte, segundo o autor, de “elementos verbais de acabamento da notícia.”

A comunicação da notícia por elementos verbais é uma preocupação técnica e ética, em todas etapas do fechamento de páginas, um efeito em “escadinha”, que vai do chapéu ao título, deste para o olho, passando por janelas eventuais e fotos legendadas, culminando no texto. Em cada etapa, cuidados para que seja garantida a preservação de valores elementares no jornalismo. Esses cuidados, no entanto, são realizados num contexto empresarial específico, sujeito a condicionantes de mercado e ingerências do negócio sobre a produção jornalística. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 156)

Lima (1988) também destaca sobre o uso da legenda. Para ele, ela “é parte integrante de uma fotografia.”

Como a fotografia é o produto da relação espaço-tempo, (espaço = localização, tempo = época), essa relação constitui a legenda mínima de uma imagem, que, com o crédito (o nome do fotógrafo), compõe os dados essenciais que devem acompanhar uma fotografia. (LIMA, 1988, p.31)

Portanto, ao abrir mão da legenda, o jornal deixa de dar mais uma informação que ajudaria o leitor na compreensão principalmente do contexto da imagem. Para o mesmo, só resta além da leitura imagética, o entendimento da notícia através de outros elementos como chapéu, manchete (ou título) e chamada. Neste caso específico é como se o título substituísse a legenda.

A contextualização é um dos pontos fundamentais da função da legenda, podendo até mesmo mudar a compreensão do leitor para determinado fato. Isso é possível de

se detectar quando vários veículos utilizam a mesma imagem (geralmente de Agências de Notícias), mas com legendas diferentes, que se “moldam” para atender a determinado fato destacado na matéria. Ou seja, a legenda é feita em comunhão com a matéria jornalística como um todo e não, como um item isolado. Ela direciona o olhar e a compreensão do leitor para aquilo que ali está retratado.

O JL, por ter o formato *berliner*, praticamente deu destaque em sua página inteira para o assunto (FIGURA 6).

Figura 6 - Invasão trava tratoração



Fonte: Capa do JL do dia 11 fev. Foto: Bruno Covello/Gazeta do Povo

Além da manchete, há uma chamada na parte superior de Esportes e no rodapé um anúncio da Fiat. A manchete está acima da imagem e abaixo está a chamada que, neste caso, “substitui” a legenda. Ela informa que:

Com 34 votos a favor e 19 contra, os deputados estaduais aprovaram ontem o regime de comissão geral, também chamado de tratoração, para tentar votar em uma única sessão o “pacote de maldades” que prevê o fim de benefícios de parte do funcionalismo público. Mas a sessão foi interrompida após a Assembleia Legislativa ser invadida por uma multidão que protestava contra o projeto de cortes enviado por Beto Richa. Manifestantes prometiam passar a noite no plenário. Assunto volta à pauta hoje. (JORNAL DE LONDRINA, 11 fev. 2015)

A imagem do JL, de Bruno Covello/ Gazeta do Povo, é mais fechada se comparada com a da Folha. Trata-se de um plano médio que é o mais utilizado no

fotojornalismo. Pela proximidade da tomada é interessante observar o placar que o texto da chamada informa, ver os manifestantes em movimento, a bandeira do Brasil e no canto esquerdo um fotógrafo que registra tudo. O jovem (localizado do lado esquerdo) com o braço estendido e com a boca aberta remete à ideia de luta. Assim como na Folha, no JL não há legenda. Como o JL é do mesmo grupo da Gazeta do Povo houve, durante a cobertura da greve, troca de imagens entre os veículos, como neste caso.

A imagem escolhida pelo jornal pode causar maior aproximação com o leitor, em decorrência de detalhes que ela demonstra e pelo olhar e movimento que o moço flagrado transmite, numa espécie de convite à participação. Barthes (1984, p.57) diz que “a fotografia, para surpreender, fotografa o notável; mas logo, por uma inversão conhecida, ela decreta notável aquilo que ela fotografa. O ‘não importa o quê’ se torna então o ponto mais sofisticado do valor.”

Ainda segundo o pensamento de Barthes (1984), a imagem precisa fisgar o leitor, ou, como ele diz, “picá-lo”. Para ele, a fotografia pode ser dividida em duas partes: o *studium* que se refere mais a parte técnica e o *punctum*, que seria a picada (o subjetivo), ou seja, algo que te leva para dentro da imagem, que te transporta com interesse para o que foi revelado.

Para o leitor, que Barthes (1984) chama de *spectador*, a imagem pode até passar sem provocar algum tipo de reação, já que isso só acontece se ele se sentir fisgado, atraído por ela. Catanho (2007, p. 86) explica melhor essa dualidade barthesiana.

O conceito de *studium* e *punctum*, desenvolvido por Roland Barthes, traz uma luz sobre a relação autor-receptor. Ele propõe dois caminhos, complementares, da forma como o receptor (chamado por ele de *spectator*) faz a leitura de uma fotografia. O primeiro, denominado *studium* (“a foto do fotógrafo”), ocorre quando o receptor consegue percorrer os mesmos caminhos para a elaboração da mensagem pelo qual passou o produtor (*operator*), o fotógrafo. O receptor enxerga a intenção (a informação) que o emissor (fotógrafo) depositou em seu trabalho. Barthes (1984) explica que o *studium* de uma fotografia significa compreender a intencionalidade com que o fotógrafo a produziu, independente de aprová-las ou desaprová-las. O *studium* é a informação objetiva. O *punctum* (“a foto do espectador”) não é consequência da intenção do fotógrafo, nem de sua visão do mundo. Ele depende do receptor se sentir “atingido” por determinada imagem ou determinado fragmento da imagem. O *punctum* faz o caminho oposto do *studium*.

Se for discutir os critérios de noticiabilidade do fotojornalismo na cobertura (dos episódios objetos de estudo) é possível constatar a predominância de impacto, ineditismo, importância da notícia, flagrante. Elementos que somados podem ter levado o editor a escolher esta e não outra imagem para estampar a primeira página.

Além de cumprirem propósitos estéticos, como embelezar as páginas, e cortar a monotonia dos extensos blocos de texto, afirmando-se pela sua qualidade e beleza intrínseca, as fotografias devem jornalisticamente ser relevantes, isto é, estarem relacionadas com o acontecimento que ilustram, provando-o, comentando-o, ou revelando perspectivas novas acerca dele (GRADIM, 2000, p. 89).

Para observar com mais propriedade sobre o emprego dos critérios de noticiabilidade do fotojornalismo nas imagens de ambos os jornais, segue a tabela abaixo. Percebe-se que as imagens estão carregadas de valores-notícia.

Tabela 2 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 11/02

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto	X	X
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante	X	X
Foto acompanha a manchete	X	X

⁴⁴Fonte: A própria autora, jun. 2017.

Um outro ponto relevante que se refere a esse acontecimento e à cobertura geral da greve, deve-se ao nome adotado para o pacote de medidas anunciado pelo governo. No caso do dia 11, as medidas de contenção econômica foram referenciadas pela Folha como “pacote de austeridade” e no JL como “pacote de maldades”. Aqui já se consegue perceber o tom ideológico adotado pelos veículos no que se refere ao fato. O mesmo ocorreu entre invasão e ocupação que, às vezes, eram utilizadas como sinônimos e outras, para demonstrar o uso ou não de violência.

5.2. O DIA SEGUINTE: 12 DE FEVEREIRO

A cobertura jornalística sobre os manifestantes na assembleia permanece em destaque no dia seguinte: 12 de fevereiro. Ambos os veículos publicaram a manchete referente ao tema, mas, dessa vez, o destaque foi diferente.

⁴⁴ A tabela foi feita pela pesquisadora com base nos autores apresentados no capítulo 4 e subitem 4.1. Os critérios elencados são pontos em comum entre os autores sobre fotojornalismo.

Figura 7-AL ainda ocupada



Fonte: Capa da Folha, 12 fev. 2015
Foto: Theo Marques

A Folha, que um dia antes havia trabalhado a manchete e a imagem em seis colunas, nesta capa (FIGURA 7) usou três colunas e manchete em três linhas. A foto de Theo Marques mostra manifestantes parados, dormindo, nas mesas dos deputados, numa tomada panorâmica. Novamente a imagem não ganha legenda, somente chapéu: “Compasso de espera”, e manchete: “Com AL ainda ocupada, deputados decidem recolocar hoje pacote em votação”, acompanhada da chamada:

Sob intensa pressão popular, o Legislativo estadual decidiu enfrentar a resistência dos servidores, que ocupam desde a noite de anteontem o plenário da assembleia. Em reunião reservada, os deputados marcaram para hoje a votação do pacote fiscal do governador, principal motivo dos protestos do funcionalismo. A Procuradoria Geral do Estado obteve mandado de reintegração de posse do recinto mas ordem ainda não foi cumprida pelos manifestantes. (FOLHA DE LONDRINA, 12 fev., 2015)

Do lado esquerdo, duas chamadas destacam: “Após erros de contrato, Kireeff determina varredura” e “Deputados da RML divergem sobre medidas do governador”. E abaixo, uma chamada com a foto (Anderson Coelho) do time de Londrina que perdeu para o Operário. E outra, falando sobre o teatro Ouro Verde. Pode-se então, concluir que as informações na primeira dobra não são positivas política e esportivamente.

Ao descer o olho pela página, na segunda dobra, o leitor tem à sua direita, no rodapé da página, um anúncio, ocupando um quarto da página (em duas colunas), intitulado “Esclarecimento aos paranaenses”, no qual o governo do Paraná se posiciona sobre as medidas do pacote.

Na nota, o governo alega que as medidas de austeridade (mesmo termo utilizado pela Folha no dia anterior para definir o que ficou conhecido como pacotão) de corte de gastos administrativos e de controle à sonegação são para enfrentar a grave crise financeira nacional.

Ao lado do esclarecimento, outro anúncio (já menor 4,5 por 5 cm), chama para os editais do governo do Estado, acompanhado do anúncio da universidade Unifil (no mesmo tamanho). Depois, uma imagem (de Gina Mardones) de um homem baleado referenda uma matéria falando da “ineficiência da saúde pública.” Ao lado esquerdo, duas chamadas: uma da Bolsa Família e outra, da fusão da ALL e Cosan.

Já o JL (FIGURA 8) destaca na sua manchete, em duas linhas, ocupando as cinco colunas de fora a fora: “Assembleia prepara novo tratoração; oposição vai ao TJ”, conforme texto da chamada:

No segundo dia de ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná, os deputados utilizaram o restaurante da casa para protocolar um novo pedido de comissão geral, também conhecido como tratoração. Com isso, o pacote de austeridade proposto pelo governo Beto Richa deve entrar hoje em votação em sessões extraordinárias. Parlamentares de oposição tentam barrar manobra no TJ. MP anuncia que irá analisar movimentação. Universidades estaduais aderem aos protestos. (Folha de Londrina, 12 fev. 2015)

Figura 8 - Assembleia prepara novo tratoração



Fonte: JL, 12 fev. 2015

Já o JL (FIGURA 8) destaca na sua manchete, em duas linhas, ocupando as cinco colunas de fora a fora: “Assembleia prepara novo tratoração; oposição vai ao TJ”, conforme texto da chamada:

No segundo dia de ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná, os deputados utilizaram o restaurante da casa para protocolar um novo pedido de comissão geral, também conhecido como tratoração. Com isso, o pacote de austeridade proposto pelo governo Beto Richa deve entrar hoje em votação em sessões extraordinárias. Parlamentares de oposição tentam barrar manobra no TJ. MP anuncia que irá analisar movimentação. Universidades estaduais aderem aos protestos. (Folha de Londrina, 12 fev. 2015)

Dois fatores chamam atenção no JL se comparado com o material do dia anterior. Primeiro, nesta edição o jornal denomina o que ocorreu na Casa de Leis de “ocupação” ao contrário de “invasão”, utilizado na manchete do dia 11. E utiliza o termo “pacote de austeridade”, denominado pelo governo, ao contrário, do que o veículo utilizou na edição do dia anterior como “pacote de maldades”.

Outros pontos são relevantes no JL como a falta de anúncio na capa do governo estadual no jornal (ao contrário da Folha) e a não referência aos manifestantes. A chamada somente sugere que é o segundo dia de ocupação, mas o discurso está todo voltado às

atividades do Legislativo e, por fim, a não utilização de nenhuma imagem relacionada a manchete, o que é pouco usual na composição das primeiras páginas.

Ainda ao analisar o JL, o leitor pode supor que o jornal não tivesse opção de imagem para colocar na capa referente à manchete, mas essa hipótese logo é descartada ao folhear o jornal e ver que há sim, registros imagéticos sobre o acontecimento, como mostra a figura abaixo.

Figura 9 - Manifestantes passam a noite no plenário



Legenda: Manifestantes passaram a noite de terça para quarta no plenário de Alep; alguns dormiram no chão
Foto sem crédito. Página interna. Data: 12 fev. 2015

Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que trata-se exatamente de uma escolha do editor, pois os dois assuntos: o jogo do “Operário que derrubou a invencibilidade do Tubarão” (como informa a chamada) e a “assembleia que prepara novo tratoço” (manchete) têm critérios de noticiabilidade como proximidade, impacto, relevância social.

Ao aplicar a tabela dos critérios de noticiabilidade para essas capas é possível apontar que apenas a Folha de Londrina levou em consideração a imagem como elemento fundamental para comunicar sobre a greve. É possível identificar todos os valores-notícia para a sua utilização na capa. A partir do momento que o JL escolhe não utilizar o conteúdo imagético, empregando somente o texto para falar sobre o assunto, ele deixa de dar destaque ao assunto, porém, não o ignora na sua hierarquia de informação, pois traz o tema como manchete.

Tabela 3 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 12 fev.

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto		X
Informação		X
Técnica		X
Flagrante		X
Foto acompanha a manchete		X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.3. A TENSÃO AUMENTA: 13 DE FEVEREIRO

Com a votação do pacote de medidas em pauta, os manifestantes ocuparam o pátio da Casa de Leis obrigando, dessa forma, a paralisação das atividades. Do lado de fora, policiais tentavam conter os servidores com gás lacrimogênio, balas de borracha e as chamadas bombas de efeito moral.

Mesmo com a confusão, os deputados ainda tentaram votar, no restaurante da assembleia, as matérias que cortavam os gastos públicos e arrochavam direitos trabalhistas. Para evitar os manifestantes, os políticos usaram o camburão da Polícia Militar para sair do prédio. A Folha relatou o episódio da seguinte forma:

A confusão começou pouco tempo depois de aproximadamente 20 membros da base aliada chegarem à Casa em um camburão da Tropa de Choque da PM. Escoltados por agentes e pelo secretário de Estado e Segurança, Fernando Franchisni, eles entraram pelo portão lateral e em seguida, subiram até o andar onde fica o refeitório. Sob gritos de “vendidos”, os educadores e sindicalistas se revoltaram e começaram a forçar a entrada. A plenária iniciou normalmente, mas foi interrompida cerca de uma hora depois, quando os deputados ouviram a primeira bomba. (FOLHA DE LONDRINA, 13 de fev., 2015)

Com o clima de tensão, o resultado não poderia ser outro: o assunto se mantém na capa dos jornais londrinenses.

Figura 10 - Pacotaço é retirado de pauta



Capa da Folha 13 fev. 2015

Foto: Theo Marques

Novamente a foto de Theo Marques ilustra a cobertura, desta vez, em cinco colunas. A imagem não tem legenda, somente o texto da chamada:

Os manifestantes que ocupam o Centro Cívico em Curitiba mostraram força e impediram ontem a votação do pacotaço de austeridade proposto pelo governador Beto Richa, estopim da crise entre o Palácio do Iguaçu e o funcionalismo estadual. Acuado pela possibilidade do prédio administrativo, o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, suspendeu a sessão. Em seguida, o Executivo retirou a matéria de pauta para fazer um reexame. Servidores dizem que pressão continuará (FOLHA DE LONDRINA, 13 de fev. 2015).

O chapéu anuncia: “Dia histórico” e logo a manchete acima da imagem informa: “Pacotaço é retirado de pauta; servidores mantêm mobilização”. A imagem em plano médio supõe que o fotógrafo estava do lado da polícia, pois é possível perceber alguns policiais tentando conter os manifestantes. Pela fotografia, o número de manifestantes parece ser superior ao de policiais, pelo menos, é isto que o enquadramento feito pelo fotógrafo demonstra.

Do lado esquerdo da imagem, ainda na primeira dobra, há três chamadas. A primeira na parte superior diz respeito ao doleiro protagonista da Operação Lavo Jato, Alberto

Youssef. As demais são sobre a educação. Uma, sobre os professores da rede estadual que ocuparam as sedes dos núcleos regionais de Educação em Cornélio Procópio e Apucarana. E a outra, sobre dados do Censo Escolar, mostrando a expansão da rede particular de ensino.

Ainda do lado esquerdo, há uma chamada dizendo que “apenas 20 municípios paranaenses alcançaram a meta do Todos pela Educação”. Depois, fios (recurso gráfico) separam esses assuntos dos outros destaques da capa. Um sobre a queda nos estoques de bolsas de sangue no carnaval (com uma foto de bolsas de sangue) e outro, sobre culinária e uma do caderno de Sexta da Folha.

No rodapé um anúncio dos editais do governo, um da Unifil, e um de uma parceria com a Rondopar, além da previsão do tempo e horário de fechamento do jornal. A primeira dobra privilegia o assunto Educação que se completa com as duas chamadas desta área, ambas negativas para a rede de ensino estadual.

É interessante destacar que tanto a imagem, que mostra os policiais e os manifestantes, como o texto, conduzem a leitura para mostrar que as pessoas que estavam ali presentes tentaram furar o cordão feito pela polícia. A construção narrativa, neste caso, está toda voltada para os manifestantes e suas ações.

Uma outra interpretação sobre o mesmo fato é trazida pela imagem do JL de Bruno Covello/ Gazeta do Povo. Esta sugere, através do ângulo escolhido, que o fotógrafo estava no meio da população, ao contrário do que a Folha de Londrina apresentou.

Figura 11 - Uma dupla derrota



Chamada remete ao camburão de choque ao fundo da imagem
Fonte: Capa JL 13 fev. 2015; Foto: Bruno Covello/ Gazeta do Povo

O JL estampa pessoas de braços esticados (em protesto) e logo a frente um cordão da Tropa de Choque e, ao fundo, o camburão da PM que serviu de transporte para os parlamentares. Este plano geral tomado, provavelmente por uma grande angular, permite mais informação sobre o fato.

A outra imagem da Folha, por ser mais fechada, não dá uma visão ampla sobre o acontecimento, destacando mais o trabalho da polícia. Ao contrário do texto visual do JL, que ocupou cinco colunas da capa dividindo espaço somente com duas chamadas no cabeçalho, de assuntos bem diferentes que são: “Conheça a esquina dedicada ao culto do carneiro” e “Guia a foliã traz o melhor do carnaval; programa-se.” E uma publicidade no pé da página.

Mais uma vez, a imagem se apresenta sem legenda, só acompanhada da chamada:

O governador Beto Richa terminou ontem com dupla derrota. Ele precisou recuar da estratégia para aprovação do pacote de austeridade, que agora será fatiado. O objetivo era aprovar tudo no chamado tratoração, eliminando a tramitação normal e mais lenta. Além disso, parte dos deputados da base, assombrados com uma assembleia ocupada por servidores, ameaça se rebelar. (JORNAL DE LONDRINA, 13 de fevereiro, 2015.)

A chamada da manchete faz menção a imagem da capa, destacando para o leitor um elemento presente na foto que poderia passar despercebido que é a do camburão ao fundo.

Ao aplicar a tabela dos critérios de noticiabilidade nessas capas, é possível perceber que as imagens atendem a vários valores-notícia.

Tabela 4 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 13/02

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto	X	X
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante	X	X
Foto acompanha a manchete	X	X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.4. A GREVE CONTINUA: 26 DE FEVEREIRO

Nos demais dias (após 13 de fevereiro) os dois jornais continuaram repercutindo sobre o clima tenso instalado após a confusão na Assembleia Legislativa entre professores, estudantes, servidores e policiais, só que com matérias nas páginas internas. Como o corpus deste trabalho se refere à capa, elas não foram avaliadas.

O assunto volta novamente ao debate na primeira página no dia 26 de fevereiro (FIGURA 12) por causa de uma passeata dos professores no centro de Londrina. Dessa vez, o material não é manchete, mas ganha um destaque importante no JL, com uma imagem de Roberto Custódio/JL em cinco colunas (número máximo de colunas no *berliner*). Além desta, só há outra chamada com foto, na parte superior para o Esportes.

A foto de Custódio, em plano geral, permite ver homens e mulheres caminhando com cartazes: “Pacote de maldades”, “Servidores dizem não ao corte de direitos trabalhistas”. O único texto que acompanha a imagem informa: “Professores voltam às ruas contra cortes”.

Já a Folha usou uma imagem de Theo Marques na vertical, em uma tomada mais aberta que dá a dimensão do número de participantes. Ela ocupou todo o lado esquerdo da página, em uma coluna, e nas duas dobras. O texto informou:

A greve dos professores da rede estadual deve terminar hoje, no 18 dia de paralisação. O fim do movimento depende de uma assembleia geral da categoria, que ontem tomou as ruas da capital para pressionar o governador. O cenário mudou após reunião dos sindicalistas com o chefe da Casa Civil. O governo cedeu e vai pagar o adicional de 1/3 das férias em parcela única até o fim de março. Aulas podem ser retomadas na segunda-feira. (FOLHA DE LONDRINA, 26 de fevereiro, 2015).

Figura 12 - Justiça manda liberar estradas



Fonte: JL, 26 de fev. de 2015

Foto: Roberto Custódio

Enquanto o JL preferiu limitar a narrativa sobre a greve a uma foto e a uma bandeira⁴⁵, a Folha optou por uma imagem mais aberta com um texto que dá mais detalhes sobre o movimento grevista, ao contrário do JL que forneceu uma imagem mais fechada permitindo ver mais detalhes.

A manchete de ambos os jornais falam sobre negociações para o fim do bloqueio das estradas por causa da greve dos caminhoneiros que estava causando prejuízos em todo o Brasil. Os critérios de noticiabilidade para o assunto ganhar manchete foram o impacto, importância, marco geográfico.

⁴⁵ Título sem acompanhamento de texto, somente com a indicação da página.

Só que a greve dos professores, pelos mesmos valores notícia, também teve destaque na capa através de textos e imagens factuais, impactantes que valorizaram ainda mais a informação. A Folha fez a seguinte opção:

Figura 13- Proposta do governo deve acabar com bloqueios



Capas da Folha de Londrina 26 de fev. 2015
Foto: Theo Marques

A expectativa quando o jornal deu essa notícia era que de que os professores voltassem às aulas no dia 2 de março, mas isso não ocorreu. O impasse com o governo empurrou o movimento grevista para permanecer com a paralisação, encerrando a primeira etapa da greve somente no dia 13 de março, na rede básica de ensino.

Mais uma vez, ao analisar as imagens, pode-se perceber o uso de dois critérios de noticiabilidade que são fundamentais para o jornalismo que são a informação e a técnica do fotógrafo ao capturar a imagem. Esses elementos foram suficientes para os editores escolherem as fotografias para ilustrar as capas dos jornais.

Tabela 5 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 26 fev.

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto		
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante		
Foto acompanha a manchete		

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.5. CLIMA QUENTE: 29 DE ABRIL

Como estudado, a presença dos manifestantes na assembleia no 11 de fevereiro gerou um desconforto entre os políticos. Dessa vez, para evitar que manifestantes adentrassem na assembleia, o governo do Estado usou o aparato policial para fazer uma verdadeira muralha humana em frente à assembleia. Desta forma, a greve voltou para as capas dos jornais no dia 28 de abril, se mantendo na primeira página pelos demais dias: 29, 30 e primeiro de maio. No dia 29, o JL (FIGURA 14) anunciou em destaque e em negrito: “É hoje!”, remetendo a votação da reforma da Parana Previdência que aconteceria dia 29.

Figura 14 - É hoje



Fonte: Capa JL dia 29 abr.2015
Foto: Jonathan Campos/Gazeta do Povo

A foto em destaque, em quatro colunas, ocupa metade da primeira página e vem acompanhada da seguinte chamada:

A reforma da Parana Previdência volta ao plenário da assembleia hoje para segunda votação. O projeto polêmico mobilizou servidores do Estado que, desde segunda-feira, se revezam em manifestações na capital. Anteontem, o projeto foi aprovado com as galerias da Aep vazias e isolamento garantido por mais de mil homens da Polícia Militar, que impediram manifestantes de se aproximarem do Centro Cívico, atendendo a ordem judicial. Ontem, houve tumultos e confrontos. A PM usou bombas e spray de pimenta para afastar professores e servidores. (JORNAL DE LONDRINA, 29 de abril de 2015).

A imagem de Jonathan Campos/ Gazeta do Povo permite imaginar que o repórter estava do lado dos manifestantes já que dá para ver uma parte do cordão de isolamento da PM.

Um homem próximo da polícia levanta um cartaz no qual é possível ler “vergonha”, enquanto o único policial que aparece na imagem com o rosto em evidência está com um objeto que solta fumaça branca. Na imagem, somente este policial está em posição de “ataque”, enquanto os civis estão parados.

Além do assunto da manchete, o jornal traz a seguinte composição gráfica: foto na parte superior uma matéria sobre cruzeiros em rotatória, uma chamada (ainda acima, do lado direito) sobre a intenção do consumidor, que é a pior em cinco anos. Do lado esquerdo na vertical, a previsão do tempo, seguida de um anúncio do Dia das Mães.

A imagem em destaque possibilita pensar sobre a cena escolhida pelo fotógrafo. Por que este policial? Por que ele ataca, enquanto os demais estão (pelo menos, pelo o que a cena demonstra) passíveis? Era a única fotografia disponível? Ou ela quer mostrar para o leitor que a polícia estava preparada para atacar enquanto os civis não?

A cena escolhida foi um flagrante registrado pelo fotógrafo e aceita pelo editor diante de um cenário de impasse. A Folha de Londrina publicou uma imagem mais aberta.

Figura 15 - Polêmica sobre previdência ‘racha’ base aliada de Richa



Fonte: Capa da Folha de 29 abr. 2015
Foto: Joka Madruga/Futura Press/Estadão Conteúdo

A Folha traz o mesmo cenário de tensão, mas com olhar diferente sobre o mesmo evento. Pedroso (2008, p.49) enaltece que o “editor precisa dispor de empenho para compreender os resultados obtidos em campo e articulá-los de maneira a valorizar o trabalho realizado pelo fotógrafo”.

Na Folha, o fotógrafo captura mais elementos. É possível ver o carro de polícia atrás das pessoas, a polícia atacando, enquanto os manifestantes se defendem da fumaça. Do lado esquerdo, um homem de cabeça baixa se protegendo de um jato de fumaça disparado bem em sua direção por um policial. Se aplicar nesta cena a regra dos terços, dá para perceber que a ação do policial está dentro dos pontos de interseção, ou seja, dos pontos de ouro da imagem.

Já do lado direito, um homem, ao lado dos policiais, ergue um cartaz “Richa (em vermelho) é prejudicial à juventude”. A manchete informa “Polêmica sobre a previdência ‘racha’ a base aliada de Richa”.

O texto da chamada da Folha, estruturado com base no ambiente político do dia, já mostra que o estranhamento entre manifestantes e policiais:

Entre as 10 legendas que têm mais de um deputado estadual, apenas três –DEM, PP e PSDB- tiveram posição consensual na primeira votação do projeto que prevê mudanças na Parana Previdência. Nas outras sete, houve divergência. A maior bancada da Casa, o PSC, do secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Junior, por exemplo, somou quatro “rebeldes”. Segundo turno pode ser votado hoje, afirmam governistas. Situação no Centro Cívico da capital é preocupante. Ontem foram três confrontos entre manifestantes e policiais, com saldo de 13 feridos (FOLHA DE LONDRINA, 29 de abril, 2015).

A imagem sugere mais movimento que a foto escolhida pelo JL, porém, ambos veículos mantêm a mesma versão: a ação de ataque partiu da polícia. Isso fica evidente através das fotografias e das chamadas. Barthes (1984) diz que o efeito que a fotografia produz é justamente “o de atestar que o que vejo de fato existiu. Ora, esse é um efeito verdadeiramente escandaloso”.

Se a imagem atesta o que aconteceu, o texto ajuda a contextualizar aquela informação, colabora na produção de sentido. Sobre isso, Sousa (2000) discorre:

Barthesianamente, poderíamos considerar que entre os mais relevantes elementos potencialmente conferidos de sentido a uma mensagem fotojornalística se inscreve o texto, insuflador de sentido à imagem, e os elementos que fazem parte da própria imagem, como a pose, a presença de determinados objetos, o embelezamento da imagem ou dos seus elementos, a truncagem, a utilização de várias imagens, etc. Mas temos ainda a considerar os elementos específicos da linguagem fotográfica, como a relação espaço-tempo, a utilização expressiva da profundidade de campo, da travagem do movimento e do movimento escorrido, etc (Sousa, 2000, p.65).

O autor enfatiza que o texto é fundamental para existência do fotojornalismo. Por isso que, ao observar o material, consideramos imagem e texto na produção da mensagem.

O texto é um elemento imprescindível da mensagem fotojornalística. Embora fotografia e texto não sejam estruturas homogêneas (o texto ocupa geralmente, um espaço contíguo ao da fotografia, não invadindo o espaço desta, a não ser para construir mensagens gráficas), não existe fotojornalismo sem texto. (SOUSA, 2000, p.65)

Mouillaud (2002) também defende o uso do texto e a sua análise com a imagem, pois, para ele, “o discurso do jornal não está solto no espaço; está envolvido no que chamaria de ‘dispositivo’ que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido”. O autor entende por dispositivos lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornais, livros, rádio, televisão, etc.) Para ele, é o dispositivo que irá preparar para o sentido da leitura.

Os critérios de noticiabilidade presentes nessas capas são:

Tabela 6 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 29/02

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto	X	X
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante	X	X
Foto acompanha a manchete	X	X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.6. REPERCUSSÃO: 30 DE ABRIL

Os deputados aprovaram no dia 29 de abril, em segunda votação, as mudanças previstas pelo “pacotão”. Do lado de fora da Assembleia Legislativa, o cenário, segundo a imprensa, foi de guerra. Mais de 200 pessoas ficaram feridas devido ao ataque dos policiais que, para impedir o acesso dos manifestantes à assembleia jogaram bombas, usaram cães e balas de borracha.

Figura 16 - De costas para o povo

Fonte: Capa do Jornal de Londrina, 30 de abr. de 2015
Foto: Daniel Castellano/Gazeta do Povo

O JL trouxe o editorial para a primeira página, intitulado: “Quarta-feira de tiro, gás e bomba” (FIGURA 16). O uso deste recurso na capa, no impresso, só é feito em casos especiais, como este. O editorial é um texto opinativo, sem assinatura, que expressa a opinião do jornal perante um assunto, geralmente é localizado nas primeiras páginas internas. O seu deslocamento para a primeira página chama a atenção e mostra que o jornal valoriza o seu posicionamento sobre o caso, como podemos ver em um trecho do texto:

A Assembleia Legislativa se apequenou mais um pouco ontem. Se é que isso é possível numa Casa em que a transparência é formal e na qual um caso de um ex-presidente acusado de desvio em 43 páginas redigidas pelo Ministério Público é levado ao arquivo. A “Casa do Povo” começou a semana pequena porque não quis deixar que exatamente o povo entrasse em seu prédio, para fiscalizar o trabalho de seus representantes[...] (JORNAL DE LONDRINA, 30 de abr. 2015).

Ao contrário das demais capas, esta edição utiliza uma capa-cartaz. O único assunto e imagem presente são sobre o caso do dia 29 de abril, ou seja, a capa inteira é dedicada para o acontecimento, com uma exceção: no canto direito inferior da página (considerado pela diagramação com um dos pontos ouro) há uma chamada para os editais do governo do Estado do Paraná (também presente no rodapé da Folha).

A foto é de Daniel Castellano/Gazeta do Povo. O trabalho do editor da página fica evidente ao ver que imagem e o texto se complementam. Isto mostra que a foto não só foi escolhida como precisava de um reforço textual. “De costas para o povo”, diz a manchete posicionada dentro da foto, que mostra a polícia de costas e um homem caído, possivelmente ferido sem atendimento. Notam-se vários policiais contra um civil. Além disso, o uso da palavra povo chama a atenção, cria empatia, não é contra os manifestantes, é contra o povo, isso é forte, mostra engajamento, posicionamento editorial.

Kosoy (2001, p.47) enfatiza que “toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade”. E no impresso, essa imagem, junto com os elementos verbais (chapéu, título, legenda, intertítulo etc.) ganha sentido.

O trabalho do editor ao unir imagem e texto é observado por Pedroso (2008, p.42):

A figura do editor de fotografia dentro da redação de um jornal, ou de qualquer outra estrutura de comunicação que lide com a fotografia no vasto campo do jornalismo, existe para dar coerência e direção à publicação de imagens e auxiliar no estabelecimento dos vínculos interpretativos com as informações textuais, para auxiliar o time de fotógrafos na sua evolução perceptiva e técnica em benefício do próprio resultado final para o veículo.

Já a Folha de Londrina (FIGURA 17) optou por uma sequência de imagens com fundo preto. Ao todo, três fotos seguidas de texto ocuparam cerca de 80% da primeira página, com a manchete, em duas linhas, posicionada logo acima das imagens: “Repressão truculenta da PM fere 200 manifestantes na capital”. Há uma foto maior (de Theo Marques), ocupando seis colunas, na primeira dobra, que mostra a polícia atacando os manifestantes. Mais uma vez, o ângulo escolhido pelo fotógrafo é o do lado da polícia.

A imagem, com plano geral, mostra muita fumaça principalmente do lado esquerdo, e no canto um homem agachado, que tenta se proteger. Ainda do lado esquerdo, na segunda dobra, uma foto de Maurilio Chele/SMCS, em duas colunas, e em primeiro plano (*close-up*) de um homem que foi agredido. Há ferimentos e sangue em sua face.

FIGURA 17 - Repressão truculenta



Fonte: Capa da Folha de Londrina dia 30 de abr. 2015
Fotos: Theo Marques (imagens da polícia) e Maurilio Chele (*close-up*).

No canto direito, a foto de Theo Marques, em duas colunas, mostra dois policiais imobilizando um homem, segurando-o pelos braços e cabeça. Entre essas duas imagens verticais dispostas em duas colunas, a chamada fala sobre o ambiente hostil, a aprovação dos deputados, número de feridos e a posição do governo:

Tensão que marca a crise entre o funcionalismo e o governo do Estado explodiu em violência na tarde de ontem no Centro Cívico. Para impedir que os manifestantes alcançassem o prédio do Legislativo, onde os deputados se preparavam para a segunda votação da reforma da Parana Previdência, o gigantesco aparato policial reagiu com bombas dispersas, balas de borracha, jato de água e cães. A batalha campal não impediu a aprovação, confirmada por 31 votos a 20. Governador Beto Richa disse que vai apurar eventuais excessos da PM. Para ele, imagens mostravam *black blocs* atirando pedras contra os policiais (FOLHA DE LONDRINA, 30 abr. 2015).

Na parte inferior da página há quatro chamadas, sem relação com a manchete. Elas falam sobre Lava Jato, o crescimento de internautas no Estado, prisão de ex-vereador acusado de exploração sexual e jogo de futebol no Estádio do Café. Ainda há chamada para caderno Folha Imobiliária, e dois anúncios, sendo um do edital do Estado do Paraná, além da previsão do texto e horário de fechamento.

Na Folha, o jogo de palavras da manchete com as imagens permite a leitura de um ataque desigual, com policiais armados e manifestantes indefesos. O diário ao destacar na primeira e na segunda dobra o assunto, demonstra que o debate sobre o que aconteceu é necessário. Ao estudar as imagens dá para pontuar os seguintes critérios de noticiabilidade:

Tabela 7 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 30 fev.

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto	X	X
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante	X	X
Foto acompanha a manchete	X	X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.7. DESDOBRAMENTOS: 1 DE MAIO

O que aconteceu no Centro Cívico de Curitiba repercutiu no Brasil e no mundo. As cenas de violência e imagens de professores feridos de imediato mobilizou a opinião pública. Os jornais do dia primeiro de maio estamparam na capa a reprovação da

população. O Jornal de Londrina deu destaque ao assunto com a manchete: “Sociedade civil repudia ataque a professores”.

Figura 18 - Sociedade civil repudia ataque a professores



Fonte: Jornal de Londrina, 1 de maio de 2015

Foto: Daniel Castellano/Gazeta do Povo

A foto de Daniel Castellano/Gazeta do Povo mostra uma mulher assustada, correndo e, atrás dela, policiais com escudos e armas. A chamada informa:

Um dia após o confronto entre a Polícia Militar e manifestantes, que deixou 213 feridos, diversas entidades divulgaram notas de repúdio. Para a UEL, o uso da força policial foi “injustificável”. “Uma agressão à liberdade de expressão e ao direito à manifestação pacífica,” classificou a Anistia Internacional. A mudança da Parana Previdência, motivo dos protestos, foi sancionada ontem pelo governo Beto Richa. (JORNAL DE LONDRINA, 1 de maio de 2015)

O jornal dá destaque maior ao episódio. A manchete só divide espaço com uma chamada na parte superior com o título do interior conquistado pelo Londrina Esporte Clube e no rodapé com um anúncio.

A imagem escolhida para a capa (FIGURA 18) é impactante, pois a mulher está sozinha. Dá para ver que ela usa uma camiseta da greve, identificando-a como uma das manifestantes, o seu olhar assustado, chama a atenção. A boca entreaberta causa a impressão

de que ela estava falando algo, talvez, pedindo ajuda, já que atrás há cinco policiais. O jogo das palavras presentes na imagem greve (camiseta) e choque (escudo) representa, de certa forma, o que foi o dia 29 de abril.

Figura 19 - Excessos no Centro Cívico serão investigados



Fonte: Folha de Londrina, 1 de maio de 2015

Já a Folha usou na capa (FIGURA 19) o chapéu⁴⁶ “Quem são os responsáveis?” e a seguinte manchete: “Excessos no Centro Cívico serão investigados pelo MP”. A chamada diz:

Órgão vai apurar responsabilidades por eventuais abusos cometidos na repressão ao ato promovido pelos professores grevistas na quarta-feira, quando 200 pessoas se feriram. Governador Beto Richa sancionou ontem lei que altera o custeio da Parana Previdência, principal motivo da crise na relação com o funcionalismo. No dia seguinte aos distúrbios, Centro Cívico teve um novo dia de protesto, desta vez contra a violência policial. Greves e paralisações em curso devem continuar, afirmam sindicalistas. APP recomendou que vítimas do conflito registrem boletim de ocorrência (FOLHA DE LONDRINA, 1 de maio de 2015).

A manchete ocupa a primeira e a segunda dobra, concentrando-se na primeira dobra a foto de Theo Marques, em cinco colunas, e do lado esquerdo, três chamadas, sendo

⁴⁶ Chapéu são palavras que indicam o assunto que será tratado, neste caso, na manchete.

que a primeira na parte superior informa que “vereadoras de Londrina estudam forma legal para revogar o título de cidadão honorário concedido pela Câmara ao governador em 2007”. E duas notícias independentes da manchete: uma sobre crime na Receita Estadual e outra, de uma adolescente vítima de exploração sexual.

Na segunda dobra a chamada da manchete ocupa sete linhas em cinco colunas. Sendo interessante pontuar que este texto está organizado em itens, que são separados por quadrados vermelhos, uma estratégia gráfica não muito usual no jornal impresso, mas que a Folha utiliza, como ocorreu na capa do dia 29 de abril.

Logo abaixo, entre fios, em quatro colunas, foto de Anderson Coelho, mostra a equipe do Londrina Esporte Clube que ganhou o título do interior. Depois uma chamada, com ilustração, de matéria sobre projeto Sesc-Cadeião Cultural e um anúncio. Do lado esquerdo, há chamada para o caderno Folha Sexta e uma institucional. Além da previsão do tempo e do horário de fechamento que o jornal informa.

Voltando para a imagem da capa (FIGURA 20) ela é significativa. O ângulo de tomada de Theo Marques em contra-mergulho (ou *contra-plongée*) valoriza a imagem. Segundo Boni (2003) “o contra mergulho valoriza o elemento, criando uma ilusão de ótica que ressalta sua grandeza”.

No mastro há marcas de mãos na cor vermelha representando o sangue derramado no dia 29 de abril. Logo acima, dá para ver a bandeira do Estado, onde se lê facilmente Paraná. Do lado esquerdo, há uma mulher com a mão no mastro e perto da sua mão há um cartaz em preto e branco, onde está escrito “a rua é também uma escola”. Ao pensar o que levou os editores nas escolhas das imagens temos os seguintes critérios:

Tabela 8 - Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo 1/05

CRITÉRIOS NO FOTOJORNALISMO	JORNAL DE LONDRINA	FOLHA DE LONDRINA
Impacto	X	X
Informação	X	X
Técnica	X	X
Flagrante	X	X
Foto acompanha a manchete	X	X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

5.8. ANÁLISE GERAL DAS EDIÇÕES

A análise geral das edições deixa evidente como os critérios de noticiabilidade foram decisivos para a visibilidade das imagens nas capas dos jornais. Unindo todas as tabelas apresentadas e discutidas individualmente é possível verificar que a maior parte das fotos das edições selecionadas acompanhou a manchete, o que deixa explícita a importância da imagem na construção discursiva da notícia.

Tabela 9 – Quadro geral

	Impacto	Informação	Técnica	Flagrante	Foto acompanha manchete
JL 11/02	X	X	X	X	X
Folha 11/02	X	X	X	X	X
JL 12/02	Sem imagem	Sem imagem	Sem imagem	Sem imagem	Sem imagem
Folha 12/02	X	X	X	X	X
JL 13/02	X	X	X	X	X
Folha 13/02	X	X	X	X	X
JL 26/02		X	X		
Folha 26/02		X	X		
JL 29/02	X	X	X	X	X
Folha 29/02	X	X	X	X	X
JL 30/02	X	X	X	X	X
Folha 30/02	X	X	X	X	X

Fonte: A própria autora, jun. 2017.

É válido observar ainda que estas imagens veiculadas com a principal notícia do dia atenderam a todos os critérios de noticiabilidade elencados através das tabelas feitas pela pesquisadora com base nos autores apresentados no capítulo 4 e subitem 4.1, o que mostra que se a imagem tiver impacto, informação, técnica e flagrante ela tem grande chance de ter destaque na capa. Esses pontos de observação foram escolhidos por serem comuns entre os autores apresentados. A exceção ficou para o dia 26 de fevereiro. Neste caso, em ambos impressos, verifica-se que somente dois critérios foram atendidos, “enfraquecendo” seu apelo para o destaque principal. Na Folha, por exemplo, a imagem ficou em uma só coluna.

Uma outra exceção é a edição do dia 12 de fevereiro do Jornal de Londrina que optou em não trazer imagem, o que mostra claramente as diferenças editoriais entre os veículos na questão da ocupação na assembleia (como discutido no subitem 5.2).

A escolha dos veículos por fotos únicas capazes de traduzir os dois principais momentos de tensão do movimento grevista de 2015 foi desafiador, pois não banaliza o uso da imagem e conseqüentemente convida o leitor a “ler” com mais atenção aquele fragmento de história capturado pelas câmeras dos fotógrafos que tudo presenciaram.

O uso de mais de uma imagem, dentro do recorte proposto, foi um recurso usado pela Folha somente na edição dia 30 de maio sendo uma imagem geral do conflito, uma que retratou a ação da polícia e outra, *close up* de um dos manifestantes agredidos. Esta escolha é compreensível porque esta edição tratou especificamente do dia 29 de abril, quando o maior momento de tensão aconteceu e que automaticamente mais gerou registros imagéticos.

Já o JL, mais combativo que a Folha, tentou sintetizar todo o sentimento com uma capa com uma única imagem que mostra policiais de costas e um manifestante atingido no chão, com a manchete “De costas para o povo”. Além disso, trouxe o editorial para a primeira página repudiando o episódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as capas e os critérios de noticiabilidade do fotojornalismo dos principais jornais de Londrina nos dois episódios de maior repercussão durante a greve dos professores do Estado do Paraná no ano de 2015: ocupação da Assembleia Legislativa do Estado, em 10 de fevereiro, e o ataque aos manifestantes, no dia 29 de abril, em 16 edições.

Analisar como os meios de comunicação noticiaram o acontecimento é o mesmo que fazer um convite à reflexão sobre as narrativas que a mídia constrói no que diz respeito a assuntos de interesse da sociedade, já que a greve de 2015 foi um episódio importante de luta pela educação e que tem interessado vários pesquisadores, sob perspectivas de estudo diferentes.

As capas dos impressos são a porta de entrada para conhecer a linha editorial. Debruçar sobre elas estudando imagens e textos foi algo instigante e desafiador. O que se pôde perceber durante as análises, sempre permeadas por autores do jornalismo e fotojornalismo, foi o discurso defendido por cada veículo mediante a um fato em comum. A Folha de Londrina por ser um jornal mais antigo e mais conservador, atrelado, na maior parte das vezes, como demonstra a sua história, ao governo (nas capas analisadas há sempre anúncio do governo do estado, com exceção do dia 1 de maio), buscou mostrar mais a polícia fazendo a contenção dos manifestantes do que o outro lado.

A Folha também tem como prática comum o emprego do primeiro nome do governador Beto em seus títulos e manchete, uma vez, que dentro do jornalismo, o uso do primeiro nome é algo não recomendável, por trazer aproximação, neste caso, com o poder. Já o Jornal de Londrina sempre teve a preocupação de trazer nas suas imagens fotos dos manifestantes, estes sempre ficaram em destaque, chegando o mesmo, a expor em sua primeira página, no dia 30 de abril, um editorial se colocando contra o que ocorreu no dia 29.

Hoje com toda tecnologia a favor da fotografia, cada vez mais os espectadores são bombardeados por imagens. Escolher uma ou algumas fotos no meio de tantas opções para se contar uma história é uma das tarefas difíceis do editor de imagem ou de texto. São através dessas seleções que os leitores são informados. Essa exibição imagética já era anunciada por Barthes (1984, p.31), em “A Câmera Clara”: “vejo fotos por toda parte, como todo mundo hoje em dia; elas vêm do mundo para mim, sem que eu peça; não passam de ‘imagens’, seu modo de aparição é o tudo-o-que-vier (ou tudo –oque-for)”.

Por isso, cada vez mais, há dificuldade na escolha. Diante de uma banalização da imagem, selecionar uma foto ou uma sequência que fisga do leitor de fato é um desafio para o editor. E foi gratificante identificar que ambos os jornais (com exceção da capa do dia 12 de fevereiro que o JL abriu mão de imagens e a do dia 30 de abril da Folha) optaram pela escolha sempre de uma única imagem para falar sobre o acontecimento.

Dentro deste universo de imagens, foi possível constatar que os critérios de noticiabilidade ajudaram na hora da hierarquização da informação e definição de qual imagem ganharia destaque.

Ambos jornais utilizam com frequência, nos dois momentos de tensão discutidos neste trabalho, o que Lima (1988) chama de força icônica, importância da notícia, flagrante, informação ou impacto visual, e o que Tavares; Vaz (2005) destacam como elementos característicos do jornalismo factual: o imediatismo e inesperado.

Todos esses itens são considerados na hora da edição para determinar o que será publicado ou não. Isso fica evidente quando observado a aplicação da tabela para as capas.

Foi possível verificar que, quando as imagens atendiam o maior número de critérios, mais destaque, ou melhor, mais espaço físico, elas tinham na capa, ou seja, maior visibilidade. A edição do dia 26 de fevereiro, de ambos os jornais, atendeu apenas dois critérios e conseqüentemente é a única edição em que a foto não acompanha a manchete.

É evidente que também há elementos subjetivos dentro deste processo de edição, como aborda Pereira Junior (2006), como a necessidade de atender a linha editorial, cumprir as orientações dos editores (tanto de imagem como de texto), e seguir a própria intuição ou, até mesmo, seu repertório cultural.

O próprio Barthes (1984), ao se aprofundar nos estudos sobre a imagem buscando “a essência da fotografia, que permitiria distingui-la de todas as demais imagens” já havia identificado que a técnica (*studium*) e a emoção (*punctum*) caminhavam juntas. E essa dualidade também está presente no fotojornalismo através dos critérios utilizados pelos editores para escolher uma imagem.

Já a falta de legenda nas imagens da capa foi um ponto importante da pesquisa. Ambos os veículos não a utilizam e isso não foi uma particularidade desta cobertura o que leva-nos a pensar que faz parte dos projetos gráficos dos impressos.

Nos estudos de fotojornalismo esse recurso sempre é citado e defendido como importante para a compreensão da imagem. Sabe-se que uma legenda pode mudar o sentido

total de uma fotografia, por isso, a sua ausência causou estranhamento e, por que não, apreensão.

REFERÊNCIAS

ALI, Fatima. **A arte de editar revistas**, 2000.

ALVES, Elaine e BOBROFF, Maria Cristina Cescatto. **Cadernos da greve**. Londrina: Sindiprol/Aduel, 2016.

ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. Título original: La construcción de la noticia.

_____. RODRIGO Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1993.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre fotografia**. Tradução de Júlio Castanõn Guimarães- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **A mensagem fotográfica**, 1980. In: Costa Lima, Luiz. **Teoria da Cultura de Massa**. 4 ed. Paz e Terra, 1990.

BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo**. 2000, p.306. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

_____. **Fotografia e mídia: da construção da imagem à veiculação de ideologias**. Formas e linguagens. Ed. Ujuí (RS). Ano 4, n.9, p. 73-89, jan/jun 2003.

BUITONI, Dulcília Schoerder. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BURKE, Peter. **A testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2003.

CALADO, Ana Arruda. **O jornalismo impresso na era digital**. In: **Deu no jornal**. Org. Álvaro Caldas. Editora Puc-Rio, 2014, 4 edição.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Veracidade, dever maior!**. In: Edição em jornalismo impresso. Lopes, Dirceu Fernandes. Edicon, 2006.

DARNTON, Robert. **O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução**. Companhia das Letras, 2010.

ÉMEUTES, G. **Passeio pelas greves paranaenses da educação em algumas notas**. Revista Sinal de Menos. v.1, n.11, ano 7.p.163, 2015. Disponível em: <https://sinaldemenos.org/2015/04/26/sinal-de-menos-11-vol-1/> Acesso em 19/12/2016

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5 ed, São Paulo: Ática, 2008.

FELISMINO, José Antonio Tadeu. **Jornal Poeira, história e memórias**. Londrina, 2016.

FERREIRA JUNIOR, José. **Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual.** São Paulo, 2003.

FERREIRA, Mônica Chagas. **A greve na página dois: A opinião no jornalismo e os movimentos de 2015.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GIACOMELI, Ivan Luiz. **Critérios de noticiabilidade e o fotojornalismo.** Discursos fotográficos, Londrina, v.4, n.5, p.13-36, jul/dez. 2008.

GOZZI, Ricardo. **Educação sob ataque: resistência e luta dos educadores do Paraná.** São Paulo, Campos, 2016.

GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**, 2000. Série Estudos da Comunicação, Covilha. Disponível: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110826-gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf> Acesso: 10/07/2016.

HADLICH, Donaldo e BRAGANÇA, Maria Alice. **Os movimentos do fotojornalismo nas capas de jornais: O caso da cobertura das eleições presidenciais de 2006 na Folha de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Os%20movimentos%20do%20fotojornalismo%20nas%20capas%20de%20jornais.pdf>> Acesso em: 29/09/2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** - 2. Ed. rev. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca.** Guia de sobrevivência para jornalistas. Editora Contexto, 2010.

LIMA, Ivan. **A fotografia é a sua linguagem.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. (Coleção Antes, aqui e além).

LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de massa, 1982. Capítulo de Barthes.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão espetacular: introdução a fotografia.** São Paulo: Brasiliense, 1984. 162 p.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA. Folha de São Paulo/2.edição, Publifolha 2001.

MENEZES, Fabiane Luiza. **Identidades e memórias: A greve dos professores do Estado do Paraná de 1988.** Londrina, 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade.** Rio de Janeiro: Revan 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico.** Rio de Janeiro: Revan 2013.

MOUILLAUD, Maurice. **Aos leitores brasileiros.** In: O jornal da forma ao sentido/ Sérgio Dayrell Porto (org) – 2. Ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** Editora Contexto, 2002.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. **Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50.** In Revista de Ciências Sociais. Uel, 1999.

OLIVEIRA, Jota (José Oliveira Santos). **Cinquenta anos de jornalismo: passado, presente e futuro: digital começa a substituir o papel.** Londrina, Midiograf, 2012.

PACHECO, Rodrigo Schoenacher. **Design de jornal impresso: a relação entre formato e usabilidade.** 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PAIVA, Rosinaldo Roberto. **A fórmula Jornal de Londrina.** Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação, Londrina, Uel, 1994.

PEDROSO, Elson Sempé. Reflexões sobre fotografia no jornalismo impresso. In: FELIPPI, Angela; SOSTER, Demétrio de Azeredo e PICCININ, Fabiana. **Edição de imagens em jornalismo.** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008, p.40-60.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** Editora Contexto, 2010.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa, **Guia para a edição jornalística,** Vozes, 2006.

PERSICHETTI, Simonetta. Notas de aula, 2010.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Temporalidades em imagens de imprensa. Capas de revistas como signos de olhares contemporâneos,** UEM, 2011.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** Tradução Rubens Figueiredo. –São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos.** Universidade de Fernando Pessoa. Portugal, 1999. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>>. Acesso: em 20 de fevereiro de 2016.

_____. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo: Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SHOEMAKER, P. J. (1996) — *Mediating the Message. Theories of Influences on Mass Media Content*. 2nd. edition. White Plains: Longman.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Temporalidades em imagens de imprensa**. Capas de revistas como signos de olhares contemporâneos. UEM, 2011

SCHUDSON, M. (1988) — Por que é que as notícias são como são. *Jornalimos — Comunicação e Linguagens*, 8: 17-27.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão e VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. Revista Famecos, 2005.

WOLF, Maia. Teorias da Comunicação. 5 edição, 1999, Editorial Presença. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo

ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempo e crônicas da vida**. Editora Juriscredi Ltda, 1975.

Entrevistas

COLMÁN, Evaristo. Entrevista concedida a Giselle Tomé. Londrina, 8 jun. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A deste trabalho].

SCWARTZ, Widson. Entrevista concedida a Giselle Tomé. Londrina, 16 jun. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B deste trabalho].

MASCHIO, José. Entrevista concedida a Giselle Tomé. Londrina, 28 abr. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C deste trabalho]

MANCUZO, Roberto Aparecido Silva Junior. Entrevista concedida a Giselle Tomé. Londrina, 17 de agos. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho]

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista 1

Entrevista realizada com Evaristo Colmán

Data: 8/06/2016

Cargo: Secretário geral do Sindiprol/Aduel

O senhor acompanhou a cobertura da imprensa sobre a greve?

Não acompanhei sistematicamente a cobertura feita pela imprensa sobre a greve, mas li várias coisas. Em alguns momentos, a greve tem situações de negociações, porque ela tem uma dinâmica: começa e o dia a dia da greve é marcado pelas assembleias e pelas reuniões do comando. No entanto, todo mundo fica se referenciando aos movimentos, as repostas do governo (patrão), então quando havia momento em que o governo sinalizava que haveria uma resposta ou através do parlamento ou, através da assembleia, alguém dizia que haveria uma reunião, que iria encaminhar uma proposta. Isso vai organizando o dia a dia da greve. Por que na greve a gente para de dar aula, para com as atividades de aula, principalmente, aula... as outras coisas continuam funcionando. A greve em universidade é muito peculiar. Mas aula é o que se interrompe, então, as pessoas ficam pendentes das assembleias e da comunicação que o sindicato faz. Claro, a imprensa também é uma referência para os professores, pessoas. O que interessa é a assembleia porque é nela onde se dá a informação oficial de como está a conversa com o governo e é onde se delibera o que se fazer: continua, não continua, vamos fazer isso ou fazer aquilo e é um momento de organização: pessoas são recrutadas para as comissões, ir para Curitiba ou outro lugar. Então, em alguns momentos desses, a gente fica ligado para ver o que a imprensa vai soltar porque ela funciona de alguma maneira como porta voz informal do governo, uma espécie de porta voz informal. Inclusive, quando o jornalista liga para os sindicalistas, tanto para gente como para outros sindicatos do estado, a gente começa a ficar de antena ligada (iii o governo quer saber isso, quer saber aquilo), porque muitos jornalistas passam a informação diretamente para o governo, ou são aliados ao governo.

No Paraná, vocês sentem isso?

Opa! Os jornalistas trabalham para governo. Assim 90% dos casos. Se não é o jornalista é o dono do jornal. Então, a gente aprende que tem que tratar bem jornalista, você não pode brigar com ele. Bom, quando tinha esses momentos a gente ia lá para ver o que saiu para ter uma ideia do que está acontecendo porque o governo não te conta o que vai fazer. Ele aposta no desgaste do movimento, aposta em uma ação judicial, na ameaça, na divisão da base, porque a base também é dividida, especialmente na Uel, em Londrina, mais de 90% dos professores votaram no Beto Richa e no Aécio Neve, nas eleições. Aqui é assim: PSDB mesmo. Então, mesmo não tendo acompanhando sistematicamente [a cobertura da imprensa], a gente tem uma percepção (que não é só minha, mas do comando, do sindicato) de que a cobertura foi bastante favorável. Curioso porque a Folha de Londrina é da família do governador, do sogro do governador. Em fevereiro, começou a sair na imprensa e na internet notícias sobre o primo do governador, que posteriormente será implicado na Operação Pelicano, o Abi, de sétimo grau. Esse Abi, segundo parentes da mulher do governador denunciada, era quem mandava no governo não era nem Beto Richa, era esse Abi, saiu na imprensa e tudo mais. Só para dar uma ideia de como a imprensa não ficou do lado do governo. Não ficou do lado dos grevistas,

tampouco, mas temos que ver a circunstância da greve, que não foi rigorosamente das universidades, mas do funcionalismo público e as universidades entraram no vácuo. Se fosse só das universidades não haveria greve porque a organização sindical dos professores e funcionários está completamente dividida, esfacelada. Até hoje não temos um quadro de unidade dos sindicatos, principalmente dos docentes e dos técnicos. Pois temos dois sindicatos: os mistos: representa professores e técnicos, na verdade, representa mais os técnicos hoje em dia e a representação sindical que representa exclusivamente os professores e o nosso sindicato. Então, essas circunstâncias já é um resultado de um esfacelamento do movimento no Paraná. Estou falando aqui de um processo que tem muito tempo já. Eu entrei na universidade em 91, desde 92 estou no movimento docente.

Sabe como foi o movimento quando Álvaro Dias colocou a cavalaria contra os professores? Isso foi antes de eu chegar aqui.

Como foi o seu início no movimento?

A minha participação no movimento docente aqui vai depois de 92, mais ou menos. Eu militava na Aduel que era uma associação sindical do andes. E depois mais intensamente me engajei na greve de 2000, essa foi uma greve muito importante, e depois tivemos a greve dos seis meses que começou em setembro de 2001 e terminou em março de 2002, foi a mais extensa e envolveu só ensino superior e só três universidades: Uel, Uem e Unioesp, as outras não entraram, nem Guarapuava, e nem Ponta Grossa e durou seis meses, contra o governo Jaime Lerner. E depois dessa greve, tivemos algumas paralisações, já sob o governo Beto Richa. Alguns protestos no governo de Requião, manifestações, bate boca, mas o governo se dividiu completamente. Agora voltando para a questão da imprensa durante a greve. A percepção nossa é de que a imprensa local e até de Curitiba fez uma boa cobertura não foi no sentido de criminalizar o movimento, destroçar a gente.

A imprensa, na sua opinião, se ateve mais aos fatos, podemos dizer?

Sim. A imprensa foi bastante objetiva. Em outros movimentos não foi assim. Na greve de 2000 e na de seis meses, nós tínhamos contra nós o bispo, a Associação Comercial e toda a imprensa. Foi duríssimo.

A greve de 2000 foi um marco?

Nós éramos Fundação Estadual de Londrina, em 1970, e começou a funcionar em 71. Sob o governo Requião, em 92, nós viramos estatutários. Até 92, éramos contratados pela CLT. Isso fazia com que todo o ano, o sindicato apresentava sua pauta reivindicação para o patrão e se não houvesse um acordo tinha greve, então, toda hora tinha greve aqui. E no final, o Ministério do Trabalho tinha que decidir, pois era CLT. Trabalhador pela CLT quem decide é a Justiça do Trabalho. Em 92, viramos estatutários e acabou a brincadeira. Por que agora não era mais a Justiça do Trabalho que decidia. Era o governo diretamente: o patrão manda, o patrão decide. Quando eu entrei em 91, entrei no meio de uma greve, e essa greve foi derrotada. O Requião era o governador. Ele descontou os dias parados, depois teve que pagar, mas o pessoal ficou muito traumatizado. Estamos falando de professores universitários, não é operário, camponês. O professor universitário é um sujeito que tem uma autoimagem, uma autonomia de classe média. Então, não é o trabalhador que tem mais perfil para atividade política, sindical. Então, quando cortaram o salário dos professores, e viram como era duro, reforçou uma postura mais conversadora (que já era).

Já cria uma resistência?

Sim, aos movimentos. Do período de 91 a 2000 não houve mais nenhuma greve aqui. Em 2000, já no governo Lerner, estourou uma greve em Londrina, Maringá e na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), não me lembro se Ponta Grossa entrou em greve também. A nossa greve foi se dar no meio da greve da APP, que estava em greve pelos professores da rede estadual, e nós entramos para reforçar a greve deles e nos escorando, de alguma maneira na greve deles. Ou seja, a greve da APP criou um clima de insurgência, rebeldia contra os ataques do governo Lerner que estava tentando privatizar a Sanepar, Copel e já havia torrado o Banestado. Estava atacando as condições de vida dos professores e já haviam vários projetos na alteração da condição de gratuidade nas universidades públicas e já começavam a tramitar propostas de cobrança de mensalidades. Havia todo clima de enfrentamento ao governo, pela orientação que tinha esse governo. O MST estava ocupando, era um clima de agitação, começo de 2000. Nós da Aduel, começamos a fazer assembleias, tinha pouca gente, mas foi crescendo. Os próprios professores chamaram o Sindiprol e acabou vindo. Fizemos as assembleias conjuntas e, aos poucos, foi conduzindo para a greve. Maringá também estava com mobilização. Mas nós não estávamos coordenados. Não tínhamos coordenação com as outras universidades, era cada um por si. A coordenação informal era feita pela greve da APP e empurrando a gente também. Quando entramos de greve a APP saiu. E foi terrível a saída deles. Eles se queimaram perante a base. Isso foi traumático para a APP. Até pouco tempo atrás a base não queria nem ouvir falar.

E qual a justificativa para a saída?

Não me lembro exatamente qual. Mas roeram a corda. Isso ficou evidente para nós. Aí ficamos sós. Essa foi a greve que enfrentou a burocracia do Jackson que estava forte, a de Jaime Lerner, teve professores presos, panfletando na entrada do vestibular e a polícia veio e prendeu.

Com justificativa de...

Não precisa de justificativa. Eles prendem e depois arrumam um pretexto. Eu mesmo já fui preso panfletando também. Então, essa greve de 2000 que aconteceu depois de nove anos, foi de importância para nós, Maringá, Unioeste porque sacudiu o marasmo que havia. Aqui vivíamos uma situação extremamente repressiva. No Cesa, as pessoas falavam baixo, com medo. O Jackson estava forte junto ao governo. Ele havia sido diretor do Sincotel e estava disputando a candidatura para ser prefeito em Londrina, pelo PSDB. E essa greve foi unificada de professores, funcionários e estudantes, a rebelia dos Sindicatos dos Funcionários que era favorável ao Jackson, os funcionários passaram por cima. Os estudantes estavam desorganizados, mas se organizaram no processo de greve. O mais importante nessa greve é que conquistamos o voto universal. As assembleias chegaram a ter 4 mil, 5 mil pessoas lá na quadra da Educação Física, gigantesca. Tivemos que deliberar isso na assembleia de docentes e foi uma guerra porque muitos não queriam nem saber de voto universal: como um aluno vai decidir minha vida?. O governo pode, o aluno não. O aluno vai entrar na greve para decidir a vida do professor? Não. Vai entrar para apoiar o professor. Mas formulavam esses tipos de ideia. Muito disso está no jornal da época, nos panfletos. Essa greve então sacudiu a universidade, reorganizou o movimento estudantil. Os funcionários passaram por cima de suas direções, mas elas não caíram, continuam até hoje. Aí aconteceu uma coisa muito importante. Como a greve foi em Londrina, Maringá e Cascavel (todos os campi da Unioeste). Em Maringá e Cascavel, os sindicatos dos técnicos e professores (era o que havia) eles estavam nas mãos dos pelegos, uma burocracia que já tinha 20 anos no comando. Quem fez a greve não foi essas burocracias. E essas burocracias eram amigas da Assuel, dos técnicos de Londrina e era dirigida pelo Itamar que está na administração. Eles eram todos comprades do Sinteemar (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá) e

Sinteoeste (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos do Ensino Superior do Oeste do Paraná). O que aconteceu no final da greve? Conseguimos um comando estadual de professores, funcionários e estudantes que estavam em greve. E esse comando continuou se reunindo e desse comando estadual saíram duas chapas, uma para disputar em Sintemar, em Maringá, e outra para disputar em Cascavel, Sintoeste e nós, de Londrina, fomos aos dois lugares apoiar essas chapas porque eram nossos companheiros durante a greve, e ganhamos, tiramos os pelegos, nos dois lugares. Quando tiramos eles, aí voltou a reconstituir uma coisa que se chamava Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público no Paraná, Comitê Estadual, que era um organismo político de coordenação (havia se criado na década de 80) em defesa do ensino superior público. Foi quando nós reconstituímos, depois da greve de 2000, esse comitê. Fizemos um segundo encontro, em Cascavel. O primeiro havia sido em Maringá, antes da greve, depois da greve fizemos o congresso e esse comitê, que acabou se tornando um embrião do comando de greve estadual e continuou se reunindo.

A greve de seis meses começou em setembro de 2001. Só que agora tínhamos um comando que havia se constituído a partir do Comitê e estávamos muito afinados, muitas reuniões, muita discussão. E nessa greve, íamos com a APP, mas cinco dias antes, só ficamos nós (ensino superior). Nós discutimos, discutimos, analisamos, analisamos e vimos que um dos equívocos da greve de 2000 é que havíamos começado com cinco pontos de pautas e terminamos com 40, ou seja, uma loucura. Agora nós falamos assim: para ser unificada, essa greve tem que ter uma única pauta de reivindicação e qual vai ser? 53,5% de reajuste. Então, não tinha outra coisa para discutir. Isso já foi resultado de 2000, estavam todos afinados, mas foi uma greve duríssima, recebemos ataque de todos os lados, da imprensa principalmente. A assembleia que decretou a greve foi em 11 de setembro de 2011. E logo em seguida começou a greve. Em outubro, não havia nenhuma perspectiva de negociação.

Esse 53,5% era para todos os funcionários?

Era para todos os funcionários e a APP também, mas ela nem entrou em greve. A última reposição geral de salário chamava revisão geral anual de vencimentos. A Constituição determina, que tem que repor, pelo menos, a inflação e tem que ser anual. A última vez que o governo havia feito uma reposição geral para todo o funcionalismo havia sido em 95. Estávamos em 2001, então como calculamos isso daqui? Como o governo não fez nenhuma revisão geral, pois o governo instalou o real e supostamente teve ganhos com isso, supostamente, fizemos o cálculo entre outubro de 1995, agosto 95, até janeiro de 2001, nós tivemos uma perda acumulada pela inflação, pelo IPCA, de 53,5%, esse era o índice. Todo esse tempo não tivemos nada de reposição, isso para todas as categorias. No meio disso, em 97, tivemos a implantação do nosso Plano de Cargos e Salários, em média todos os professores tiveram incremento de 30% nos vencimentos. Só que Plano de Cargos e Salários não é revisão geral de vencimentos, e segundo a lei, o plano de cargos não zerava as perdas. As nossas perdas acumuladas era de 53,5%. O plano de cargos era outro departamento, pois nós não tínhamos. O que conseguimos? Os técnicos, os trabalhadores das universidades que ganhavam até três salários mínimos tiveram 53,5% de reposição, os outros, como os professores que ganhavam mais, tiveram 13,5%. Esse foi o resultado da greve, mas o Lerner teve que cancelar todos os projetos que tramitavam para cobrar mensalidades. A greve também foi um bloqueio a uma série de medidas de privatização que o Lerner estava fazendo na universidade e mais os 13,5% que tivemos e a unidade que conseguiu, uma experiência muito boa. Depois vem o governo Requião e durante o governo Requião essa unidade foi para o beleleu. Parte do comando era favorável ao Requião então começaram a aliviar para ele, mudaram as reivindicações o sindicato. Nessa última greve não teve unidade, teve situações terríveis, quando a APP fez no meio da greve um acordo ao governo e entregou a previdência. O dirigente da APP falava em assembleia que a Paranaprevidência não era pauta da APP

porque a Parana Previdência tem importância para os maiores salários e não para os menores salários. Os professores da rede têm salários menores do que os da universidade. Já os professores das universidades, juizes, desembargadores se preocupavam com a Parana Previdência porque é de lá que vai sair a aposentadoria integral do pessoal que ganha 10, 20 salários mínimos. A APP não, eles entregaram a Parana Previdência. E a Parana Previdência como sistema foi execrado quando o Lerner implantou. Já era um caminho para a privatização. Nós não podemos defender a Parana Previdência como um modelo de previdência do funcionalismo, não podemos, mas era o que tínhamos. E o fundo do Parana Previdência, os R\$ 8 bilhões, era o fundo constituído para os servidores. O governo nunca pôs um tostão e agora pegou esse dinheiro. O resultado da nossa greve foi que ele pegou nosso dinheiro. E nisso a APP tem culpa, porque ela fez um acordo no meio da greve, antes de 29 de abril, porque com 29 de abril tudo voltou à tona. Antes de 29 de abril, fez acordo para entregar. Quando a APP saiu da greve em março, se não me engano, no dia em que estava fazendo a assembleia, assessores do Andes fizeram uma reunião com Jovanele, pegaram o documento que a APP tinha assinado com o governo, copiaram e colaram e fizeram um termo de compromisso com o governo. O nosso sindicato foi contra isso. Brigamos, quase nos pegamos em tapa em Curitiba. Mas eles deram um golpe para terminar com a greve dos professores também, com acordo muito semelhante da APP, para você ter ideia do grau de desfacelamento da greve. Para se ter uma ideia, até hoje nós não conseguimos sentar todos os sindicatos docentes numa mesma mesa. Nós só sentamos em uma mesma mesa quando o governo chama. Entre nós, não. E eu estou falando de companheiros com que dormíamos embaixo do ginásio durante a greve de seis meses. Íamos e voltávamos de Curitiba, Campo Morão, Casvavel, para todo lado. Hoje se esfacelou tudo. Essa greve, dessa vez, aconteceu porque a APP saiu na frente, era uma greve de funcionalismo encabeçada pela APP e era uma circunstância que explica o porquê. O governo mexeu de forma tão truculenta que empurrou o professor, lado jovem da APP, a radicalizar e a direção teve que entrar em greve, eles não queriam, mas foram atropelados em Guarapuava com assembleia de 10 mil professores. Eles não esperavam 10 mil professores. Marcaram em Guarapuava para dificultar o acesso da galera. Se fizessem em um lugar mais central, ia ter 50 mil, ou se fosse em Curitiba mesmo, o acesso a Curitiba é mais fácil, todos os acessos do Estado convergem para lá, mas marcaram em Guarapuava. E começou a greve e foi nesse vácuo que nós entramos porque as medidas do pacote afetavam a gente também. E no caso da gente, o problema era a Parana Previdência e um outro elemento que mexeu muito com o brio dos professores foi o terço constitucional de férias, havíamos recebido as férias, mas não terço constitucional. Isso empurrou de alguma maneira. Outra coisa curiosa dessa greve, ela foi decretada nas férias. Como assim? Não tinha aula, mas tinha professores na assembleia. A greve começou antes porque o governo endureceu de cara. E aconteceu outra coisa, a ocupação da assembleia, os professores da APP e mais alguns estudantes ocuparam a assembleia e teve aquela situação do camburão. Os deputados entraram no camburão e quase foram trucidados lá em cima. Essas circunstâncias foram empurrando um grupo de professores, de 500 mais ou menos, que foi sustentando a greve. E nós do sindicato caímos do cavalo em nossa análise, pois nós tínhamos a impressão que os jovens professores que entravam na universidade, já entravam doutores, só se preocupavam com seu *lattes* e nunca iriam participar do movimento. Essa era a caracterização que a gente tinha. Pelo menos 70% eram professores novos.

Nessa greve teve o apoio da população e da imprensa?
Não vou dizer que a imprensa apoiou.

O dia 29 ajudou a dar apoio a greve, tanto por parte da população como da imprensa?

Houve comoção.

Acredita que quem não estava apoiando, a partir daquele momento passou a apoiar?
Não tenha dúvidas. O governo estava errado. Não se pode bater em professor. As imagens (saíram no mundo inteiro) e no Paraná mais ainda, mostravam velhinhas (professores velinhas) apanhando e isso é muito forte.

Algumas pessoas chamaram o episódio de confronto, você acredita que foi isso?
Claro que não.

Podemos dizer massacre?

Não porque não mataram ninguém, mas machucaram. Eu mesmo no dia 28 vomitei duas vezes porque é assim quando mistura gás lacrimogênio. Uma coisa é o gás lacrimogênio que você não consegue ficar com o olho aberto, mas quando mistura o gás lacrimogênio com gás pimenta isso dá um embrulho intolerável. Isso só no dia 28.

Vendo tudo que estava acontecendo no dia 28, você achou que chegaríamos a ter uma situação como a do dia 29?

Sim. Imaginava. O movimento começou domingo, porque fomos para lá no domingo. Qual era a intenção? Fazer um protesto e, se possível, repetir a ocupação da assembleia, porque dia 29 ia ser a votação. O que a gente queria? Impedir a votação da previdência. Dia 29 eles aprovaram. E aprovaram um projeto de lei que teve o acordo da APP. Eu tenho gravado o vídeo dessa sessão da assembleia que o líder do governo na Assembleia (Luiz Claudio Romanelli), um deputado teve o braço mordido por um cachorro. O último discurso foi do Romanelli, antes da votação, e aí ele pregava assim... bom o artigo tal que estão questionando isso foi sugerido pela APP, o artigo e tal pelo deputado Tadeu Venerio, professor Leme do PT e fóruns sindicais. É verdade, eu sei que é verdade. Então, porque estão reclamando, vocês fizeram o acordo. Tem que honrar o acordo. É claro que ele ia fazer isso. Ele costurou o acordo com a APP, que entregou a previdência e tava lá...E detalhe nesta semana a APP boicotou a organização da resistência. Agora o que imaginávamos? Que podíamos repetir a ocupação de fevereiro. Porque a ocupação de fevereiro e os dias em que seguiram bloquearam a assembleia legislativa. Eles não conseguiram aprovar o pacote e de todo o pacote a única coisa que sobrou foi a questão da previdência no dia 29 o resto do pacote caiu por terra. Até hoje a assembleia não regulamentou a previdência complementar porque os novos servidores que vão entrar a partir de agora já não vão mais ter a aposentadoria integral. A aposentadoria dele vai ser calculado de outra forma e se o companheiro quer ter, manter seu nível salarial quando se aposentar, vai ter que contribuir do seu bolso por uma previdência complementar pública. Essa da previdência complementar tem que ser regulamentado porque há uma lei que regulamenta isso. Enquanto não se regulamenta, os que entrarem até agora ainda estarão cobertos pelo sistema anterior, só que vão ter que contribuir e ter limitado sua aposentadoria quando estiver regulamentado. Até agora o governo não regulamentou. Eles não regulamentar, pois têm a maioria [...] A única coisa que sobrou do pacote foi que meteram a mão na previdência e com acordo da APP. Isso o Romanelli fez questão de mostrar: vocês que proporem isso aqui e nós sabíamos que era verdade. Essa situação do dia 29 foi dramática e tudo mais, mas sabemos que a direção da APP bloqueou e bloqueou tanto que nos impediu na semana que estávamos lá de constituirmos um comando operativo, nós queríamos ter um comando que coordenasse o movimento das pessoas, porque era evidente que era uma atitude de honra para o governo impedir que a gente ocupasse a assembleia. Não ia deixar acontecer o que aconteceu em fevereiro, pois eles foram tomados de surpresa, desprevenido. Eles colocaram tanta polícia, tanta polícia [...] tinha polícia, cordões de polícia, quatro fileiras,

polícias com escudo. Levaram toda a polícia do estado. Você precisava ver a cara dos policiais. Alguns moleques assim de 18,19 anos chorando. Eu vi eles chorando. Antes do gás pimenta, pois com gás pimenta todo mundo chora. Tinha um moleque chorando, e uma professorinha falava: você, meu filho, vai me bater?, falava assim a professorinha. Nossa...tinha quatro fileiras de polícia, para bloquear. Tudo rodeado, tinha umas três mil, quatro mil policiais para impedir que a gente entrasse na assembleia. Fora isso, tinha barreiras. Domingo quando nós chegamos, ainda não tinha barreira, então, nós conseguimos colocar quase em frente da assembleia, do outro lado da avenida, aqui na calçada [mostrava desenho que fez], colocamos algumas faixas, quando o pessoal foi chegando domingo, segunda, terça foi colocando barracas. Estavam todos acampados nessa área. No dia 28, a APP tratou de colocar um caminhão de som para ocupar aqui, e tinha uma rotatória que dá desvio para ir para o Palácio das Auracárias aí já houve o primeiro enfrentamento. Fizemos um cordão para impedir que a tropa de choque (que viria por trás para bloquear o caminhão) pudesse entrar. Colocamos umas mil pessoas deitadas no chão para que a tropa de choque não passasse e o caminhão conseguisse entrar. Foi uma manobra, uma manobra, demorou duas horas, mas conseguimos passar a rotatória e entrar na avenida. Só que quando entrou alguns metros, aí começou a pancadaria, gás pimenta, lacrimonêgio e balas de borracha. Dia 28 a tarde que começou e dia 29 foi o massacre: tinha gente desmaiada, vomitando, foi um negócio. Era evidente que o aparato policial era muito grande, muito desproporcional, mas, mesmo assim, o certo era que todos os sindicatos tivessem uma coordenação para decidir o que iria fazer, mas não. Eles nos enrolavam. Tinham reuniões, mas não era aquele fator coordenado. Por baixo dos panos, a APP estava conversando com o governo, antes do dia 29. Então, ficou tudo solto e cada grupo corria como barata tonta, não sei como não morreu alguém. Ainda bem que não morreu ninguém, mas foi assim uma desorganização porque a APP impediu que a gente se organizasse.

A população apoia e, com o tempo, o noticiário já não dá tanta valorização e aí o governo divulga o salário dos professores. Você acha que a partir desse momento há enfraquecimento da opinião pública?

Sim, já estava enfraquecendo e isso ajuda a enfraquecer mais. O que mais enfraquecia era a ação deliberada da APP. Isso que mais enfraquecia porque você tinha uma base de professores que queriam continuar com a greve, mas a APP trabalhava na divisão.

Pode-se dizer que os próprios movimentos têm racha?

Claro. O que acontece. No ano de 2015 era o primeiro ano de mandato da Dilma e desde o primeiro dia que ela assumiu, ela estava em ataque e com a bandeira do *impeachment*, principalmente, por parte do PSDB. Então, o governo sempre caracterizou que a oposição da APP ao governo dele, ou as políticas, tinham uma motivação partidária o que não é totalmente errado. Mas além de partidária, a APP é o sindicato dos professores representam todos os professores e os professores estão sendo golpeados há anos. Os professores têm direitos que não são atendidos há 10 anos: progressões, quinquênio, o governo simplesmente não atende. A revolta não é porque é PT contra PSDB, mas é porque de fato a condição de vida os professores da rede é terrível, mas a propaganda do governo gruda na APP, que é PT. Agora, com isso, acua a direção da APP, eles não querem aparecer como partidária. E vai fazer com que atenuem algumas ações para não parecer que é uma disputa partidária. Ao mesmo tempo, como é PT mesmo, eles estão sob fogo cruzado ao ataque do PT no plano federal e começam a aparecer os podres do Petrolão. São elementos que entram na análise deles, de não esticar muito a corda. Então, eles têm uma postura dúbia. Estou falando do que a gente vive tentando acertar com eles, fazer com eles, organizar as categorias conjuntamente porque ninguém isoladamente tem condições de enfrentar o governo, tem que juntar. Esse enfraquecimento

vem do lado do cansaço, mas em grande medida, esse enfraquecimento é provocado deliberadamente pela direção também do sindicato. Tem esse aspecto. Da mesma maneira que tivemos a greve de 2001- 2002, a galera do PT aqui tentando acabar com a greve para que eles disputassem os interesses dele, nessa greve a APP começou a trabalhar pelo fim da greve e fez um acordo.

Notícias como essas tendem a empurrar a opinião pública para o fim da greve?

Sim, claro. A greve tem um objetivo. A segunda parte da greve, já começa a ser o problema da previdência, se focaliza na previdência. Quando o governo ganha, o que pensa quem está de fora: pronto, perderam. Vão fazer o quê? Vão ficar eternamente em greve? Se já aprovou, se agora é lei, se agora o governo vai meter a mão legalmente (antes da lei é ilegal, mas agora que virou lei é legal o confisco). Então, isso para quem está de fora já não tem mais objetivo a greve. Somado a isso, a própria direção já queria acabar com ela mesmo, então, quem resiste é uma base mais militante, mobilizada. Mas já não tem mais como reverter, vai enfraquecendo, enfraquecendo, ainda durou um tempo. Durou o tempo que durou as imagens da repressão do dia 29. Isso mexeu com todo mundo. Dá uma justificativa na primeira semana, mas na medida que se afasta no tempo, isso perde, deixa de ter um efeito justificador do movimento. Tá bom, fez e tudo mais, mas vão ficar de greve eternamente pra quê? Até quando?

E também não ganham tão mal assim...

Aí começa a divulgar os salários e tudo mais. Aí ficou morto a questão da previdência e a questão da reposição salarial porque isso foi no dia 29 de abril, a nossa data base é maio, aí o governo (todo mundo achava que ele iria pegar o dinheiro) diz que não tem nada: zero. Aí a greve se esticou até junho por conta disso, mas aí também a APP fez esse acordo que temos que aguentar. Em 2015 não tivemos nada em nossa data base e, em outubro de 2015, tivemos a inflação que vai de maio de 2014 a dezembro de 2014. E somente no final do ano, em outubro, tivemos de 2014 e somente em janeiro deste ano, a inflação de 2015. E em janeiro de 2017, toda a inflação de 2016, virou lei inclusive, esse acordo foi a APP que costurou para forma de acabar com a greve, mas eles negam que teve esse acordo.

APÊNDICE B

Entrevista 2

Entrevista com Widson Schwartz.

Data: 16/06/2016

Cargo: jornalista e historiador. Trabalhou na Folha e no Jornal de Londrina

Como surgiu a Folha de Londrina. O senhor contou sobre a história de uma caneta. Como foi isso?

Essa história da caneta, de certa forma, está escrita e o Milanez contava muito isso. Ele costumava, às vezes, acompanhar o repórter. A gente viajava muito, íamos acompanhar um ministro, e ele ia junto. A gente ia para regiões mais distantes e ele pegava o carro dele mesmo para a gente ir. E nessas viagens ele contava muita história. Houve um tempo também que ele foi montar a estação de televisão em Cascavel, a TV Tarobá. E eram viagens demoradas. Nessa época eu fui lá com ele para ajudar a locar terreno para a televisão e outros detalhes, então a gente conversava muito. Itaipú estava em construção, a gente ia muito para lá para acompanhar as obras, fazer matérias. Então, a gente conversava muito. Essa história da caneta eu ouvi dele pessoalmente. Não sei qual é o grau de escolaridade dele. Acredito que ele tenha chegado ao ginásio, ou não, mas ele era muito inteligente. Se vestia bem, falava corretamente, era uma pessoa ilustrada. Essas minúcias da vida dele ele contava para a gente. Ele veio de Santa Catarina, a cidade dele é Medeiro. Ele era vendedor de apólice de capitalização. Não sei qual era a companhia que ele vendia. Havia um tempo que a pessoa comprava aquilo para ir capitalizando, deixava lá, não sei muito como era o esquema disso. E ele veio para cá para vender capitalização. Então, ele veio porque a cidade era boa. Vi recentemente uma entrevista com o Severino Calvalcanti, eu vi ele dizer uma vez que nos anos 40, 50, ele estava no Paraná. Paraná? Porque você foi pra lá? E ele disse que todo o dinheiro do país estava no Paraná. Ele não falou que era o norte do Paraná, mas provavelmente era. Porque era aqui que estava havendo a colonização e o dinheiro aqui realmente era bom, o café estava em ascensão. E o Milanez veio para aqui por causa disso. Ele veio em 47 e ficou por aqui para vender os títulos e especulando o que ia fazer na cidade. Ele cogitou abrir uma marcenaria na cidade, porque ele era marceneiro para fazer batentes de portas essa coisa toda. No livro do Alberto Zorteia História de Londrina e Crônicas da vida, popular em Londrina, ele conta que o Milanez uma hora queria ser marceneiro. Ele ia lá na Associação Comercial, o Zorteia era secretário da Associação Comercial: “Zorteia o que você acha disso?”. Eu acho assim. E daqui a pouco voltava e falava: “eu vou fazer um jornal”. Zorteia falou: mas Milanez de marcenaria para jornal? Olha Zorteia, eu sou um homem para qualquer coisa e vou fazer esse jornal. Tinha um cidadão, o Correia Neto, talvez esse fosse um cara que explorava a coisa ocasionalmente e foi dele que o Milanez acabou comprando o jornal com a caneta. Essas canetas na época, lembro que meu pai tinha uma *Monblanc* que era outra coisa, e a *Sheaffer's* concorria com a Parquer, não era qualquer um que tinha uma caneta dessas. Uma caneta tinteiro perfeita. Então, era um status ter uma caneta dessa.

O jornal se manteve por causa do espírito empreendedor de Milanez?

A impressão que se tem é que ele percebeu que a cidade iria crescer muito. Ele veio do interior de Santa Catarina onde as cidades, talvez, estavam paradas. De certo, ele havia passado por São Paulo, Ponta Grossa, ele foi para lá para fazer um serviço militar, deu um problema de saúde e teve que ser dispensado. Ele foi para São Paulo, lá que ele começou com esse negócio de capitalização. Eu tenho a impressão que ele percebeu que a cidade [Londrina] ia crescer muito. Ele teve essa visão. E a gente nota que ele passou a conviver com

personalidades importantes. Ele passou a mesclar o jornal com os interesses da cidade. Tinha uma personalidade ali, lá estava o Milanez.

Ele gostava de ser notícia?

Ele aparecia demais no jornal. O pessoal criticava: “patrão, você aparece demais no jornal. Não, tem que aparecer.” Uma vez falei com ele. Ele disse: “eu acho que está certo me promover, sou o dono do jornal.” Ele era assim, estava sempre com o jornal na mão. A gente ia viajar e ele perguntava: tem o jornal no carro? E a gente ia distribuindo jornal pelo caminho. Era uma ordem dele. Tinha as linhas de jornal Campomorão, Paranavaí, depois mais tarde, Campo Grande e Presidente Prudente e em todo o posto da Polícia Rodoviária ele pedia: “pare e dê um jornal”. Se você fosse em qualquer posto da Polícia Rodoviária tinha a Folha de Londrina. Era uma ordem dele. Se ele chegasse aqui agora e visse você daria um jornal.

O jornal era comercializado?

O jornal era vendido. Ele fazia assinaturas. Ele vendeu mais de mil assinaturas no começo. Isso é declaração dele, tinha uma memória dele. Isso ele contou, está no jornal. Ele era vendedor também. Ele vendia o jornal. Ele associou a imagem dele ao jornal e vendeu. A Folha era o Milanez. Você vê a quantidade de jornais que tiveram, o Paraná Norte, outros semanários, teve até um diário, mas duraram pouco. Eles não tiveram a paciência de esperar. O Milanez soube esperar. Ele conseguiu se consolidar. Lembro que nos anos 50, vi em Curitiba, eu era entregador de jornal lá do estado do Paraná, e tinha uma empresa que vendia assinaturas permanentes. Essas assinaturas permanentes era por dez anos do jornal e levantou o capital do jornal. A entrega do jornal era feita por essa empresa que fazia as assinaturas. Lembro que além de entregar jornal, me perguntaram se eu sabia datilografar e ganhava um dinheiro a mais. Tinha uma cartão padrão que colocava na máquina e eu digitava. Lembro que eu cheguei aqui depois, a Folha fez esse sistema de assinaturas também. Não sei se já foi nos anos 60. Em Curitiba foi nos anos 50, aqui deve ter sido nos anos 60. Então, provavelmente, o Milanez levantou o capital com isso. Teve uma época que ele falou: “deixa a assinatura permanente, corte tudo e manda vender de novo.” E teve gente que falava, mas minha assinatura não terminou ainda, então ia lá e negociava com ele. A Folha tinha uma circulação grande, além de Londrina, ia para o noroeste, Paranavaí, Umuarama, Cianorte. Hoje ainda vai, mas não sei como é a distribuição. A Folha tinha na época linhas de carros (décadas de 70 e 80). Os carros saíam e iam daqui a Paranavaí, passava por Maringá ia deixando o jornal em cada cidade dessa linha, na linha de Umuarama a mesma coisa. O Jornal chegava a vender nas bancas de Presidente Prudente. A Folha era o jornal diário de Ourinhos.

Em que época o senhor trabalhou na Folha?

De 70 a 86.

Tinha liberdade editorial?

Tinha. Volte e meia o Milanez interferia. Alguém cutuva ele, ele segurava e liberava. Falava: hoje não sai, “mas patrão não sei o quê” e ele dizia: “não, não, isso precisa averiguar melhor”. Ele era amigo dessas pessoas. Depois ele relaxava e acabava saindo. Ele foi processado muitas vezes. Lembro uma vez que ele mandou uma pessoa para fora, Luiz Carlos Rizzo, que trabalhava na sucursal de Maringá. Ele mandou uma notícia que o governador Ney Braga, eleito pela segunda vez, teria sido vaiado pelos estudantes de Maringá. O Milanez e o Ney Braga, nossa senhora... o governador ficou possesso telefonou para o Milanez dizendo palavras e coisa e tal. Não teve jeito, ele demitiu o Luiz Carlos. Nós falamos: “mas patrão” e não teve jeito. Ele dizia: “Não quero mais, é mentira isso”. E a gente dizia: “mas como era

mentira?”. O Ney Braga colocou na cabeça dele que era mentira e ele não voltou atrás. O Jota que era editor interferiu, eu mesmo falei com ele. Uma coisa esquisita é que ele não demitiu o editor que autorizou a matéria, demitiu o repórter, mas também, ele era carne e unha com os editores. Então, acho que aí ele falhou. O Rizzo além de trabalhar na Folha ele era assessor de imprensa da Secretaria de Agricultura do Estado e o secretário de Agricultura não o demitiu. Esse fato achei assim, bem peculiar.

O senhor chegou a acompanhar a cobertura da greve na época de Álvaro Dias?

Não me recordo exatamente o que o jornal publicou, mas ele publicou. Deu cobertura. Aqui foi bem flagrante. Me lembro de ter visto na televisão, no jornal ou em casa, que o pessoal da TV, de Curitiba, da TV Paranaense, estava lá no Palácio e estava entrevistando o Álvaro Dias, que era o governador, dentro do Palácio, mas na frente, onde dava vista para aquela avenida Abreu, eles estavam entrevistando e coincidiu que, naquele momento, o cinegrafista percebeu que a polícia estava batendo nos professores, o cara só virou a câmera e flagrou o momento exato. Foi uma coisa flagrante demais, mas se o Álvaro quisesse se desculpar não tinha como, nenhum jornal tinha como não publicar.

Houve comoção dos moradores?

Houve. A repercussão é até hoje. As pessoas comentam até hoje. O Álvaro não consegue se livrar disso até hoje. Qualquer coisa, o pessoal lembra dos professores. Ele foi muito duro com os professores. Os professores eram e sempre foram organizados. Isso aí, não posso te falar com detalhes, mas os jornais deram cobertura. Não faltou cobertura.

A Folha sempre foi stander?

A Folha sempre foi stander. Não começou diário, acho que em 52, 53, passou a ser diário. O pessoal também não tem muita certeza.

Como o senhor analisa a Folha?

Uma coisa interessante, estava comentado com os colegas. Uma coisa que me pegou de surpresa, volte e meia, a gente vai pegar outros jornais, eu estava no aeroporto, e perguntei tem a Gazeta do Povo? e o cara falava tá aí. Eu não estava identificando o jornal, foi aí que eu vi um jornal deste tamanho, tabloide, fim de semana. Eu falei: “escuta isso é um suplemento”, e ele falou: “não, essa é a Gazeta do Povo”. É isso mesmo, não tinha visto. Era de domingo. A Folha é um ato de heroísmo se manter como se mantém. A Gazeta é tabloide. Faz duas semanas que percebi a mudança do formato, mas os colegas disseram que já tem um tempo.

A Gazeta sempre teve dificuldade em entrar em Londrina?

Londrina não lê jornal de Curitiba e vice-versa. Questão cultural e socioeconômica. Até hoje se você for em Londrina, a Folha é pouco lida, chega nas repartições e tudo, mas só tinha uma repercussão no âmbito do governo, da assembleia, nas associações, mas não conseguia concorrer com os jornais de lá, como eles também.

Como começou o Jornal de Londrina?

O Jornal de Londrina teve dificuldade na cidade porque o jornal começou em 89 e passou pelo período do plano Collor, inflação alta, e o jornal começando. Os empresários que eram sócios aguentaram bem o jornal. O Jornal de Londrina começou pagando os jornalistas, acho que era 20% acima do piso salarial. O piso do sindicato já era o mais alto do Brasil, lembro-me que teve um momento de crise, o pessoal fez greve lá. Eu falei: “não vou fazer greve, senão vão fechar o jornal e aí não terá mais jornal para vocês trabalhar”. Já tinha feito greve na Folha e tinha sido mandado embora de lá, mas não era porque eu seria mandado embora

que era contra. O caso do Jornal de Londrina não era o da Folha de Londrina. Eu falava: “aqui o jornal não está podendo pagar o piso direito, antes pagava para cima, mas agora não, está em dificuldade.” Mas o pessoal falava que ia fazer greve. Ficou eu e o Délio mais uma pessoa fazendo o jornal. Minha cabeça é outra. A gente tem que dar um jeito porque a cidade tem mais um jornal, vai ficar só com um. Então, o jornal passou por essa fase, venceu. O grupo da Gazeta entrou porque o jornal passou a ter dificuldade financeira. O Wilson Moreira teve apoio financeiro. O Ézaro Medina da Paenge, que praticamente assumiu, sustentou o jornal. Ele não é do ramo do jornal, é da construção e manteve o jornal. Recebia tudo certinho, até vender para a Gazeta. Com a passagem para a Gazeta mudou a linha editorial também. O jornal sempre se caracterizou como de oposição ao Belinatti. A Folha não fazia oposição ao Belinatti. Eram amigos. Lá tinha muita colher de chá, a Folha tratava bem o Belinatti. O JL denunciava muita coisa. Você pegava o Jornal de Londrina, cobertura da Câmara, no dia seguinte tinha uma página de cobertura da Câmara, bastidores, avaliação das matérias, uma cobertura muito bem feita. O jornal tinha uma importância para a cidade. Com a saída do Délio, o jornal perdeu essa linha. Passou a ser mais ponderado, essa coisa toda, perdeu um pouco da característica dele. Ele era mais combativo em relação a Folha. A Gazeta era encartada no jornal de Londrina, quando a Gazeta assumiu, pois ela tinha pouca penetração e a pessoa passava a recebê-la de graça. Bem recentemente virou tabloide. A Gazeta entrou comprou uma big de uma impressora. Não tiveram fôlego para levar para a frente.

O senhor ficou triste com o fim do JL?

Sim. Eu gostaria que ficassem os dois. A cidade precisa de dois jornais. Era a favor dos dois. A circulação dos jornais também era diferente. O Jornal de Londrina de cara se filiou ao IVC. A Folha ia até Cascavel, Foz do Iguaçu. A Folha ainda chega até lugares mais distantes.

APÊNDICE C

Entrevista 3

Entrevista com José Maschio (Ganchão)

Data: 28 de abril de 2016

Cargo: Trabalhou no Paraná Norte, no JL trabalhava como colaborador. Trabalhou na Folha de S. Paulo como correspondente e depois jornalista de rede. Hoje é professor na UEL.

Você participou da discussão da criação do Jornal de Londrina?

Eu participei da concepção das reuniões sobre o jornal, depois abortou o projeto e quando voltaram, em 88, eu participei de outra forma. Quando eu voltei para Londrina em 1985, o Luiz Carlos Lorenzete e o Délio César me convidaram para começar a discutir um projeto de jornal para Londrina. A gente fazia reuniões em rodeio, regada a cerveja, bate-papo. Sempre discutia o projeto como ia ser. Era uma fase de viabilização. Tinha outros empresários, pessoas interessadas. Isso rolou até o início de 86. De 85 a 86 essa discussão. Em 86 deu uma arrefecida. O Délio e o Chuveirão falaram: o problema é que vai surgir um jornal em Londrina para combater a gente (porque tinha a Folha de Londrina e eles queriam um segundo jornal), tem boatos que a Folha de Londrina vai colocar um jornal popular e coisa e tal, e logo depois o Bernardo Pelegrini, que estava organizando o Paraná Norte (ligado ao grupo Folha de Londrina), me convidou para trabalhar. Existia mesmo um boato que ia ter a um jornal popular e o interessante é que eu fui chamado, inclusive eu falei para o Chuveirão que eu tinha sido chamado para trabalhar no Paraná Norte e eu perguntei: e aquele projeto vai morrer? Ele respondeu: “Não. Aquele projeto foi adiado, fica tranquilo.” Aí eu trabalhava com imprensa sindical, era assessor de comunicação e política do Sindicato dos Bancários. O pessoal do Paraná Norte, o Bernardo Pelegrini, me chamou para fazer uma página sindical no jornal. Só que no projeto de construção do jornal isso mudou e eu virei repórter. Depois de uns três meses, o Bernardo saiu do jornal e o chefe de reportagem subiu para editor chefe e eu virei chefe de reportagem. A gente tocou o Paraná Norte até 1987, quando teve uma greve geral na Folha de Londrina, onde ficamos 22 dias em greve e isso, fez com que o jornal Paraná Norte acabasse, o que foi totalmente diferente em Londrina. Era um jornal totalmente popular, linguagem diferente e tudo. Isso em 87 já, final do primeiro semestre. Aí, em 87 mesmo, no segundo semestre, eu vim dar aula na UEL. Em outubro de 87, o pessoal de um jornal de Apucarana que hoje é a Tribuna da Cidade me procurou. Em Apucarana tinha dois jornais: a Tribuna da Cidade e Jornal do Norte. Esse pessoal da Tribuna da Cidade me convidou para ser chefe da sucursal em outubro de 87, estou te contando isso porque vai ter tudo a ver com o JL depois. Em outubro de 87, eu assumi a chefia da sucursal da Tribuna da Cidade, em Londrina, porque a ideia dos caras era o seguinte: entrar em Londrina. Então, eles contrataram uma equipe de reportagem boa, que eu contratei a equipe. Eu contratei a colunista social, que havia sido demitida da Folha de Londrina que era a Ana Marta, que foi demitida na greve de 87, que além de ser colunista social era colunável. Até hoje, ela tem uma importância muito grande dentro da elite de Londrina. Eu, nesse período, saio da UEL para trabalhar na Folha de São Paulo, mas aí eu estava como correspondente da Folha e dava para conciliar com a chefia da Tribuna da Cidade. No começo de 88, lá para março, abril, o Délio César faz um acordo com a Tribuna da Cidade e assume a sucursal da Tribuna da Cidade em Londrina. Aí eu fiz a fase de transição para ele, passei a equipe e fiquei só na Folha de São Paulo e fui cuidar da minha vida. Aquele grupo que estava na Tribuna da Cidade, ainda em 88, é um embrião e do JL. O que aconteceu, tem lá o diagramador que era o Arthur Boligam, o Délio, editor chefe, a Ana Marta, colunista social e repórteres que eu tinha deixado para o Délio. Não sei se a maioria ficou depois não tive contato. Não acompanhei esse processo. O

peçoal da sucursal da Tribuna virou o embrião do JL. Mais tarde não sei em que ano, não sei se foi em 90, os dois jornais de Apucarana se uniram e viraram a Tribuna do Norte. Nessa época era separada. A sucursal da Tribuna da Cidade vira o embrião daquele projeto de 85 - 86, que foi restabelecido e surgiu a partir do Délio.

Houve bastante investimento?

Minha relação com o JL ficou distante a não ser o fato de ser amigo do pessoal Délio, Chuveirão (Luiz Carlos). Teve uma época que o Chuveirão ficou doente e eu fui substituí-lo na chefia de reportagem – tudo assim, emergencial, coisa de amigo. Aí passaram dois meses, o Chuveirão voltou e o Délio teve um piripaque, fiquei para substituir o Délio. Fiquei lá uns cinco meses, isso em 92-93. Em 95, quando o jornal parecia estar mais estabilizado, eles me chamaram para ser chefe de reportagem, mas eu trabalhei pouco com eles. Aconteceu o seguinte: teve o massacre de Columbiara e eu já estava há um mês cobrindo férias em São Paulo e aí quando eu estava voltando para Londrina, a Folha de São Paulo me mandou para Rondônia cobrir o massacre. Fiquei quase dois meses. Daí um dia eu liguei para o Délio e disse: “Não dá, não tem como ser chefe de reportagem a distância.” E foi a última vez que trabalhei para o JL. Eu tinha uma visão clara de jornalismo. Sabe onde o JL acabou, perdeu o bonde? Era um grupo de empresários que era o dono, depois ficou só um que era o Ézaro Medina (dono da Plaenge), ele que vendeu para o grupo RPC, que agora acabou. Teve um fato. Isso ocorreu nessa época que eu estava como chefe de reportagem. Eles tinham equipamentos, queriam ter equipamentos modernos, tinham bastante, mas chegou uma hora que teve um gênio neoliberal que chamava-se Wilson de Oliveira, que era um cara administrativo. E o Délio o adorava porque ele tinha sido chefe de gabinete do Wilson Moreira, quando o Délio era prefeito. Esse Wilson Oliveira fez um acerto já com a Tribuna do Norte, em Apucarana, sabe aquela coisa de terceirização? Eles achavam que imprimir dava muito trabalho, muito prejuízo e terceirizaram a impressão. Aí o jornal começou a ser impresso (não sei a data certinho, acho que foi em 95) em Apucarana, na Tribuna do Norte. Se você tem um jornal a coisa principal dentro da redação é a distribuição e impressão. Você acha que o cara vai imprimir primeiro o seu ou o jornal dele? Vai ficar dependente?

O jornal sempre teve um posicionamento forte?

Até 95 o jornal ia bem. Em Londrina tem duas linhas políticas: a elite comercial imobiliária e a elite popular ruralista, essas linhas, às vezes, se grudam e, às vezes, se separam. A linha do Délio sempre foi aquela linha imobiliária, comercial, empreiteiras. A Plaenge, por exemplo, é uma das maiores construtoras do Brasil, faz prédio da Coca-Cola pelo mundo inteiro. Tem forte presença no Chile. Aí, esse jornal, ele veio como contraponto a questão política da Folha de Londrina, que camuflada ou abertamente sempre foi Pró-Belinati, que é o populista maior de Londrina (a família Belinati). Tanto é que o cara foi prefeito várias vezes, foi cassado, o sobrinho disputou quase foi prefeito, deputado federal. Então, esse jogo político PSDB x grupo Belinati, que não dá para falar de partido, porque Belinati sempre está em partido de interesse dele. A mulher do Belinati era vice do Lerner. Sempre teve uma briga grande desses dois grupos econômicos que querem o poder e sempre foi uma briga de elite e o JL defendia esse lado da elite que era comercial, empreiteiro, construtoras e setor imobiliário. E a Folha sempre esteve ligada a essa coisa belinatismo e coisa e tal. Tinha essa divergência, só se fosse cego para não perceber. O fim do JL tem muito a ver ao fato do grupo RPC não conseguir entrar em Londrina. O londrinense não aceita a Gazeta do Povo, que é o maior jornal do Paraná. Ela não tem tiragem em Londrina. O grande equívoco daí, já na face de RPC, os caras transformaram o jornal em tabloideiro, que parecia propaganda das Casas Bahia (tamanho) e pior, numa jogada de algum idiota que não fez marketing, pesquisa de opinião, não fez nada, eles pararam de vender assinaturas do jornal. Pararam de vender o jornal em bancas. A hora

que eles retomaram o fato do JL, ainda gratuito, ele ficou um jornal elitista e não tinha credibilidade. Foi um período frustado, depois voltou, mas não teve mais como retomar.

Como eu trabalhava com a Folha eu tinha que assinar os jornais do Paraná. Eu nunca consegui fazer a assinatura do JL, porque eu morava em Cambé, a Folha chega a minha casa até hoje. O jornal pecou por erros estratégicos: terceirização da impressão e a RPC achar que com o nome do jornal iriam empurrar a Gazeta do Povo para os londrinenses. Aqui é o pântano.

APÊNDICE D

Entrevista 4

Entrevista com Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior

Data: 17 de agosto de 2016

Cargo: Doutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), no Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (SP). Pesquisador Fapesp. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do curso de Jornalismo da Universidade do Oeste Paulista, em Presidente Prudente (SP). Jornalista graduado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996), em Bauru (SP) e especialista em Comunicação Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

Qual a diferença entre invasão e ocupação?

Onde há relação social sempre vai haver uma espécie de uma luta (entre aspas, porque não necessariamente será uma coisa ruim), pois sempre há uma luta entre forças para que uma se sobreponha a outra. Isso pode ser uma situação normal, sem grandes repercussões, como pode chegar a extremos e, ai sim, você terá uma luta pelo poder em determinada situação.

Quando você chega a situação da luta em si: seja de poder ou não, a gente pode pensar o seguinte: estou lutando pelo o quê, dentro dessa relação social? Você luta por território. A busca por território é uma busca humana. A gente tem essa necessidade de estabelecer territórios próprios. A luta pode ser por território imaterial também. O território é multidimensional, acontece em várias dimensões, como também é multiescalar (escalas diferentes pela luta de territórios) e vai ter o conflito.

Os momentos em que um tenta tomar do outro é o conflito. O território é conflituoso. Esse conceito é da Geografia que explica muito da sociedade moderna, a partir do território e da necessidade que as forças sociais têm de estabelecer seu território. Quando se fala da reforma agrária, falamos da busca por territórios. Elas são identificadas por duas ou mais forças, ou seja, onde há relação social sempre irá haver conflito.

Primeira parte é especializar. O movimento fica do lado da rodovia, perto da fazenda. Isso ocorre através do acampamento. Isso significa que estão em luta. A espacialização pode ser grande ou não. A segunda parte é a ocupação, quando pegam o acampamento e ocupam a fazenda. Na lógica do movimento, da conquista dos territórios, eles não invadiram, eles ocuparam, para forçar o governo a negociar. Dentro há uma pressão maior.

A questão de invasão ou ocupação é pela lógica dos movimentos e não por terminologia. Juridicamente se levar em consideração os territórios sim, é ilegal. Hoje você jurisprudência de todos os lados. Se o fazendeiro sai, tem reintegração de posse.

Para efeito dos movimentos, nunca invadem, eles ocupam, por questão de território. Se a base da luta for territorial, é essa lógica.